CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CVLTVRA

JULHO-AGÔSTO 1964

ANO III — NÚMERO 5 — VOL. 5

SÃO PAULO • BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA

JULHO-AGÔSTO 1964

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Rua Minas Gerais, 228 — Telefone 51-6043 — São Paulo — Brasil.

A revista CONVIVIUM reserva-se o direito de publicar ou não os artigos espontâneamente enviados à Redação. Os originais não serão devolvidos.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1964

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr$	4.000,00
— número avulso	Cr$	400,00
— número atrasado	Cr$	700,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US$	13,00
— número avulso	US$	1,50

Assinatura de Benfeitor	Cr$	40.000,00

CONVIVIVM

JULHO-AGÔSTO 1964

ANO III — N.º 5 — VOL. 5

SUMÁRIO

ARTIGOS

PERSPECTIVAS E DEBATES

ANÁLISES E COMENTÁRIOS

RESENHAS

LINEAMENTOS DE UMA DEMOCRACIA AUTÊNTICA PARA O BRASIL

Goffredo Telles Junior

Nota preliminar

Este trabalho foi escrito muito antes da Revolução de Março.

A necessidade de recorrer às armas para salvar o Brasil constitui a clara demonstração de que é rigorosamente verdadeira a crítica feita nestas páginas.

A Revolução Vitoriosa foi a sublevação do Brasil autêntico, em consonância com os mais profundos anseios da Nação.

Agora, no Brasil Novo, o que cumpre é não retornar às obsoletas, enganosas e nefastas fórmulas constitucionais, que iam levando o nosso País à desgraça.

Se tais fórmulas forem mantidas, voltaremos, inevitàvelmente, à sinistra situação em que nos achávamos antes da Revolução.

Porque as mesmas causas produzirão os mesmos efeitos.

O Brasil estava sendo falsificado. Aliás, a deturpação da realidade constitucional da nossa Terra vem sendo feita há muito tempo.

Não podemos mais tolerar a desfiguração da Realidade Brasileira e a sufocação do Espírito Nacional.

Queremos que o Brasil tenha a Constituição que seja o espêlho da Nação.

I

Para que povo, para que país, teriam sido escritas as Constituições republicanas do Brasil? Para os Estados Unidos da América? Para a Inglaterra? Para a França? Ou, talvez, para o Congo, o Cambodge ou a Tanganica? O certo é que elas não têm nenhuma aparência de leis confeccionadas, "sob medida", para a nossa Terra.

Se alguém atentar, exclusivamente, para o que elas apresentam de essencial — desprezando as condições de legislação ordinária, que as sobrecarregam e afeiam — poderia ser levado a pensar que foram escritas para um país imaginário, idealizado pela fantasia de uma escola de teóricos. Realmen-

te, não refletem elas nem siquer o que há de permanente em tôdas as sociedades humanas. São construções artificiais do espírito, desde os alicerces até a cúpula. São "seres de razão", como diriam os filósofos. Constituem, sem dúvida (sobretudo a primeira Constituição republicana), sistemas lógicos e majestosos, impressionantes por sua coerência e harmonia, mas inferidos de princípios firmados, ou, melhor, dos decantados e obsoletos dogmas da "Deusa Razão".

É evidente que êsses princípios ou dogmas não foram inventados pelos sonhadores brasileiros.

Já se disse que os ideais de Lenine tinham o cheiro da terra da Rússia. Não nos interessa, agora, verificar a exatidão dessa tese. O que nos interessa é saber que ninguém, certamente, jamais sentiu o perfume da terra brasileira nos ideais de nossas Constituições republicanas. De nossa Terra, êsses ideais não têm nada. Não se radicam em nossas coisas, em nossas realidades. Não brotam de nossas tradições e não refletem nossa cultura. São frutos exóticos, que outros meios e outros climas geraram e amadureceram.

Por que motivos teriam sido transplantados para o Brasil tais dogmas forasteiros? A história dá cabal resposta a esta pergunta.

Foi na Europa — não sòmente na venerável Universidade de Coimbra, mas também nas côrtes de Lisbôa e nos centros culturais de Paris e de Londres — que se formou o espírito de nossas primeiras gerações de estadistas. Luzes, inspiração, rumos, era no Velho Mundo que os estruturadores do Estado brasileiro os foram buscar.

Os três Andradas — José Bonifácio, Antônio Carlos, Martim Francisco — Feijó, Campos Vergueiro, Ledo, José Clemente, Barata, Coutinho, Hippólito da Costa, Cayrú, Queluz, Maricá, Evaristo, Caravellas, Baependy, São Leopoldo, Abrantes, Vasconcellos, Monte Alegre, Olinda e tantos outros, arautos de nossa independência política e doutrinadores de nossa ordenação constitucional, todos êles, sem exceção nenhuma, receberam o batismo indelével do pensamento europeu.

Ora, o pensamento europeu, precisamente nessa época, estava em efervescência. O Velho Mundo vivia um momento crucial de sua história. As classes dominantes, com suas concepções da vida e do homem, cediam seu lugar à burguesia vitoriosa e resplandecente. As novas idéias de uma era nova fascinavam os espíritos. Uma atitude diferente diante do destino, um conceito revolucionário de sociedade e de política,

uma revalorização do homem em condições inéditas de existência, incendiavam, com fulgores até então desconhecidos, os antigos quadros das tradições européias. Tudo ia mudar. Tudo já estava em plena transformação. Filósofos e políticos se uniam na pregação dos princípios do pensamento burguês.

Era o liberalismo que se implantava. Só se ouvia falar nos "direitos do homem e do cidadão", nas "garantias das liberdades individuais". As leis proclamadas como perfeitas eram as do grande código da excelsa Natureza. Na esteira luminosa dos Enciclopedistas, afirmava-se que o homem nasce livre e que, em conseqüência, é titular de direitos originários e inatos, inalteráveis e imprescritíveis. Afirmava-se, também, que a sociedade é criação voluntária do homem e resulta de um contrato. O princípio político fundamental se exprimia na célebre fórmula: "Todo o poder vem do povo". À pergunta de como há de o poder vir do povo, respondia-se: por meio do sufrágio universal e dos partidos políticos. Sôbre qual era a missão do Govêrno, sustentava-se que outra não devia ser senão a de garantir as liberdades individuais, segundo a fórmula do *"laissez faire, laissez passer"*. E para que os Governos não se excedessem no exercício de suas funções, preconizava-se a divisão do Poder em três Poderes distintos: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Tais idéias e as que delas decorriam, formando, em conjunto, a doutrina burguesa do liberalismo, foram as idéias consagradas nas Constituições brasileiras. Nossos organizadores políticos, nossos constitucionalistas, nossos parlamentares constituintes, virando as costas para a sua Pátria, deixaram-se deslumbrar pelos modelos da Europa e dos Estados Unidos da América, e, depois impuseram ao Brasil ordenações constitucionais de outros países, que pouco ou nada tinham de comum com o nosso.

Começaram por dar à nossa Terra um nome que não lhe serve, um nome que contraria sua verdade histórica e que nada mais é do que a cópia servil de nome estrangeiro: o de Estados Unidos do Brasil.

— II —

Para atender aos interêsses da classe burguesa, as idéias do liberalismo soldaram-se ao conceito de democracia. Firmou-se, em muitos países, a convicção de que não há democracia sem liberalismo. De acôrdo com a mentalidade dessa

classe, as idéias do liberalismo erigiram-se em "tabus": não podem mais ser tocadas, sem que a democracia seja profanada. Inimigo da democracia, passou a ser todo aquele que ousasse idealizar uma democracia mais perfeita, uma democracia que não empregasse os métodos políticos do liberalismo.

Em conseqüência, a democracia tornou-se um regime de pressupostos, de preconceitos e de ficções.

Veja-se o que acontece no Brasil.

No Brasil, até hoje, assoalha-se, por exemplo, como se fôssem princípios sacrossantos e verdades eternas, que os partidos políticos canalizam a opinião pública; que o sufrágio universal assegura a representação do povo no Govêrno, e que o parlamento representa a Nação.

Não há, não pode haver, na política de nossa Terra, inverdades mais flagrantes do que essas.

Os partidos políticos, observados não em tese, não em doutrina, não em abstrato, mas em concreto, isto é, em seu real funcionamento, são meras siglas, simples rótulos, vazias embalagens, sem nenhum conteúdo doutrinário e programático, incapazes, portanto, de orientar a opinião de quem quer que seja, sôbre os problemas nacionais. Servem apenas de instrumento, para o registro de candidatos no tribunal competente.

Partidos políticos do tipo dos nossos não são orgãos naturais da sociedade. Não são produtos das exigências comuns da vida humana. Em nada se prendem ao drama quotidiano do cidadão. Nada dizem à alma popular. Um sindicato ou um clube de futebol é, no sentimento do povo, muito mais importante do que um partido.

Os brasileiros, como se sabe, não se deixam conduzir por partidos, mas por chefes, por *líderes* e também por ideais. Em eleição recente para o Poder Executivo, um candidato, registrado por um dos menores partidos paulistas, derrotou, nas urnas, o candidato do Govêrno, que era apoiado pela coligação das nove mais poderosas agremiações partidárias do Estado.

Tal é a realidade. Mas permanece, persiste, sobrevive a ficção de que o partido canaliza a opinião pública. E quem menosprezar os partidos estará profanando um "tabu" da democracia!

O sufrágio universal, por sua vez, só vale para eleger os chamados "representantes do povo". Mas, longe de assegurar a representação do povo no Govêrno, nem siquer assegura, de

maneira nenhuma, que os eleitos representem seus próprios eleitores. Pois, de fato, os eleitos não os representam, nem os podem representar.

Como adiante demonstraremos, o sufrágio universal faz *tabula raza* de tudo quanto divide a sociedade em grupos de interêsse ou em corpos sociais, e desconsidera, por completo, a desigualdade das condições em que vivem os homens. É uma espécie de *masseira* ou *amassadeira,* onde tôdas as diferenças humanas são confundidas, e onde o povo, que os imperativos naturais da existência divide em corpos sociais distintos, é desfigurado e transformado em massa. Isto já é mais do que suficiente para inutilizar o sufrágio universal como processo produtor da representação política.

Não sendo representante de nenhum corpo social determinado, o eleito é tido, por ficção, como representante de tôda a Nação. É o que expressamente declarava a Constituição francêsa de 1 791: "os representantes nomeados nos departamentos não serão representantes de um determinado departamento, mas da nação inteira" (Título III, Cap. I, Secção III, Art. 7).

Aliás, bem antes dessa Constituição francêsa, Burke, em sua célebre mensagem de 1 774, enviada a seus eleitores de Bristol, já sustentava que os representantes políticos não são mandatários de seu colégio eleitoral, e que só devem representar a Nação.

Blackstone afirmava: "Cada membro, embora escolhido num distrito particular, uma vez eleito (. . .) serve todo o reino". Da mesma opinião é Sidney: "Não é de Kent ou de Sussex (. . .), mas de tôda a nação, que os membros escolhidos naquelas localidades são enviados a servir no Parlamento".

O eleito é tido, pois, com representante de tôda a Nação... Mas como há-de êle ser representante de tôda a Nação, se nem, ao menos, pode êle ser representante do pequeno círculo de seus próprios eleitores? Como, em verdade, poderá êle ser defensor de dez, de vinte, de trinta mil interêsses, individuais e diferentes? Se fôr diligente e ativo, fará o que puder; mas por mais que faça, deixará, quer queira ou não, em completo abandono, a quase totalidade de seus próprios eleitores. E é por êste motivo que o povo manifesta frieza pela eleição de deputados e senadores.

Um ou outro eleitor, ao depositar sua cédula na urna, talvez tenha a ilusão de estar influindo nos destinos da Pátria. Os demais, porém, os que constituem a grande massa eleito-

ral, não têm impressão nenhuma. Votam, porque a lei fixa pena para quem não votar, mas votam em branco, ou votam sem saber em quem estão votando, ou votam num amigo, ou votam no amigo de um amigo, ou votam por dinheiro.

Pode, o povo, é certo, no dia do pleito, durante algumas horas, devanear e fantasiar-se de soberano. Mas já no mesmo dia, ao cair da noite, uma vez fechadas as urnas, que povo será tão imbecil a ponto de acreditar, que, tendo votado, esteja êle no govêrno? Poderá o homem da rua, que retorna a sua casa e a seu réles ramerrão, continuar envergando sua fantasia de soberano? Poderá êle crer, realmente, que o "representante do povo" é, de fato, o seu representante?

Por imposição do próprio regime, que é essencialmente voltado para as questões eleitorais, o que geralmente acontece é que os chamados "representantes do povo", uma vez sentados em suas cadeiras parlamentares, olvidam as razões superiores pelas quais foram eleitos, e se alheiam dos autênticos interêsses do povo. Não é por mal, que assim agem. Em muitos casos, não tinham os referidos "representantes", antes de serem eleitos, a intenção de proceder dessa maneira. Mas as contigências do regime, as obrigações que lhes são impostas por causa do sufrágio universal, é que os levam a tal comportamento.

Que fazem, então, os "representantes do povo"? Trabalham, e trabalham muito. Mas o que contrista e aflige a Nação é que seu trabalho é daqueles que não trazem, em regra, nenhum proveito ao País. Por que? Todos sabem. Sem quase tempo para mais nada, os parlamentares são forçados, por exigências do regime do sufrágio universal, a se dedicarem, de corpo e alma, mesmo contra a sua vontade, às tramas e aos conchavos dos diretórios de partido e aos rasteiros misteres, de que depende a conquista de votos.

Por todos os meios a seu alcance, procuram cativar cabos eleitorais, chefes de emprêsa, prefeitos, proprietários de jornais, de estações de rádio e televisão. Subsidiam diretórios municipais de seus partidos. Viajam, para realizar comícios, para pronunciar conferências, para receber homenagens, para estabelecer contatos. Tornam-se o que se convencionou chamar "cabides de emprêgos". Enviam centenas de cartas, cartões, telegramas, contendo promessas, felicitações, pêsames. Cortejam personalidades da política e das finanças. Comparecem a um sem número de banquetes. Fazem-se, às vêzes, procuradores obedientes de quem lhes financiou a campanha, e patrocinam projetos de lei que lhes são recomendados. Não

raro, na ânsia de ver aumentado seu prestígio eleitoral, laboriosamente inventam proposições legislativas, que agitam e seduzem a ingênua consciência popular.

Não perdem ocasião de diminuir ou amesquinhar seus concorrentes, aos olhos do eleitorado. E estão sempre preocupados com os golpes que lhes podem desferir seus adversários. Sobretudo, vivem atormentados com as tramóias e artimanhas, que lhes são preparadas por seus próprios correligionários.

Assoberbante, sem dúvida, é o trabalho comum de um deputado, em regime de sufrágio universal. Mas, que lucra a Nação com êsse tipo de trabalho?

Haverá sempre, é claro, batendo-se nas comissões e no plenário das Câmaras, com cega e comovente obstinação, uma meia dúzia de deputados, integralmente absorvidos pelos verdadeiros problemas do País. Mas ninguém se iluda com o heróico esfôrço dêsses denodados parlamentares. Nada ou quase nada conseguirão de positivo.

Tudo conspira contra êles. Dentro e fora do Parlamento, são considerados, pelos donos do regime, uns catões estorvantes, cândidos trambolhos idealistas, que a mentalidade dos supostos democratas de hoje imediatamente discrimina, e que a máquina política do liberalismo separa, afasta e anula.

Não é dêstes, não é de honra e competência, que vive o regime. O de que o regime precisa é de quem saiba conquistar votos. E a conquista de votos, na inhumana amassadeira do sufrágio universal, não depende nem da competência e nem da honestidade dos candidatos.

Aliás, muitos são os nossos "legisladores" que não sabem o que é uma lei. Nunca abriram um código, nunca viram a Constituição da República. Em compensação, vivem corroídos por aflições eleitoreiras e por outras aflições, de que não é bom falar. E é deles que nascem as leis. São êles, a fonte do direito...

Ficções e mais ficções, quimeras e mais quimeras... Tão falsa, tão ilegítima, tão mentirosa é essa postiça fonte do direito, que o parlamento nacional, embora despejando, sem remissão, sôbre o País indefeso, a sua irreprimível e danosa lava legislativa, não soube, em mais de dezessete anos de atividade, nem sequer definir as reformas de base, que o Brasil vem reclamando.

Inventados para servir aos interêsses comerciais da burguesia, "legisladores" como os do nosso País, eleitos por su-

frágio universal, não mereceram nem mesmo a confiança dos primeiros grandes idealizadores do liberalismo. Sempre fracassaram. É, por exemplo, o que nos revela Montesquieu, em seu livro célebre, *O Espírito das Leis*, erigido em bíblia dos liberais: "A maior parte dos legisladores tem sido composta de homens de espírito estreito, que o acaso colocou à testa dos outros, e quase sòmente consultaram os seus preconceitos e as suas fantasias. Parece que êles desconheceram a grandeza e a dignidade de seu papel". Rousseau, por sua vez, não quer saber dos deputados, e afirma no *Contrato Social* "a vontade geral não se representa (...) Tôda Lei que o povo em pessoa não ratificou, é nula; não é lei".

No Brasil, já Pedro Lessa, em discurso de paraninfo, pronunciado em 1 906, dizia a seus alunos da Faculdade de Direito de São Paulo: "os encargos de legislar e executar as leis são conferidos, não aos que deram prova de maior capacidade, mas por uma espécie de seleção inversa, em que a mais condenável abdicação do povo, a mais egoística e indecorosa suspeita dos governos e as mesquinhas emulações dos políticos profissionais, geram em regra a vitória dos menos idôneos, intelectual e moralmente".

E leiam-se os jornais de agora! Não pode haver depoimento mais expressivo e mais desolador sôbre a política parlamentar brasileira, do que a que se contém no simples noticiário da nossa imprensa categorizada. E não há dia em que essa mesma imprensa não caustique, com virulência insopitável, a atividade negativa de nossos "legisladores" e de nosso Parlamento.

O próprio povo acaba percebendo o papel de tolo, que está desempenhando na tragi-comédia dos partidos políticos e do sufrágio universal. Em conseqüência, torna-se céptico e um pouco cínico. Quando não vota por amizade ou por dinheiro, vota por troça. E, com malícia, começa a escolher os candidatos mais engraçados, mais farçantes, mais pândegos. Vota sem consideração pela competência ou incompetência dos candidatos. Vota em quem dá melhores "espetáculos" em praça pública ou na televisão. Desistindo de formar órgãos legislativos dignos, o povo busca substituí-los pelo circo. Não é por outro motivo que um bode, em Pernambuco, e um rinoceronte, em São Paulo, já foram eleitos "legisladores".

Tal é a realidade. Mas permanece, persiste, sobrevive a ficção de que o sufrágio universal coloca o povo no Govêrno. E quem manifestar dúvidas sôbre as virtudes dêsse processo eleitoral estará profanando um "tabu" da Democracia.

Quanto ao próprio Parlamento, tomado em seu todo, basta lembrar que êle se compõe dos mencionados "representantes do povo", eleitos pelo ardil do enganador sufrágio universal. No Parlamento, segundo a doutrina fabulosa da liberal democracia, é onde o povo deveria estar, para ser Govêrno. Mas é onde êle não está, evidentemente. E o parlamento se constitui em cúpula do castelo mitológico do liberalismo.

Esta é, também, a realidade. Mas, ainda uma vez, permanece, persiste, sobrevive uma ficção: a de que o Parlamento representa a Nação. E quem se recusar a crer nesse sofisma estará profanando mais um "tabu" da Democracia.

— III —

As três mencionadas ficções, e outras semelhantes, são os "tabus" que compõem os fundamentos doutrinários do regime político brasileiro.

Não representam nada de real. São meras palavras, meras afirmações. Não passam de frases feitas, de "chavões", de "slogans". São mitos, são quimeras.

Mas são mitos ou quimeras com fôrça encantatória e grande poder de sedução.

Tudo, aliás, na liberal democracia, é assim. Tudo é quimera. Mas tão grande é o prestígio dessas quimeras, que passam à categoria de dogmas.

Sôbre tais dogmas, erguem-se as instituições. E as instituições, desligadas da realidade, vão formar um país artificial, uma super-estrutura fantasmagórica, que nada tem a ver com a estrutura natural da Nação.

O País real, o País onde estão os nossos lares e os nossos centros de vida, e onde lutamos pelo pão de cada dia e pelos ideais de nossos corações, o País onde estão nossas igrejas e nossos cemitérios, o País que amamos e que é a nossa Pátria, e pelo qual somos capazes de morrer, êsse País ficou submerso sob uma avalanche de fórmulas legais, que uma vesga e tortuosa política teima em manter, mas nas quais o grande povo já não pode mais confiar.

Avesso à realidade, o edifício do liberalismo é uma quimera. Fundada em mentiras, a democracia brasileira é um manto de irrisão. Na verdade, ela não é democracia.

Sertillanges advertia que "tôda quimera é nociva na prática social, porque a quimera nos torna avessos à realidade,

convida-nos a demoli-la; e uma vez feitas as demolições, não podendo erguer edifícios novos, que o solo se recusa a suportar, nós nos vemos obrigados a habitar as ruínas" (*Socialisme et Christianisme:* Le socialisme et la réforme économique, II, 2).

— IV —

Os efeitos do liberalismo no Brasil não se fizeram esperar. As mistificações primeiras do regime geraram outras mistificações.

A mentira é fecunda. Se as instituições mentem, a mentira torna-se hábito e norma. Eis porque, sem demora, nas práticas políticas e não políticas de nosso País floresceu a impostura.

Duas "verdades" começaram a existir, relativamente a tôdas essas práticas: uma verdade verdadeira, que os liberais fingem desconhecer, e uma "verdade" mentirosa, que os mesmos liberais proclamam e fingem aceitar. Assim é que há, por exemplo, uma verdade verdadeira e uma "verdade" mentirosa sôbre os nossos partidos políticos, sôbre os nossos métodos eleitorais, sôbre a significação do nosso Parlamento.

Ao mesmo tempo em que se apregoam as excelências de eleições livres, o dinheiro, soberano absoluto no império da burguesia, anula essa liberdade, e faz-se o grande eleitor.

Ao mesmo tempo em que se exalta a democracia representativa, realizam-se pleitos eleitorais pelo sistema da amassadeira, isto é, do sufrágio universal, que desfiguram o povo, transformando-o em massa, e que impossibilita a real representação dos cidadãos no Govêrno.

Ao mesmo tempo em que se enaltecem as virtudes do Parlamento, entrega-se a mais alta, a mais delicada, a mais difícil das atividades jurídicas, qual seja, a de fazer a lei, a homens vulgares e ignorantes, que recebem o insigne e augusto nome de *legisladores*.

De falsidade em falsidade, o regime criou um falso país, que não se confunde, em absoluto, com nosso Brasil verdadeiro. Esse falso país se tornou o campo ideal da demagogia. Converteu-se, como não podia deixar de ser, em reino da irresponsabilidade. E, finalmente, fêz-se também o império da corrupção.

Nesse falso país, como por magia do demônio, desabrochou tôda a escória social. Animaram-se os desonestos. Estimularam-se os inescrupulosos, os afoitos, os vigaristas. Incentivaram-se os intrujões, que ostentam honestidade, mas

sòmente para melhor ludibriar os incautos. E então, ocupando postos-chave, começaram a ser vistas figuras despresíveis de ladinos, de safados, de venais.

Na esfera da política, como nas demais esferas, amorteceu-se ou morreu o sentimento de moralidade. O subôrno se fêz sistema e rotina. Hoje *, tudo tem preço e tudo pode ser comprado. Não causam mais escândalo, nem espanto, as torpezas cometidas à custa da Nação. Negociatas são realizadas à sombra dos gabinetes presidenciais, nas ante-salas dos ministérios, nos corredores das Câmaras. O contrabando é praticado às escâncaras, com anuência tácita dos políticos, inclusive o contrabando de armas, que são introduzidas no País a serviço de bem conhecidos grupos subversivos, pregoeiros da destruição nacional.

No Parlamento bancadas suspeitas se formam, atentas a infames instruções alienígenas. Das leis emanadas hoje das Câmaras, quais serão as puras e sinceras? Quantas as que resultam de escusas e sinistras confabulações?

Com isto, o verdadeiro Brasil, que é o Brasil honrado, altivo e digno, está sendo desfigurado por um regime que o esmaga e submerge.

Como efeito inevitável dêste estado de coisas, retiram-se não raro, da vida pública, os homens bons. Retiram-se, freqüentemente, os melhores, os mais lúcidos, os mais puros, precisamente os homens de quem o País mais precisa. É que, realmente, não parece haver lugar próprio para êles, nos quadros do Govêrno. Que poderiam fazer, em meio da impostura? Se quisessem interferir na marcha dos acontecimentos, teriam logo que desistir de seu intento, por não sentirem possibilidade de compreensão para seus propósitos, e porque não seriam nem sequer ouvidos. Só lama lhes seria atirada ao rosto. Se se quisessem opôr à degringolada moral da Nação, a gargalhada dos politiqueiros os gelaria. Depois, a avalanche da turba-multa, da massa ignara, os desintegraria, sob o rôlo compressor do sufrágio universal.

Quem teve olhos para ver, assistiu, nos últimos pleitos eleitorais, à sistemática e dura derrota de quase todos os candidatos mais idôneos, mais capazes e mais competentes.

Assim é, inexoràvelmente, o que sucede na liberal democracia. O regime abafa, repele e reduz ao silêncio um número cada vez maior dos que se negam a participar da indecência,

---

* Repetimos: êste trabalho foi escrito muito antes da Revolução de março. Esta visou banir da vida nacional, precisamente, os erros calamitosos que aqui se apontam.

da tramóia e do roubo. Conseqüentemente, em cada eleição, o Brasil piora.

A Nação verdadeira assiste, aflita, ao retraimento forçado de suas elites morais e de sua aristocracia intelectual.

Nas vagas que se abrem, nos lugares que ficam vazios, aboletam-se os que nada têm a dar e nada a perder, porque são os aventureiros, os malandros, os desavergonhados, os trapaceiros, os larápios.

Demolidora de nossas tradições, dissolvente das altas virtudes de nossa raça, a falsa democracia, que nos foi imposta, está levando o Brasil à devassidão e à ruína.

Desalento e tristeza se apoderam dos que amam, em verdade, a sua Terra. E os setores inconspurcáveis do País vão sendo invadidos por uma onda crescente de inquietação, de sobressalto e de angústia.

Tôda razão teve Oliveira Vianna, quando escreveu em seu livro *Problemas de Política Objetiva:* "O presente regime não deu satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais: nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente. Estamos todos descrentes dela: todos sentimos que precisamos sair dela para outra coisa, para uma nova forma de govêrno".

Exatamente da mesma opinião, é Alberto Torres, em seu livro *Organização Nacional*.

— V —

Para uma nova fôrma de govêrno...

Mas convençamo-nos, desde logo, de que modificações superficiais nada resolveriam. Volta ao parlamentarismo, delegação de poderes, adoção do sistema eleitoral por distritos e outras providências semelhantes poderão amainar, talvez, as moléstias do regime, mas, de fato, não passam de paliativos, que não atingem, nem de longe, o cerne do problema. O mal é profundo e exige um remédio heróico.

Parece, porém, que se estagnaram os princípios constitucionais do mundo livre. Parece que se paralizaram as faculdades imaginativas dos constituintes, não só do Brasil, mas de tôdas as Nações Unidas. Mentalidades crepusculares insistem em carregar o cadáver de idéias mortas.

Enquanto um mundo cheio de vida e denso de idéias-fôrça se agita e freme atrás da cortina de ferro, para aquém da cortina de ferro, o que existe é o vácuo.

Em seu monumental *Tratado de Ciência Política*, George Burdeau escreve: "Na idade da desagregação do átomo, estamos, ainda, no plano constitucional, a praticar as técnicas mais arcaicas. Êsse conformismo, que se considera habitualmente como característico das sociedades primitivas, constitui um dos fatôres mais ativos da crise de que sofrem as instituições democráticas".

Que nos cumpre fazer, após tais verificações? *Cumpre-nos, antes de mais nada, perder o mêdo dos mitos. Já é tempo de abrirmos os olhos para a realidade, e de reformularmos, em têrmos legítimos, a democracia do Brasil.*

Para isto, é preciso ter a coragem de ser simplesmente verdadeiro. No império da mentira, a verdade, muitas vêzes, assusta e amedronta. Mas, que havemos de fazer? Continuar pactuando com a mentira? Cômoda atitude esta, sem dúvida, mas indigna do ser humano. Não foi para pactuar com a mentira, que a vida foi dada aos homens.

Ora, em matéria constitucional, a primeira verdade a ser proclamada, nos dias de hoje, é a seguinte: *Democracia liberal não é democracia.*

A democracia liberal foi, num momento da história, um sonho de democracia. Podemos mesmo dizer que foi um lindo sonho... Mas êsse sonho, que desempenhou relevante papel dentro de seu ciclo cultural (dentro do ciclo cultural a cujo fim estamos assistindo), demonstrou não corresponder a nada de real. Não como sonho, mas como política, o liberalismo fracassou, e não podia deixar de fracassar, porque não passa de uma quimera. Impossível, pois, continuar confundindo liberalismo com democracia.

Sejamos claros: que é a democracia?

— VI —

Democracia é o regime político que assegura a permanente penetração e influência da vontade dos governados nas decisões legislativas dos governantes.

Essa penetração e influência — essa participação — se faz por meio da *representação política.*

Não há verdadeira democracia sem autêntica representação política. E não há autêntica representação política, se esta não assegura a permanente penetração e influência da vontade dos cidadãos nas leis promulgadas pelo govêrno.

O desafio dos tempos modernos aos constitucionalistas dos povos livres está na seguinte pergunta: *Qual é a fórmula constitucional de uma autêntica representação política?*

Esta é, sem dúvida, a pergunta crucial feita aos estadistas de nossa era. E não é possível dar-lhe resposta, com honostidade, sem antes fixar, com rigorosa precisão, seu exato sentido. A resposta a tal pergunta — a resposta verdadeira, justa, desapaixonada, e não a resposta interesseira ou demagógica — só poderá ser dada depois de ser dada resposta a estas outras: Em que consiste uma autêntica representação política? Qual é a natureza dessa representação? Seria a representação política uma espécie de representação jurídica?

Para a unanimidade dos doutrinadores liberais, a representação política não tem a natureza da representação jurídica. Segundo êles, tal representação não possui, em verdade, os característicos da representação regulada pelo Direito Civil. Quando tais doutrinadores qualificam a representação com o adjetivo *política*, é precisamente porque desejam advertir que não se estão referindo a nenhuma espécie de representação *jurídica*, isto é, que não se estão referindo a uma relação ligada ao instituto privatístico do mandato. Na terminologia liberal, dizer *representação política* é dizer que o termo *representação* não está sendo empregado em seu sentido originário e técnico, mas que designa um *outro* instituto, que não tem nome próprio.

E por que motivos a representação política, na concepção liberal, não tem a natureza da representação jurídica? Por três motivos muito simples.

O primeiro está em que os parlamentares, segundo os liberais, não são mandatários de seus eleitores, não se vinculam, por nenhum mandato, a seus colégios eleitorais, não sendo obrigados, pois, a se sujeitarem às vontades e instruções de quem os elegeu.

A Constituição francêsa de 1 791, referindo-se aos representantes da Nação, preceituava taxativamente: "não lhes poderá ser dado nenhum mandato". As Constituições liberais modernas adotam, tácita ou expressamente, a mesma orientação. Assim é que a Constituição italiana, em seu artigo 67, estabelece: "Cada membro do Parlamento representa a Nação e exerce as suas funções sem vínculo de mandato".

De acôrdo com a doutrina liberal, a vontade da Nação não é anterior à vontade dos parlamentares, porque a Nação não tem uma vontade independente da vontade das pessoas,

e não se pode manifestar por si. Em conseqüência, não pode a Nação, segundo o liberalismo, dizer aos parlamentares o que ela quer. E, realmente, ela não o faz, afirmam os liberais, pois o que sucede é precisamente o inverso. A vontade dos parlamentares é que se erige em vontade nacional.

Burke, em sua já citada mensagem de 1 774, doutrinava nos seguintes têrmos: "Exprimir uma opinião é o direito de todo homem; a dos eleitores é uma opinião que pesa e que deve ser respeitada, e que um representante deve estar sempre pronto a ouvir, e que êle deverá sempre ponderar com grande atenção. Mas instruções *imperativas*, *mandatos* aos quais o membro (da Câmara dos Comuns) deve expressa e cegamente obedecer, em razão dos quais deve votar, e em favor dos quais deve discutir (...), essas são coisas totalmente desconhecidas pelas leis desta terra".

Como bem assinala Carré de Malberg, em sua *Contribuição à Teoria Geral do Estado*, a palavra "representação", no Direito Constitucional dos liberais, mudou de sentido: não designa mais, como primitivamente, uma certa relação entre o parlamentar e seus mandantes; exprime, isto sim, a idéia de que foi dado a determinados cidadãos, o poder de querer e de decidir *pela* Nação. "A assembléia dos deputados representa a nação, porque aquela tem o poder de querer por esta". "O representante *quer pela* nação".

O segundo motivo pelo qual a representação política, na concepção liberal, não tem a natureza da representação jurídica, é conseqüência direta do primeiro. Uma vez firmado o princípio de que os parlamentares não são mandatários, em sentido jurídico, segue-se necessàriamente que êles não têm qualquer obrigação de prestar contas, não respondem, perante seus eleitores, por suas ações ou abstenções, não são *responsáveis ou responsabilizáveis* pelo que fizerem ou deixarem de fazer, na qualidade de parlamentares.

Finalmente, o terceiro motivo está em que a concepção liberal da representação política nega aos eleitores o poder de revogar o mandato, poder êste que é um direito inconteste e uma garantia normal do mandante, nas relações jurídicas comuns.

Sem o vínculo do mandato, sem a responsabilidade jurídica do mandatário, sem o poder do mandante de revogar o mandato, é bem claro que a representação política dos liberais não apresenta nenhum traço da representação jurídica.

E nada tendo da representação jurídica, será legítimo chamá-la de *representação?*

Respondem os liberais que a sua representação política pode legìtimamente ser chamada de *representação* por dois motivos: 1. por *anologia* entre ela e a representação jurídica; 2. pela *intenção* orientadora da liberal democracia.

Examinemos, em poucas palavras, êstes dois motivos.

Haverá, realmente, analogia entre a representação política liberal e a representação jurídica? Sim, respondem os doutrinadores liberais, essa analogia existe. E argumentam da seguinte maneira.

O fato de não estar o legislador ligado por mandato a seus eleitores não significa que não esteja ligado por coisa nenhuma. Em verdade, o parlamentar está prêso ao programa de seu partido. Êle é eleito *para* um determinado fim: *para* propugnar pela vitória das medidas anunciadas nesse programa. Tal fim ou objetivo, em razão do qual sua eleição é realizada, não confere, é certo, à missão do parlamentar, a natureza de um mandato, em sentido próprio, mas, na opinião dos doutrinadores do liberalismo, faz, dessa missão, *algo de semelhante* a um mandato.

Pode o parlamentar, não há dúvida, libertar-se da disciplina partidária, e agir em desacôrdo com o programa de seu partido. Como já verificámos, o parlamentar, segundo a doutrina liberal, não deve contas a seu eleitorado, nem é responsabilizável por seus atos. Mas, embora não havendo responsabilidade jurídica do parlamentar, existe o que os teóricos do liberalismo chamam de responsabilidade política. Pode o parlamentar rebelde sofrer sanções diversas, como a censura de seus chefes e líderes, e até a expulsão de seu partido. Essa responsabilidade política, na teoria dos mesmos doutrinadores, não deixa de ter uma certa semelhança com a responsabilidade jurídica.

Quanto ao poder de revogação do "mandato" do parlamentar, prosseguem êsses doutrinadores, é incontestável que o eleitorado não tem tal faculdade, se esta for considerada pelo prisma do Direito Civil. Mas, na prática, a não reeleição do parlamentar equivale à revogação de seu "mandato".

Há, pois, analogia, concluem os defensores do liberalismo, entre a representação política liberal e a representação jurídica.

É evidente que tudo isso não passa de pura fantasia. Na prática, essa analogia não existe em absoluto. Para estabelecê-la, os liberais se fundam no princípio teórico de que os votos são dados aos candidatos em razão dos programas de

seus respectivos partidos, e de que o parlamentar, uma vez eleito, está prêso a êsse programa. A experiência demonstra que, ao menos no Brasil, nada disso se verifica.

Quantos serão, em verdade, os iluminados eleitores que conhecem os programas dos partidos brasileiros, que os estudaram e os compararam uns aos outros, e que, afinal, escolheram aquêle que lhes pareceu ser o melhor? Nenhum ou quase nenhum, certamente.

Os votos são dados aos candidatos, não por causa dos inexpressivos, inúteis e desconhecidos programas de seus respectivos partidos, mas por quaisquer outros motivos, como já verificámos. E os próprios deputados, salvo raríssimas exceções, ficariam estarrecidos se fôssem chamados à ordem pelo fato de não estarem defendendo o programa do partido sob cuja legenda se elegeram, e perguntariam fatalmente: "Que programa?".

Mas a representação política liberal, de acôrdo com seus doutrinadores, deve ser tida como *representação,* não só em virtude da referida analogia, mas também (e, talvez, principalmente) por fôrça da *intenção,* que orienta e anima o regime liberal democrático. Que intenção será essa?

O regime liberal democrático é qualificado de *representativo,* os deputados e senadores são chamados *representantes e mandatários,* e a missão dos parlamentares é denominada *mandato* porque, em tal regime, entende-se que os parlamentares se devem portar *como se fôssem* realmente representantes e mandatários, *como se* a sua missão tivesse a natureza do mandato, cumprindo-lhes cuidar, em conseqüência, não de seus próprios interêsses, mas dos interêsses da Nação, definidos como tais nos respectivos programas partidários.

Os próprios liberais são os primeiros a sustentar que os deputados e senadores não são mandatários, porque não se lhes pode dar nenhum mandato. Não são, portanto, tais deputados e senadores, verdadeiros representantes. Entretanto, insistem êsses liberais em qualificar o regime de *representativo.* Por que? Porque, evidentemente, desejam os liberais, com o poder sugestivo de uma palavra, conseguir *na prática* o que, doutrinàriamente, não conseguiram. Que os parlamentares se conduzam como representantes! Que sua ação parlamentar vise sòmente o que lhes parecem ser os interêsses da Nação representada!

Para os liberais, dizer que o regime é *representativo* é firmar, acima de tudo, um preceito de dever, um princípio

moral. A palavra *representação* é por êles mantida por um motivo deontológico, e designa o que *deve ser* ou o que *deveria ser*, simbolizando, portanto, um ideal político.

Em suma, o regime liberal democrático é dito representativo, porque tem a *intenção* de ser representativo.

Que havemos de concluir de tudo quanto se vem de expôr? Concluiremos, simplesmente, que a representação política do liberalismo não é uma autêntica representação. Como, em verdade, considerá-la representação autêntica? Dizem aquêles que estão interessados em chamar de *representativo* o regime liberal democrático, que ela é representação *por analogia*... Dizem que ela é representação porque *anseia* ser representação... A nós parece que, se ela só é representação por analogia, ela não passa de *metáfora* de representação; e que, se ela só é representação porque *anseia* ser representação, ela não é mais do que uma *esperança* de representação. Logo, no fundo das coisas, ela não é nada de representação.

Mas cheguemos ao fim de nosso raciocínio. Se a representação política no regime liberal democrático não é representação autêntica, tal regime não é um regime autênticamente representativo. Não sendo um regime autênticamente representativo, a chamada liberal democracia não é um autêntico regime democrático.

Há, é certo, quem considere a pseudo-representação política obtida por sufrágio universal uma *ficção jurídica,* não no sentido pejorativo de ardil, embuste, falsificação, mas no sentido clássico da *fictio juris,* considerada como um estratagema legítimo e necessário da técnica jurídica, empregado para resolver um problema de ordem social, que, de outro modo, não pode ser solucionado. Ela seria uma ficção jurídica no mesmo sentido em que é ficção jurídica o princípio legítimo e necessário de que "todos conhecem a lei".

Não cremos, entretanto, que a pseudo-representação política obtida por sufrágio universal possa, a justo título, ser considerada uma *fictio juris.* E não o cremos porque uma ficção, na esfera do direito, só poder ser considerada uma *fictio juris* quando se verificam duas condições. A primeira é a circunstância de não ser possível, por motivos de relevante interêsse social, substituir o direito-ficção pelo simples reconhecimento da realidade. A segunda é a circunstância de ser plenamente atingido, pelo direito-ficção, o fim de relevante interêsse social, que determinou a sua criação.

A ficção, por exemplo, de que "todos conhecem a lei" é, tipicamente, uma *fictio juris*. Por que? Porque, em primeiro lugar, a desordem se implantaria na sociedade se ela fôsse substituída pela simples aceitação da realidade, isto é, pela aceitação de que muitos não conhecem a lei. Pois, se tal realidade fôsse aceita, bastaria a alegação da ignorância da lei para livrar de responsabilidade os que a violassem. E porque, em segundo lugar, tal ficção atinge plenamente seu fim de relevante interêsse social, fim êste que determinou sua criação, e que é o de permitir que os violadores da lei possam ser responsabilizados pelo mal a que deram causa, e forçados a cumprir a lei que violaram, ou a reparar o dano de que foram autores.

Ora, tudo indica que a ficção da representação política sufragística deve ser substituída, precisamente em razão de relevante interêsse social, por uma representação *real*, isto é, por uma representação que não seja, apenas, uma representação por *intenção* ou por *ideal*, mas que seja representação *de fato*.

O ideal de ser um regime representativo, a liberal democracia jamais o alcançou. A *intenção, esperança* ou *sonho* da liberal democracia nunca passou de intenção, esperança ou sonho, e, isto mesmo, sòmente nas cabeças dos grandes idealistas do liberalismo. Na prática, ao menos no Brasil, (e, evidentemente, em muitos outros países também), a chamada representação política, criada pela amassadeira do sufrágio universal, redundou no mais estrondoso fracasso, como já demonstramos em outra parte dêste trabalho.

É claro, portanto, que, ao menos no Brasil (para só falar de nosso País), a representação política sufragística não pode ser considerada uma *fictio juris*. Ela é uma ficção, sim, mas não uma ficção de direito, não uma ficção jurídica, no alto sentido desta expressão. Ela é uma ficção simples e comum, ou seja, uma farsa, uma mentira, uma mistificação, que, iludindo, enganando, embaíndo povo e Nação, é causa direta da degringolada política de nossa Terra.

Pois, o de que precisamos, no Brasil, em matéria de representação política, não é, certamente, uma ficção de responsabilidade. A referida degringolada se origina precisamente no fato de não serem, os nossos "representantes políticos", representantes de coisa nenhuma, isto é, de não serem mandatários, de não terem mandato, de poderem fazer o que bem quiserem, e de não serem responsáveis.

Responsabilidade! E responsabilidade jurídica! Eis do que carece a nossa política.

Logo, o de que precisamos é de uma representação política que seja jurídica. *Nossa representação política há-de ser uma representação jurídica com fins políticos.* Ou, mais claramente, *uma representação jurídica com fins legislativos.* É nisto que consiste uma autêntica representação política.

O eminente Kelsen, com todo o seu saber e sua velha experiência de constitucionalista, adverte: "Para estabelecer uma verdadeira relação de representação, não basta que o representante seja nomeado ou eleito pelo representado. É necessário que o representante esteja juridicamente obrigado a executar a vontade do representado, e que o cumprimento dessa obrigação seja garantido juridicamente" (*Teoria Geral do Direito e do Estado*).

Fora daí, nêste terreno, tudo é ilusão e falsidade.

E agora, uma vez verificados os fatos e fixada a doutrina mais consentânea com a realidade, parece-nos estarmos em condições de procurar, com segurança, a fórmula constitucional de uma autêntica representação política para o Brasil.

(continua)

ATUALIDADE DE CASSIANO RICARDO

HOMERO SILVEIRA

A posição em que se encontra atualmente Cassiano Ricardo com a sua concepção poética é a seqüência lógica de uma vida de experiências artísticas.

Cassiano retoma o diálogo iniciado em 1922 pelos modernistas no tocante à pesquisa estética. E o faz dentro de uma coerência de idéias que vem, principalmente, desde a publicação de "João Torto e a Fábula" e "O arranhacéu de vidro" (1957) e que já foi assinalado por Mário Faustino em "Poemas Murais" (1947) em que se encontram os versos

uma formiga
em forma de g

que se antecipam de muito aos próprios poemas "concretistas". Assinalam os críticos ainda a "Serenata Sintética" e o próprio Cassiano lembra que em 1928 escrevia algo dentro de uma concepção acústico-visual em "Dança do Tangará". Em 1947 referia-se êle numa conferência sôbre Luís Guimarães Júnior à questão "do espaço entre um verso e outro" a ser aproveitado pelos poetas.

Não bastassem estas antecipações que são em resumo o mesmo caminho percorrido pelo poeta, vemos em tôda reedição dos livros de Cassiano a constância da renovação. Há poemas que nada mais representam da sua primeira apresentação gráfica. Os versos muitas vêzes são divididos em mais de um ou há acréscimos. Lembremos de passagem "Soldados Verdes" de "Vamos caçar Papagáios" que na época de sua publicação em 1926 não continha quatro versos inteiramente novos (como se lê em edição posterior) e houve modificações desta ordem:

As casas brancas dos colonos são cartazes muito brancos

que depois seria assim:

As casas dos colonos são cartazes muito brancos

ou então o verso

Soa nos morros o clarim vermelho da manhã

onde a palavra *morros* é substituída por *vales*, mudando completamente a paisagem matinal.

No "Martim Cererê" o poema "Ladainha" que ainda em 1947 em "Um dia depois do outro" tinha uma apresentação já se apresenta diverso na edição definitiva (de 1962 — "Saraiva" — S. Paulo). O primeiro verso, p. ex., bipartia-se, e o longo verso

A grande terra girassol onde havia guerreiros de tanga
e onças ruivas deitadas à sombra das árvores
[*mosqueadas de sol.*

também se bipartiu terminando o primeiro verso na palavra *tanga*.

Seria longo verificar-se tôdas as modificações que o poeta fêz em vários de seus poemas. O que isto representa — uma permanente ânsia de pesquisa, uma inquietação que faz com que o poeta ao sabor das novas vivências e dos impactos da sua própria arte que se renova jamais se julgue realizado. Há quem discorde. Achamos porém que o verdadeiro poeta deve ser mesmo assim. Não se compreende a modificação de versos de poetas mortos. Mas se acontece de se encontrar autógrafos em que o próprio artista procurou modificações, que não chegaram ao conhecimento público na época das publicações em vida, o editor tem o dever de revê-los. Proust deixou escritos que recriaram inteiramente velhas páginas de sua imensa obra. Que se dirá de poetas vivos? E de poetas inquietos como Cassiano cuja poesia vem se reformulando dia a dia?

Sua própria evolução poética o comprova. Cassiano se inicia parnasiano. Modernista, empenha-se em pleno nacionalismo revelando-se um colorista forte e original. E já aí um renovador, criando novos ritmos e trazendo para a nossa poesia um calor tropical exuberante. "Martim Cererê" é um marco de renovação. E um símbolo: pois nêle se incarna de corpo inteiro o próprio poeta. Na sua rebeldia aos cânones e ao já feito. "Borrões de Verde e Amarelo" é expressivo de sua finalidade até no título.

E essa rebeldia permanece, o que prova que Cassiano Ricardo está vivo.

Fica ainda assentado que êle não é um simples novidadeiro. Cassiano é sempre novo. A novidade não está nêle como simples adminículo. É êle mesmo.

"A DIFÍCIL MANHÃ"

Isto pôsto, vamos ao "A difícil manhã", poemas publicados em 1960. ("Livros de Portugal" — Rio de Janeiro).

Encontramos nêste livro:

a) gôsto pelo neologismo;

b) obsessão do azul;

c) reinvenção no uso do apóstrofo e do parêntese;

d) reformulação da linguagem;

e) obsessão chinêsa;

f) permanência do lirismo (situação humana prototípica — CASSIRER);

g) participação (lingüística, estrutural, cultural e ideológica);

h) presença acústico-visual.

Os neologismos pululam: flormorfose, estreladalva, estreladalvo, soliturna, corderrosismo, desmorar, setecolorido, azuldada, extrazul, azulmar, luzazul, desbrilho, crinalvo, bigúmea.

Nesta simples enumeração já se percebe a obsessão do azul (4 palavras) sendo que *luzazul* está 6 vêzes num só poema, além de *azul mulheril* (à pág. 80) e a impressão que tem o poeta de que o azul é gordo:

O céu é gordo (todo azul é gordo).

O apóstrofo e o parêntese tomaram novo sentido. Não mais a ausência de uma letra mas a presença de mais de um pensamento, além do novo emprêgo da tmese. Exemplo, no poema "A fotografia da terra":

Fotografar da Terra a face (t)curva
pra poder vê-la em tôda a sua nudez de antro-pó'faga,
como Édipo rosto a rosto de Jocasta?

Vemos claramente que o poeta numa só palavra diz da face da terra que é *turva* e é *curva*. Depois o achado de *antro-pó'faga.*

No poema II de "O Bêco da Lua":

A moçoila que ama
seu marujo, sal'sujo
de whisky e de mar,
se perderá na rua
como mariposa
que antes de mari'esposa
se queimou na chama
do luar.

topamos com um jôgo excelente no aproveitamento da palavra *mar* em que se sujou o marujo *(sal'sujo)* e que traz um sentido à perdição da moçoila (aqui denominada de *mariposa,* palavra que embora de outra semântica encerra em si *mar*). Poderíamos até escrever, acompanhando a sugestão do poeta e para melhor entendimento — *mar (i) posa,* o que preanuncia o que o próprio poeta refere no verso seguinte em que constrói *mari'esposa* (de mariposa + esposa) que nós grafaríamos — *mar (i)'esposa,* com permissão do poeta . . .

Em seguida temos:

O Bêco da Lua
é onde a vida p'ulula
como cachorra gr'ávida
sob a pele da fome
etc.

Assinalamos ainda: *not'urna, f'urna, ex'tinto, t'rombudos. pen'umbra, noit'alva* e êste verdadeiro achado que é *Soub'S* (soubesse). E mais: *m'agro, ros'atriz, cl'ave, desen'canta.* Existe também a *Ode (p)fluvial.*

A reformulação da linguagem está explicada num poema — "Linguagem" (pág. 94) — que diz tudo.

O poeta está encantado também com a China. Sugestão do ideograma ou lá o que seja encontramos 7 vêzes a palavra *chinêsa* ou derivados como *chim* (ou *China*) ou *espadachim* (que é sugestivo).

O lirismo permanece. E não haveria de permanecer? Em "A medula de fogo" de excepcional delicadeza, nos poemas "A aero-moça e o pedestre", "Mulher na cerração", "Saudade & amor perfeito" onde se encontra esta definição de saudade:

prazer de ficar triste...

Cassiano é ainda: poeta participante. E com que fôrça! Leia-se "O Bêco da Lua" e sobretudo "Auto de uma ação de despêjo" em que reponta êste verso definitivo:

será uma solução? ou um soluço?

Poemas acústico-visuais esplêndidos: "Rock and roll", maravilhoso de efeito rítmico-musical e "Campanário de São José".

A palavra nas mãos de Cassiano Ricardo é um brinquedo. Com êle o poeta faz diabruras como no poema "Cantochão" — que nós grafaríamos "Canto(chão)" — tal a sugestibilidade da duas palavras-chaves.

E no poema "A cidade feroz":

(Eu foto hipo pótamo gràfica mente na relva)

que é tão rico de sugestões expressivas para todo um artigo de interpretação, o que, aliás, foi magistralmente feito por Oswaldino Marques em "Laboratório poético de Cassiano Ricardo" — Rio — Civilização Brasileira, 1962.

Não falta o panteísmo colorido do "Pedido aos transeuntes", réplica ao "Se eu morresse amanhã" do Álvares de Azevedo. Nêste poema assinale-se que o poeta diz

não desejo que minha irmã
saiba que "amanhã morri"

onde se posticipa um fato de véspera, o que na compreensão do tempo em função poética é muito interessante. E original. A astronáutica hoje comprova isso cientificamente: alguém póde perfeitamente telegrafar de determinado lugar que "chegarei ontem" ou que "cheguei amanhã". (Os poetas como sempre se antecipam aos cientistas).

POETA VANGUARDEIRO, NÃO-CONCRETO

Cassiano Ricardo afirma que não é poeta "concretista".

Não é.

Ninguém exigiria dêle que o fôsse.

Em artigo (aliás excelente) para o 1.º número de "Invenção" Cassiano Ricardo justifica plenamente sua posição estética que podemos dizer confluente com o "concretismo", algumas vêzes, porém realmente livre de tôda ortodoxia e influência, estruturando seus poemas em fontes e dados mais brasileiros, permanecendo fiel a conceitos poéticos ainda e sempre válidos (embora repudiados pelo "concretismo" — tais como o mito, o símbolo, o concreto-anímico), não se deixando arrastar pelo que de cartazista (no bom sentido) existe nêsse movimento vanguardeiro. Nota-se em Cassiano Ricardo pendor pela fraturação compositiva (como em *esc'ar'céu*, de "Montanha Russa" que na aparência fratura a palavra *escarcéu* mas efetivamente a recompõe em *esc* (escada interrompida) *ar* e *céu*, conforme explicação do próprio inventor). Nota-se permanente fidelidade ao que para êle ainda vale na poesia tradicional (o sonêto, p.ex., a que dedica tôda uma parte de "A difícil manhã"; o verso que continua em seus poemas como unidade expressiva, embora às vêzes fraturado (e isto é curioso porque Cassiano é o inventor do *linossígno*, substituto do verso); a rima, que ainda persiste; a quadrinha; a intuição). Há certas experiências à Cummings que êle não faz. Nêsse particular, Carlos Drummond de Andrade avançou mais. Veja-se o que êste produziu em "Lição de Coisas".

Em uma palavra: Cassiano Ricardo não se repudia no que está certíssimo. Pelo simples gôsto da originalidade não sacrifica o que nêle é opção (por vêzes orgânica), o que nêle representa um sentido estético que lhe fala plenamente à inteligência e aos sentimentos. Cassiano Ricardo continua autêntico. Vanguardeiro como sempre mas não novidadeiro. Fiel a Cassiano Ricardo, não à moda. Por mais que esta lhe fale de perto à sensibilidade e o comova.

A experiência, que deve ser rastreada também em "Montanha Russa", leva-o a reformular conceitos poéticos e, senhor absoluto dentro da revolução de vanguarda que se processa nos caminhos da poesia de hoje, não perde nunca o sentido da poesia autêntica revelada em tôda a sua obra desde os momentos parnasianos da estréia. Increpa-se (um tanto afoi-

tamente) a poesia atual de apoética e ela por vêzes se arrisca mesmo (deliberadamente) incursionando na publicidade ("la publicité touche à la poésie") na geometria e na mera construção, mergulhando no primitivismo do poema configurado (que certos críticos desavisados taxam de ausência de novidade, ignorantes de Boultenhouse que Décio Pignatari cita com propriedade), exercitando-se em poemas de uma palavra só, fraturando e atomizando a palavra — em resumo, criando sempre e num largo sentido todo um mundo de estruturas e analogias audazes. Tôda essa recriação e êsse apêlo ao verbivocovisual, tôda essa reformulação de conceitos e normas, essa quebra de tabus, êsse desprêzo deliberado ao preconceito, essa náusea acadêmica e do tradicional levariam ao esnobismo e à frustração os falsos poetas. Não os poetas.

É o caso de Cassiano Ricardo. Grande poeta. Vanguardeiro sem necessidade de ser "concreto". Autonomista, êle mesmo assim se classifica. E aliás muito bem. Cassiano Ricardo se bate pela autonomia do poema, que não é música, não é pintura nem arquitetura como querem alguns, mas poema mesmo, poema só — poesia. Arte autônoma, não subsidiária. E poema que independe de suas partes constitutivas como o verso, por exemplo, que Cassiano desmonta e mata, completamente, mostrando que um poema nada tem que ver com o verso e muito menos com a rima.

Disse-o muito bem Mário Chamie, citando Wleidé em seu ensáio "Palavra-levantamento na poesia de Cassiano Ricardo" (Rio, Livraria São José, 1963): "Sem dúvida, estèticamente, o todo não é a soma das partes: abstrai a presença das partes e se constitui em uma estrutura válida por si mesma. *É um todo que não se reduz à soma das partes*, assevera Wleidé".

E isto mais do que em outra obra ricardiana o leitor sente bem em

JEREMIAS SEM-CHORAR

É o último livro em data de Cassiano Ricardo publicado êste ano pela Livraria José Olympio — Rio de Janeiro.

"Jeremias sem-chorar" continua e de certa forma completa a série de poemas modernos do grande poeta. Desde "Um dia depois do outro" (1947) que a obra ricardiana tomou nova acepção e enveredou por novos rumos, não só sob o ponto de vista estético como pela cosmovisão do Autor. Chamie tenta mesmo um diagrama da evolução de Cassiano

dividindo sua obra, a partir de "Um dia depois do outro" em dois grandes blocos. O primeiro compôsto dos livros "Um dia depois do outro", "A Face Perdida" e "Poemas Murais". O segundo compôsto dos livros "João Torto e a Fábula", "O Arranhacéu de Vidro", "Montanha Russa" e "A Difícil Manhã". São livros fundamentais em que as intenções do Autor estão muito bem definidas e a sua revolução estética assume características muito pessoais, que só fizeram acentuar-se e até melhor se definirem nêste "Jeremias sem-chorar". Aliás, Jeremias vem de "Montanha Russa", embora só agora seja integralmente uma das *dramatis personae* (aliás a mais importante) do livro.

E é êste mais um dos característicos de Cassiano em seus últimos livros: a presença do drama em sua poesia, a teatralidade dentro de sua poesia. Nêste último livro, por exemplo, as *dramatis personae* são: Jeremias, Safiro (o autômato), as 7 AntiSamaritanas: Íris, Igma, Auta, Susta, Hidra, Francine, Iara; os 4 Reis do Baralho e Circe, conforme o próprio Autor explica em "Notas", no final da obra. Chega mesmo a dar a ficha de identidade de Jeremias, assim:

Jeremias: 25 anos.
Característica: ôlho de vidro.
Diagnóstico: sofrer de azulgagarismo, automatismo e antecipação. Seu símbolo bíblico — o número 7.

São muito curiosas essas "Notas" do Autor. Como que o poeta se transforma em professor e cuidadosamente procura guiar o leitor nos meândros de sua obra, dando-lhe tôdas as "chaves" indispensáveis para a compreensão e, conseqüentemente, a "comunicação" dos poemas. Cassiano como que não acredita muito na acuidade inteletiva de seus consumidores (como se costuma dizer, modernamente) ou, por outro lado, não crê no mistério de que tanto se valeu a arte depois do simbolismo. É interessante essa atitude, que, digamos de passagem, tira muito do sabor da descoberta, principalmente para os leitores-críticos. Poeta tremendamente lúcido, não quer Cassiano Ricardo que a "rarefação do assunto" (que era música para Mário de Andrade e de onde nasceu o hermetismo) faça perder a sua comunicabilidade com o leitor. Homem de seu tempo, obsessionado mesmo com os temas de seu tempo, os quais representam o que Oswaldino Marques na sua magistral obra "Laboratório Poético de Cassiano Ricardo" chama de "Cosmovisão" e em que se inserem os temas angustiantes da bomba atômica e as implicações da tecnologia moderna

(que ameaça o mundo com sua maquinaria) como vemos claramente no poema "Ladainha":

> . . . .
>
> *Por que levantar o braço*
> *para colhêr o fruto?*
> *A máquina o fará por nós.*
> *Por que labutar no campo, na cidade?*
> *A máquina o fará por nós.*
> *Por que pensar, imaginar?*
> *A máquina o fará por nós.*
> *Por que fazer um poema?*
> *A máquina o fará por nós.*
> *Por que subir a escada de Jacó?*
> *A máquina o fará por nós.*
>
> *Ó máquina, orai por nós.*

Cassiano Ricardo sente bem a solidão do homem moderno perdido num mundo desumanizado, inteiramente só perante suas perplexidades que o fazem um João Torto porque ameaçado na sua visão das coisas pelos reflexos enganadores do gás "neon", pela intrusão sub-liminal da publicidade, pela demagogia dos políticos, pela brutalidade das guerras, que agora se tornaram "frias" sem deixar de ser desumanas. Vem daí, possìvelmente, a sua preocupação de ser entendido pelos semelhantes, de lhes mandar uma mensagem de espera ou de esperança (duas palavras-mágicas de que o poeta faz largo uso em seus poemas).

Não deixa êle contudo de se esmerar nas invenções estéticas. Muitas daquelas observações que já fizemos no início dêste trabalho são encontradas de novo em "Jeremias sem-chorar". Nenhum poema ricardiano é feito de improviso. O poeta não acredita em inspiração sem artesanato. Êle mesmo o diz:

> *1*
>
> *Que é a Poesia?*
>
> *uma ilha*
> *cercada*
> *de palavras*
> *por todos*
> *os lados.*

2

Que é o Poeta?

um homem
que trabalha o poema
com o suor do seu rosto.
Um homem
que tem fome
como qualquer outro
homem.

Tão preocupado é o poeta com as suas "invenções" que faz acompanhar o livro de poemas (ou o poema-livro?) "Jeremias sem-chorar" de um ensaio excelente e muito bem informado e documentado que se chama "Algumas reflexões sôbre poética de vanguarda" (Livraria José Olympio, Rio, 1964) o qual junto aos trabalhos aqui citados de Mário Chamie e de Oswaldino Marques explica plenamente o poeta, não deixando mesmo grande margem especulativa para os exegetas. Aí se encontra, por exemplo, a equação definidora de poesia para Cassiano, aliás quase um comentário ampliado da que Mário de Andrade, continuando Dermée, expressou em "A Escrava que não é Isaura":

arte poética + palavra + poema = poesia.

Mário havia apresentado esta outra fórmula:

lirismo + crítica + palavra = poesia.

O amor aos neologismos está presente em "Jeremias sem-chorar": lacrimossedenta, tigradouro (logradouro do tigre), selvàfricamente, enraiverdecido (raiva do mar que é verde), invidrosível, desestreladalva, sanguino-lento (em que o poeta explica a ligação em que está o doador que transfunde o seu sangue lentamente para alguém, sendo que o traço de união aqui é também significativo e não por acaso), cemisfério (entre cemitério e esférico ou hemisférico), azulgagarismo, desboi (o boi que deixa de o ser depois de morto e até "mudou de sexo em nosso prato", conforme observação de Cassiano).

O apóstrofo, o parêntese e o travessão usados esplêndidamente recriando palavras e conceitos. Alguns exemplos: b'arca; A'fog'ada; ex'ato; (p)bomba; (A)ocidental; (m)mira —

(m)lira; pré(a)núncio; (êle)fante; (t)serra; guarda(in)civil; cumpli/cidade (há tôda uma série sôbre "cidade" nêste feitio); entre-es(p)fera; canto ex-ótico; viagem ex(orbita)nte; espad'arte; col'chão; (s)dom.

A revalorização da letra como um verdadeiro signo. Nêste particular a letra "T" apresenta singular significação. Vejamos: sinTaxe; susTo; eleTrocardiograma. Não seria uma sugestão da antena (melhor grafaríamos anTena) de televisão? Assim como o arranhacéu está tão dentro da poesia ricardiana, é possível que as anTenas de TV aí, expliquem a sua constância na paisagem da cidade moderna. Nada demais se pensarmos nos poemas visuais de Cassiano Ricardo. Exemplos maravilhosos temos nesta obra, sobretudo "Translação", que é imposível de ser transcrito aqui. Assim como "Gagarin" e "Plebiscito" que apresenta êstes achados:

NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO NÃO
NÃONÃONÃONÃONÃONÃO
NÃO NÃONÃONÃO NÃO

E mais: os achados acústicos (pura onomatopéia) de "Mariconga":

Na surna da caapunga
a banga da mariconga

iunga

lùgubremente.

E o poema rotativo? Leia-se "Rotação" e sentir-se-á o movimento rotativo que êle encerra.

Em Cassiano Ricardo encontramos tôdas as componentes da vida moderna: o som, o movimento, o ruído ("bruitismo", chama-lhe Cassiano, dando como exemplo o "Mariconga") e até as "lamentações eletrônicas", ao lado da côr, sempre presente na obra ricardiana.

Quase não se deveria citar nenhum poema especìficamente revolucionário no sentido estético nêste "Jeremias sem-chorar". Mas cumpre destacar "Eucípede". Todos são, de uma forma ou de outra francamente revolucionários, bastando ressaltar a quase ausência (o poeta fez algumas concessões propositadas) do verso nesta obra. Aqui domina o *linossígno.* A luta de Cassiano tôda se concentra na morte do verso,

realçando pelo contrário a palavra como essencial na poesia. "Eucípede" é poema típico apresentando uma porção de novidades, como por exemplo:

salto o muro do
som
meu eco chega a-
pós
seis vêzes depois
Circe
do que eu te disse
desencontro de asa
entre nós

Visto assim, fragmentàriamente, o leitor não tem uma idéia exata do poema cuja invenção ultrapassa de muito o que o próprio Cassiano tem feito, ùltimamente. Nossa intenção é mais de provocar a curiosidade do leitor para o conhecimento integral do poema. A análise da poesia moderna tem o grande defeito de, em certo sentido, desfigurá-la. O melhor do poema está... no poema mesmo, nunca nas dissecações dos exegetas. Tanto mais que cada leitor é um.

A LIBERTAÇÃO PELA INFÂNCIA E A ATUALIDADE DE CASSIANO

O homem moderno é um desgraçado. E isto comove Cassiano. Em "João Torto e a Fábula" o poeta estava preocupado, sinceramente, com o problema das "deformações", causadas pela bomba atômica. A bomba não era mais uma experiência de laboratório. Era uma realidade horrorosa provada em Hiroshima. E essa realidade persiste como a maior ameaça ao mundo de nossos dias cujo futuro dela depende. O homem moderno vive sob a ameaça, e o mêdo lhe tolhe a faculdade de sonhar. "João orto e a Fábula" é o poema das "deformações" em que o homem (João Torto) pode se emparelhar com o símbolo deformado que para o poeta é o Hipopótamo. Mas mesmo assim, o poema termina com uma mensagem de esperança. O problema em "Jeremias" é diverso. Jeremias é o homem integrado no mundo cibernético, astronáutico, audiovisual, acrográfico e, por "7 razões", impedido de chorar como o profeta bíblico. É o que informa o poeta. Jeremias está na condição suprema que Sartre aponta como a fonte da desgraça moderna: o esquecimento da infância. Jeremias é

o homem alcançado pela tristeza do "precisa-se" do mundo contemporâneo. Precisa-se: de pão, de terra e até... precisa-se de uma rosa.

Mas se a fonte da infelicidade está no esquecimento da infância, por que não voltarmos a ela? É o que pensa Jeremias. É o que Jeremias resolve fazer. "Fazer-se de urso para crianças". Seria o seu último recurso.

Sim: ainda resta salvação para o mundo.

Diga-o Cassiano Ricardo:

O mundo poderá ser salvo
se o homem desfizer a distância
que o separa de sua
infância.

Nenhum poeta brasileiro moderno pode se emparelhar, na sua visão estética, na sua reformulação da linguagem, na sua presença participante a Cassiano Ricardo.

Duas correntes estéticas se apresentam hoje e até (infelizmente) se degladiam no teatro das competições literárias — o "concretismo" e a "literatura praxis". São ambas respeitáveis contribuições de vanguarda que estão dando à poesia brasileira uma dimensão mais larga e postulam problemas de notável atualidade, desinibindo a nossa poesia, criando-lhe um campo de ação universal dentro de uma lucidez de conceitos, uma presença da inteligência como nunca se teve no Brasil. 1922 foi um marco. Mas nem sempre divisório do que realmente necessário na poesia, tanto assim que embora Cassiano seja uma continuação de certas reformulações de 22 (como o foi Oswald de Andrade, agora redescoberto) muita velharia tradicional permaneceu e velharia que de há muito deveria estar relegada à paz dos museus e dos arquivos. Quando lemos os poetas franceses do mesmo tempo nos damos conta de como 22 foi tímido e inocente em poesia! E mesmo agora: a não ser João Cabral de Melo Neto, Murilo Mendes, Drummond, Dantas Mota, José Paulo Moreira da Fonseca, Manuel Bandeira, os "concretistas" e os "praxistas", nossa poesia continua neo-parnasiana ou neo-simbolista, quando não ainda mais atrasada em data e em avanço formal e conceitual. Como se tôdas as conquistas do mundo tivessem sido feitas em outro planeta...

Cassiano Ricardo é exceção. Sempre foi. Era exceção até entre os modernistas de 22... (Nem sabemos como pode

pertencer a duas Academias!...) E sem ser nem "concretista" nem "praxista" conhece as duas correntes, estuda-as, discute-as, estabelece contactos e divergências com elas e, principalmente, atualiza a sua poesia, põe-na ao lado da grande poesia do mundo (sem deixá-la de ser grande poesia brasileira). Isso é digno de ser ressaltado: a atualidade de Cassiano. Atualidade que é demonstração de vitalidade mental, de extrema curiosidade, de pendor pelo progresso, pela nova consciência das coisas, sem nenhum temor de crítica, antes com grande acuidade crítica.

De todos os poetas brasileiros dêste momento, Cassiano é, sem dúvida, o mais moço. Jovem pelo talento e pela incrível presença, êle que nasceu (segundo indiscrição de seu editor) em 1895 tem mais presença atuante, mais fibra construtiva e inventiva do que muitos meninos de nossos dias — acadêmicos por antecipação.

DEGÊLO NA CULTURA SOVIÉTICA?

John F. Coverdale

O fenômeno do "degêlo" e "regêlo" nos círculos intelectuais soviéticos trouxe durante vários mêses para as primeiras páginas dos jornais de grande tiragem os nomes de escritores e artistas russos que, em circunstâncias normais, não teriam transcendido as revistas especializadas e a referência ocasional na página literária de alguns jornais marcadamente pouco populares. O conto de Solzhenitsyn "Um dia na vida de Ivan Denisovich", as memórias de Ehrenburg e os versos de "Babi Yar", utilizados na sinfonia número 13 de Shostakovich tiveram todos vida efêmera nas grandes manchetes. Agora, há alguns mêses de distância dêsses acontecimentos, podemos perguntar: Tem algum sentido profundo tudo isto para a liberdade intelectual na União Soviética? O chamado "degêlo" representou um passo real para a verdadeira liberdade dos escritores e artistas comunistas?

Para responder estas perguntas vamos resumir brevemente alguns dos incidentes mais significativos do "degêlo".

Em fevereiro de 1956 o famoso discurso de Kruschev, demuniciando os crimes de Stalin, produziu amplas repercussões em tôda a sociedade soviética e nos círculos comunistas do Ocidente. Muitos pensaram encontrar nêste discurso um nôvo espírito "liberal" e um afrouxamento da disciplina férrea do partido. No confuso alvorôço subseqüente — que culminou com os levantes da Hungria e da Polônia no outono de 1956 — Kruschev foi obrigado a voltar atrás. O partido proclamou que, apesar de seus pontos negativos, Stalin teve grandes méritos. Kruschev foi enfrentado por uma forte oposição até mesmo no seio do partido, oposição que culminou em junho de 1957 com a manobra de Malenkov e Molotov, objetivando a deposição de Kruschev. Só com a derrota da oposição — mediante a expulsão do "grupo anti-partido" — Kruschev pôde voltar à linha anti-Stalin.

O acontecimento seguinte na cultura soviética teve lugar no XXII Congresso do Partido em outubro de 1961, quando

Kruschev atacou novamente com violência a Stalin. O ataque renovou o ar de "liberalismo" dentro dos círculos artísticos e literários. As discussões intelectuais se fizeram mais abertas, introduziram-se novas técnicas e modos de expressão artística e começaram a ser tratados temas antes desconhecidos na literatura soviética. Em fins de novembro de 1962, chegou-se a publicar o conto "Um dia na vida de Ivan Denissovich". Êste conto, publicado na revista "Novy Mir", a mais "liberal" das revistas literárias soviéticas, descreve a vida num campo de concentração durante a época de Stalin. Acredita-se que, no discurso ao Plenário do Partido, em 23 de novembro, Kruschev mesmo se responsabilizou pela decisão final de publicá-lo. Alguns artistas, por seu lado, abandonaram os tradicionais caminhos do realismo soviético, produzindo quadros e esculturas abstratos, sem nenhuma mensagem ideológica. Em princípios de dezembro, Kruschev visitou uma exposição sôbre a pintura soviética nos últimos 30 anos. Visitou em primeiro lugar a sala de Manege, perto do Kremlin. A inspiração era única: o "realismo socialista": cenas de guerra e de revolução proletária, operários durante seu trabalho, etc. Mas entre os 2.000 quadros encontravam-se umas vinte obras de uma dúzia de artistas que haviam se afastado do figurativismo e tinham tentado a busca de motivos puramente formais, abstratos. No final da visita, que durou duas horas, Kruschev disse: "Esta arte abstrata é estranha ao modo de vida soviético". Foi a frase inicial de uma verdadeira campanha.

O "Pravda" e a Rádio Moscou dirigiram uma ofensiva cerrada contra a arte abstrata. "É uma forma de escravização ideológica", um "produto genuíno do capitalismo". Na arte é preciso — segundo palavras de Kruschev, publicadas no Pravda de 3 de dezembro — 'insistir nos princípios: é preciso ter claridade e intolerância ante qualquer desvio fatal do caminho do desenvolvimento de nossa arte, a arte de um povo que constrói o Comunismo. "Coexistência" nas artes seria — segundo Leonid Ilychev, o ideólogo mais representativo do partido — "uma traição dos interêsses do marxismo-leninismo".

Mesmo após êste ataque inicial contra a arte abstrata e o fechamento de uma exposição de pinturas abstratas, nos arredores de Moscou, os círculos literários continuaram em plena efervecência. Viktor Nekrasov publicou em "Novy Mir" suas impressões de uma viagem aos Estados Unidos. O escritor soviético acentou que "os russos esqueceram a ajuda que recebemos dos Estados Unidos nos dias duros de Stalingrado".

Nekrasov, que tinha estudado arquitetura antes de iniciar sua carreira literária, expressou admiração pelos edifícios de Le Corbusier, e criticou a monotonia dos novos bairros moscovitas.

A 19 de janeiro "Izvestia" criticou àsperamente a Nekrasov por ter caído no "objetivismo burguês". "Sem querer ou querendo-o, êsse modo de ver objetivo leva a comparar a batalha de Stalingrado com a comida enviada pelos USA durante a guerra, a arquitetura de Corbusier com a silhueta da manhã comunista". O pior é que Nekrasov aplicou seu critério de "objetivismo" à ideologia dos dois mundos. Isto é "totalmente inconcebível num escritor soviético; é inconcebível que possa chegar a desconhecer os chocantes contrastes sociais e as contradições de classes da vida americana e a psicose do militarismo promovida pelos círculos imperialistas".

Sòmente de passagem o órgão soviético comentou "a falta de tato de Nekrasov para com seus companheiros de viagem", apesar de o novelista ter escrito que o agente de segurança que acompanhou o seu grupo "estava constantemente preocupado e nos contava a cada instante, como se fôssemos galinhas". O articulista de "Izvestia" evidentemente preocupou-se mais com a atitude ideológica e artística de Nekrasov, atitude que, em junho de 1963, acarretou sua expulsão do partido comunista.

Outra figura destacada, ao redor da qual girava a controvérsia, era a do poeta Evtuchenko que já em 1961 tinha sido criticado por causa de "Babi Yar", uma poesia que protesta ante a inexistência de um monumento em memória dos judeus assassinados pelos nazistas durante a segunda guerra mundial, perto de Kiev. A poesia foi interpretada como uma velada acusação de anti-semitismo na União Soviética. Evtuchenko se excusou, dizendo que pretendia criticar sòmente os nazistas; a desculpa foi aceita no momento, e Evtuchenko chegou a ser um dos favoritos do Partido. Em dezembro de 1962, entretanto, começou a parecer claro que o poeta tinha novamente caído na desgraça. A sinfonia n.º 13 de Dimitri Shostakovich na qual o côro canta os versos de "Babi Yar", apresentada em Moscou no dia 18, foi totalmente ignorada pela imprensa soviética e alguns dias mais tarde retirada do programa de um festival de música soviética projetado para setembro próximo, em Londres.

Pouco mais tarde a publicação, por capítulos, no semanário parisiense "L'Express", da "Autobiografia precoce" de

Evtuchenko suscitou ásperas críticas, principalmente por haver pintado em côres sombrias a vida soviética. Depois do discurso de Kruschev, que examinaremos em seguida, as críticas e as pressões para expulsar Evtuchenko da União de Escritores Soviéticos o constrangeram a fazer a autocrítica: "Compreendo agora que escrevi esta autobiografia demasiado depressa, com imprecisão, detalhes supérfluos e escassa modéstia. Mas minha maior falta é ter olvidado quais são os costumes da imprensa estrangeira. Fui cruelmente castigado por ela". "Sinto sôbre minhas costas uma falta grave. Volto a considerar a enorme responsabilidade que recai sôbre cada escritor soviético. Acreditai-me que isto não é uma frase feita. Êstes dias comprovei e tenho lamentado muitas coisas. Foi uma lição para tôda minha vida. Compreendo minha falta, tenho consciência dela e vou esforçar-me para corrigi-la no meu futuro trabalho".

Apesar desta autocrítica, o Partido Comunista não se mostrou satisfeito. No dia seguinte "Pravda" afirmou que Evtuchenko "não tinha tomado consciência da raiz de suas faltas". Um dia mais tarde o órgão da juventude soviética "Komsomolskaia Pravda" publicou um longo ataque contra êle, atribundo-lhe "estupidezes sacrílegas" e o ter seguido a pista "da propaganda reacionária que tenta emporcalhar tudo aquilo pelo que vive o povo soviético e no que crê".

Na sua autobiografia, Evtuchenko, ao escrever sôbre sua infância, se detém nos sofrimentos do povo russo. "Segundo o poeta em questão — escreve Komsomolskaia Pravda — a revolução de outubro proporcionou ao povo soviético apenas muitas lágrimas amargas e muitas dores... Nas suas "confissões" à imprensa ocidental, Evtuchenko dedica outras elocubrações sacrílegas à vitória soviética sôbre o fascismo, à tragédia do culto da personalidade, etc. Qualquer estudante teria sido capaz de denunciar e estigmatizar aberrações similares se tivesse falado nas colunas da imprensa soviética".

Em princípios de março, os dirigentes comunistas viram claramente que as medidas tomadas eram insuficientes para acalmar a turbulência criada nos círculos intelectuais. Os escritores soviéticos tinham tido um mínimo de "liberdade" e não iam abandonar fàcilmente o que tinham conseguido. Organizou-se em Moscou entre 7 e 9 de março uma reunião à qual assistiram mais de 600 intelectuais, escritores, artistas e oficiais do Partido Comunista. No último dia da reunião, o próprio Kruschev leu um discurso de 15.000 palavras.

Grande parte do discurso se refere diretamente à pessoa do poeta Illya Ehrenburg, cuja novela "O Regêlo", publicada em 1964, deu o nome ao período de "desestalinização" da cultura soviética.

Em suas memórias, "Pessoas, Anos, Vida" publicadas em capítulos no "Novy Mir", Ehrenburg afirma que durante os anos da década de trinta, êle (e outros) conheciam os métodos de terror impostos por Stalin, mas que tinham resolvido nada falar, para salvaguardar os interêsses da revolução e esperando sempre num futuro melhor. Tendo visto como encarceravam a "especialistas honestos, não membros do partido", ou ainda a devotos de Stalin "pensamos — escreve Ehrenburg — (provàvelmente porque queríamos pensar assim) que Stalin não sabia das represálias sem sentido contra intelectuais soviéticos e outros comunistas".

Kruschev mesmo se encarregou da réplica a estas afirmações. Evidentemente não poderia permitir que se dissesse que os crimes de Stalin eram coisas sabidas nos anos de 37 e 38, já que neste caso a pergunta surge expontâneamente: que fazia Kruchev naquele tempo? "Pergunta-se — disse Kruschev — se as pessoas mais destacadas dentro do partido sabiam como eram prêsas muitas pessoas? Claro que o sabiam. Mas, sabiam que o mesmo era feito com pessoas totalmente inocentes? Não, isso não o sabiam. Criam em Stalin e não toleravam o pensamento de que se tomassem represálias contra pessoas honradas, dedicadas à nossa causa. Nos inteiramos dos abusos do poder de Stalin e de suas atuações arbitrárias, só depois de sua morte".

Podemos notar de passagem que estas afirmações contradizem abertamente não só as mais recentes obras oficiais da história do partido, como também declarações anteriores do próprio Kruschev. Com efeito, a edição de 1962 da história do Partido Comunista afirma que durante os anos de trinta, alguns dos líderes mais próximos de Stalin chegaram à conclusão que "não podiam continuar colaborando com êle e compartilhando a responsabilidade da repressão em massa contra pessoas totalmente inocentes". Em seu discurso secreto de 1956 o próprio Kruschev qualificava de "absurdas, extravagantes e contrárias ao sentido comum" as acusações de contrarevolução feitas contra os membros do Comitê Central de 1934, fusilados em 1937-38.

Ehrenburg tinha defendido também a "coexistência pacífica" no terreno das artes: deve-se respeitar igualmente as

obras de todos os artistas. Em suas memórias Ehrenburg conta que Lenin não gostava da poesia de Maiakovski, mas que não tentou impor seus gostos. Lenin teria dito: "Não sou especialista nestas questões. Não imponho meus gostos aos demais". Estas afirmações já tinham merecido ásperas críticas de Ilychev: "parece que nos convida a pensar que Lenin se abstinha de intervir nos problemas da criação artística, e que seus pontos de vista estéticos se distinguiam por uma grande tolerância, por uma espécie de liberalismo intelectual. É impossível aceitar tal posição. É uma deformação da posição de Lenin com respeito à arte". Mas o juízo de Kruschev era ainda mais duro: a posição de Ehrenburg não só constitui um "grave êrro ideológico", como também "desliza para posturas anti-comunistas".

O discurso de Kruschev não se limitou a criticar posições e pessoas concretas. Foi além, traçando com grandes rasgos a ideologia do partido com respeito à arte. "No campo da arte somos contrários à coexistência pacífica entre a ideologia socialista e a burguesa. Nossa política é de intransigência em relação com a arte abstrata, o formalismo e com qualquer outra desnaturalização burguesa. É uma política leninista que nós temos sempre seguido, seguimos e continuaremos seguindo. Porque "a arte é ideologia". O Partido Comunista se esforçou sempre para que o espírito do partido se manifeste na arte e na literatura. Para falar sèriamente, um espírito não partidário não tem razão de ser em nossa sociedade; quem dá provas disto o faz sòmente para encobrir seu próprio desacôrdo com as opiniões e as idéias do partido..." "A literatura e a arte soviéticas se desenvolvem sob a direção imediata do Partido Comunista e de seu comitê central... Isto exige da parte de todos os escritores e artistas, dos grandes como dos principiantes, que sigam de modo inflexível a linha do Partido". É Lenin mesmo quem enunciou os princípios relativos à ideologia e ao espírito do partido na arte e na literatura. Êstes princípios não admitem a possibilidade de uma coexistência de diversas tendências ideológicas na arte soviética".

Depois desta breve exposição dos fatos, podemos tentar chegar a algumas conclusões sôbre a natureza do "degêlo" e seu significado para o estado da liberdade intelectual na União Soviética. Prescindimos dos possíveis motivos políticos do "degêlo" mesmo e dos últimos sucessos, como também das relações entre êstes acontecimentos e a polêmica entre a China e a Rússia.

A primeira consideração que salta aos olhos depois da leitura do discurso de Kruschev é a falta absoluta de autonomia do artista e da arte na concepção comunista da vida. O artista e sua obra são apreciados ùnicamente como instrumentos de propaganda nas mãos do partido. O artista deve servir ao povo, e seu serviço deve consistir precisamente em espargir em suas obras a ideologia do partido. A arte não se considera senão em sua função ideológica: "A arte é ideologia".

Esta posição não é algo casual nem momentâneo, mas sim o reflexo dos princípios diretivos da filosofia comunista. Frente ao problema essencialmente ético da liberdade de expressão estética, o Partido Comunista recorre aos princípios fundamentais da axiologia marxista: o bem e o mal se definem por sua relação aos fins do "socialismo". É bom aquilo que serve para a construção do socialismo, e mal tudo aquilo que cria obstáculos e impede êste fim. Lenin disse: "Nossa moralidade está de todo subordinada aos interêsses da luta de classe do proletariado". Aqui não cabem considerações a respeito da dignidade e liberdade da pessoa, nem muito menos da dignidade e liberdade essencial do processo de criação estética. A redução da arte, como do indivíduo mesmo, ao nível de simples instrumento, é a conseqüência lógica e inevitável dêste postulado axiológico. Portanto, é um elemento constante e permanente da concepção comunista, não uma mera exigência da conjuntura política, econômica ou social.

É o próprio Kruschev quem nos diz: "Com certa freqüência se ouve falar de uma misteriosa liberdade absoluta da pessoa. Não sei o que se entende por isso, mas creio que nunca haverá liberdade absoluta, nem sequer no comunismo plenamente realizado. Se isto sucedesse, o arbítrio anárquico desorganizaria a vida da sociedade. Portanto, também no comunismo completo, a vontade do indivíduo será submetida à vontade da coletividade".

Se com estas palavras Kruschev sòmente quisesse negar a total desvinculação da pessoa humana dos laços morais e sociais, poderíamos inclusive estar de acôrdo com êle. A liberdade, numa concepção cristã, não é a liberdade "absoluta" do liberalismo clássico, mas sim o livre arbítrio que escolhe os meios, guardando a ordem ao fim.

Mas a liberdade marxista não é tampouco isto. Na realidade, para a filosofia marxista, a liberdade se reduz à cons-

ciência da necessidade de conformar-se com o desenvolvimento da História. Em Hegel a liberdade se entende como a necessidade consciente do desenvolvimento do espírito, mas no comunismo se converte na necessidade física da matéria. Esta identificação com o desenvolvimento da História não é direta, ocorrendo através do partido: o único intérprete autêntico da mesma evolução histórica. Portanto, a negação comunista da liberdade absoluta implica não sòmente na negação do caráter livre do processo artístico e sua submissão aos fins do partido, como também leva consigo a negação do acesso direto à História: a liberdade de informação.

A "realidade histórica", contemporânea ou passada, é o reflexo das exigências da construção do socialismo na interpretação autêntica do partido. Só têm direito à existência aquêles fatos que o Partido — em nome, teòricamente, do proletariado — julga oportunos.

O que está em jôgo, nas memórias de Ehrenburg, não é só a liberdade estética, como a liberdade da informação. Mais que valores estéticos ou literários, representam testemunhos periodísticos e históricos. Por outro lado, não é uma novidade na Rússia. O historiador Tolstoi e jornalista Dostoievski são fenômenos tìpicamente russos.

O "degêlo" se reduz, neste contexto, a um fenômeno que se enquadra perfeitamente dentro do esquema comunista, sem representar um passo sequer para a verdadeira liberdade estética ou de opinião. O partido comunista continua sendo o único árbitro dos fins e meios da arte e da própria verdade histórica. Em certas ocasiões, as exigências concretas da conjuntura política podem aconselhar que se amplie o campo dentro do qual o artista ou o escritor pode mover-se, mas o afrouxamento produzido é puramente material: não representa uma conquista para a liberdade pessoal e estética, nem está motivado pelo respeito à pessoa humana e à arte.

Nota da Redação:

Nínguém pode colocar-se à margem de um acontecimento de tamanhas repercussões para a História do Brasil como a Revolução de 31 de março. Todos aqueles que, nos últimos anos, vieram construindo êste magno evento tinham uma consciência clara do verdadeiro conteúdo da Revolução: dar novos rumos ao desenvolvimento nacional, modificar a fisionomia política e social do Brasil, através de uma reafirmação fundamental dos valores espirituais da nossa cultura e de nossa verdadeira tradição política.

O que importava, realmente, eram as grandes afirmações, a fim de que se superasse definitivamente o estribilho imposto pela discussão dos pequenos problemas administrativos. Uma mudança de mentalidade. Novas afirmações políticas. Novos rumos para a vida nacional, a partir de algumas teses transcendentes. Sòmente assim, acreditamos, será possível superar definitivamente o estágio de subdesenvolvimento mental em que se encontra o País. Os grandes progressos são danosos se realizados fora do caminho reto.

A primeira atitude é, certamente, a de termos, a coragem de enfrentar certas verdades. Longe de qualquer exigência de cunho demagógico, superando o estágio da mistificação e escamoteamento em que nos encontrávamos, recusando qualquer interêsse político-partidário, é preciso rever os fundamentos últimos da nossa vida política. E isto antes de se falar em reformas da Constituição, em voto dos analfabetos e outras coisas mais que não atingem o problema pela raiz.

Antes, criam mais problemas dos que se pretende resolver com tais reformas. Para isto, no entanto, é necessário muita coragem e muita sinceridade perante certas verdades. Mais fácil será certamente atribuir determinadas exigências ao processo de desenvolvimento, sem analisar as raízes históricas da problemática que nos envolve e que transcende, em muitos pontos, a crise institucional brasileira. Muito mais importante do que discutir problemas como o da prorrogação dos mandatos, o da maioria absoluta e o do voto dos analfabetos, é repropor e reexaminar os seus pressupostos, que são os próprios fundamentos da democracia, tais como as questões da representação política, dos partidos políticos, do processo legiferante, do sufrágio universal, da fonte e origem do poder e das leis.

Para que uma tal discussão seja possível é condição insubstituível inaugurar uma nova época na vida cultural do País, caracterizada pelas investigações sérias, pelas reflexões amadurecidas, pelas idéias renovadoras, pela discussão ampla e objetiva. Sem isto a consciência e a cultura nacionais continuarão amordaçadas dentro dos estreitos freios dos problemas imediatos, das soluções apressadas, das teses e "slogans" da propaganda barata e das imposições das vaidades e interêsses pessoais.

A Revista CONVIVIUM oferece suas páginas a esta reformulação das concepções que regem a vida nacional. A secção "PERSPECTIVAS E DEBATES" acolherá estudos de todos os pensadores e escritores que queiram colaborar, desde que o façam dentro das exigências impostas para um trabalho sério, científico e amadurecido pela reflexão.

Neste número publicamos três colaborações da autoria do Professor Miguel Reale, do Deputado Pe. Antônio Godinho e do jornalista Oliveiros S. Ferreira. Esperamos que outras valiosas colaborações, que serão enviadas à Revista, venham alargar as perspectivas e enriquecer o debate.

OS IMPERATIVOS DA REVOLUÇÃO

MIGUEL REALE

1 — A pequenez da queda do govêrno Goulart dá-nos a exata medida de sua estatura moral. Mas se foi um bem inestimável termos tido uma "revolução incruenta", ela nos dita o imperativo de revelar "a posteriori" as razões ideológicas subjacentes, que teriam vindo à tona espontâneamente no calor dos conflitos e combates. Uma revolução pode, é certo, não derramar sangue, mas não pode deixar de derramar idéias.

2 — O primeiro cuidado consiste em situar-nos perante os vencidos, suas idéias e atitudes, reconhecendo que grande parte da opinião pública se entusiasmará por algumas verdades desvinculadas de suas razões reais para servirem a planos subversivos de uma minoria ousada. Ora, é preciso termos a coragem de manter-nos fiéis a tais verdades, ainda mesmo correndo o risco de parecer que estamos copiando aquêles que antes combatíamos. O mesmo princípio, por outro lado, exclui possam ser aceitas, sem meticuloso reexame e sem res-

peito à ordem essencial de prioridade, tôdas as reformas prometidas só para não parecermos "reacionários".

3 — Aquelas verdades, de meio que eram, passaram a ser fins; e é nisto que está a fôrça das novas verdades; é nisto que consiste, por melhor dizer, o sentido da verdade nova.

4 — Uma Revolução, que surge sem uma Idéia diretora, deve constituí-la através de um trabalho de exegese, que desça serenamente até aos refolhos da alma popular. Há duas espécies de revolução: uma "atualiza uma Idéia", na plenitude de sua consciência e desenvolvimento; uma outra atende a impulsos e a tendências antes de ter-se cristalizado em *conceitos*. A Revolução de março de 1964 pertence a esta segunda categoria: contém uma *Idéia* diretora "in nuce", em germen sem cuja determinação conceitual o fato revolucionário idealmente não se legitimará.

5 — Não se trata sòmente de elaborar programas administrativos, pois o que se impõe, antes, é a fixação dos quadrantes ideológicos nos quais os planos de govêrno passem a ter significado real. Uma revolução é uma "totalidade de sentido", em cujas coordenadas se distribuem os valores dos sistemas particulares, e adquirem dignidade os processos de ação.

6 — Esta Revolução precisa legitimar-se no plano ideológico, inclusive para redimir-se dos erros, das omissões e das injustiças que porventura já tenha praticado...

7 — Se me perguntarem qual o sentido mais decisivo a atribuir-se a esta Revolução, direi que é o da "honestidade" ou da "seriedade", não apenas como valor ético, como exigência moral, mas também como pressuposto de ordem intelectual, como imperativo de opção no plano político e administrativo.

8 — A nossa desgraça não tem resultado apenas do fato de termos tido governantes corruptos, — por se apossarem de bens do povo e cuidarem do erário público como se fôsse sua própria fazenda, — mas também por não termos tido a honestidade de confessar as nossas naturais incapacidades e limitações. Vivemos e porfiamos em viver num clima artificial, com sacrifício dos problemas mais urgentes e primordiais, pela vaidade de ostentação, de "mostração" do adiável, que nos permita parecer maiores do que somos. Daí as cons-

truções precárias e precipitadas, com os pés de barro do supérfluo ou do prematuro.

9 — O povo brasileiro está ansioso pela verdade primária, por aquela verdade que se situe na base de seus primeiros problemas. Temos vivido, como já escrevi há mais de trinta anos, a fazer precipitadamente e aos saltos o que outros povos souberam realizar serenamente e com método. Não temos, continuamos a não ter confiança na ação do tempo e, tanto como na época de Saint'Hilaire, nunca amadurecem os frutos em nossas árvores porque preferimos comê-los verdes. Sofreguidão de enriquecer, de acumular ràpidamente bens materiais ou de cultura, como se o ar do tempo nos estivesse a faltar. E o resultado é que o tempo sempre se escoa inùtilmente para quem o desgasta e delapida tudo querendo fazer num átimo, assim como se mantém ôco para quem se conserva alheio aos problemas da vida: o tempo deve ser sorvido com o superior domínio de quem sabe que a sua dimensão é a das obras e dos atos que transcendem a transitoriedade dos momentos que passam.

10 — Pode parecer sem encanto para o povo a verdade despida dos arranjos e dos cocares que estimulam a imaginação, a verdade humilde e desataviada, sem gestos arrogantes, sem gritos ameaçadores, ou promessas carismáticas. Mas eu estou convencido de que a humanidade, após meio século de "mostração", — e eu mesmo compartilhei com fervor dessa época das camisas simbólicas e das dedicações cívicas em colunas marciais, — tenderá cada vez mais a preferir a simplicidade que se casa a uma clara consciência de limites e de limitações.

11 — Só um povo com consciência de maturidade, quando mais não seja pela convicção de estar em condições de adquirí-la, mostra-se à altura da tarefa de nossa época, que parece ser a da velocidade e do paroxismo, mas oculta o fundo desejo da estabilidade e da segurança, graças ao binômio inscindível da "liberdade" e do "bem estar social".

12 — É nêsse ponto essencial que somos diferentes dos pregadores de reformas no govêrno anterior: êles queriam reformas até mesmo à custa da liberdade; nós as queremos nos limites possíveis das liberdades preservadas. — "*Reformas-meios*" e "*reformas-fins*", ou, indo ao fundo da questão, uma diferença no plano da intencionalidade, nos critérios com que se jogam e se equacionam os dados dos problemas.

13 — De qualquer modo, só há Revolução na medida e enquanto se reconhece a necessidade de uma nova adequação entre a problemática dos meios e a problemática dos fins. Superando-se as dificuldades postas por casos isolados: é a atitude perante a "totalidade" do sistema vigente, com o propósito de fazer a crítica construtiva de suas estruturas que caracteriza uma revolução, e não o corte isolado ou o reparo tímido de um de seus vigamentos. Mesmo porque a corrupção, antes de ser um problema de "homens corruptos", é um sintoma de "sociedade corrupta".

A corrupção é sempre de natureza binada, envolvendo a positividade dos que subornam e a negatividade dos que se deixam subornar; assim como dos que se omitem e dos que toleram. E se só agora estamos tomando providências enérgicas, tenhamos ao menos a coragem de assumir, todos, na medida de nossa simples presença, a responsabilidade que nos cabe. Essa responsabilidade tem um preço mínimo, que é o da justiça e o da isenção, sem ódios, nem rancores, assim como o dever da preservação impessoal.

Não se trata, porém, de passar uma esponja sôbre o passado, pois êste tem o seu pêso próprio, a incidir sôbre os pratos da balança, e a balança da justiça, como se sabe, oscila com o apôio equânime da fôrça.

14 — Como é necessário lembrar, — neste instante em que se cassam direitos de administradores corruptos, — que cada ato de corrupção teve pelo menos um parceiro, um industrial, um comerciante, um funcionário, um advogado, um empreiteiro, sempre alguém, em suma, que talvez esteja batendo palmas, sem prestar atenção à aritmia de seu próprio coração...

15 — A coragem de ser "honesto", de ser "sério" muitas vêzes se confunde com a coragem de ser simples, com a ousadia de dizer: em lugar de mais uma Universidade, abram-se mais cem escolas ou trinta institutos profissionais; em lugar de mármores preciosos em edifícios públicos, mais serviços e servidores capazes, mais aparelhamentos técnicos a dar beleza interior às paredes decentemente caiadas...

16 — Em tudo é preciso, porém, que resplenda a fôrça de uma convicção sincera. Nem basta a convicção que se resume em mais uma "atitude de mostração", como, por exemplo, a que inspirou uma pretensa "ordem dos gorilas",

com a melhor das intenções, mas que, a meu ver, não se afina com o sentido autêntico da obra revolucionária.

Felizmente, são os nossos militares os primeiros a repelir iniciativas que olvidem os valores cívicos que palpitam debaixo da farda de cada um de nossos soldados. O destino desta Revolução está mais na consciência do homem comum do que na espada dos militares, ou nos poderes dos líderes civis.

17 — A Revolução que estamos vivendo, e cujos caminhos definitivos ainda estamos sondando, nasceu nas ruas, sob uma inspiração tão generalizada e comum, que seria ousadia alguém assumir poses de dono. Houve, por certo, mentores, homens que se anteciparam à intuição do momento, alertando a Nação, cada qual sob o ângulo de uma das muitas perspectivas que se vão delineando no cenário ideológico do Brasil atual.

18 — Em tôda Revolução, dá-se sempre o advento de conseqüências imprevistas, surpreendendo e não raro atingindo aquêles mesmos que a deflagraram: é que o processo revolucionário possui raízes mais profundas do que aquelas que condicionam as primeiras atitudes aparentes, fazendo, com o tempo, brotar e desenvolver resultados que levam de roldão as intenções ou os cálculos originários. Seria possível pensar-se, em suma, em duas Revoluções sobrepostas: uma *"Revolução substancial"*, através da qual acaba se revelando o "sujeito coletivo", o povo como totalidade histórica; e uma outra *"Revolução superficial"*, correspondendo ao plano de certos propósitos ou esperanças de validade temporária, destinado a ser ultrapassada por valores objetivos e transpessoais. A passagem do primeiro para o segundo momento não se faz sem imprevistos e sem atos de violência cuja conveniência só o volver dos anos nos permitirá julgar.

O pior é que há também caricaturas de revolucionários, competindo com os que procuram realmente servir à causa determinante da explosão popular. No caso brasileiro, diríamos que há os "revolucionários autênticos" de 31 de março, assim como há os farçantes de 1.o de abril...

19 — Os que criticam a Revolução por estar realizando as "reformas" pregadas pelo govêrno deposto, às vêzes adotando as mesmas linhas já apontadas, ainda não se convenceram de que se fêz a Revolução exatamente para que cessasse a "agi-

tação das reformas", e fôsse possível realizar aquelas e outras reformas, a começar por uma que fôra esquecida, a reforma dos costumes, condição primordial de tôdas as outras.

20 — A nota de "seriedade" tem implicações muito mais relevantes do que pode parecer. Uma delas é o esclarecimento da opinião pública, e sobretudo das massas populares, prevenindo-as contra o êrro ou a ilusão de conferir às reformas efeitos benéficos imediatos. As tão reclamadas "reformas de base", exatamente por dizerem respeito às estruturas da sociedade e do Estado, envolvem um sistema de providências de longo alcance, assim como a co-participação ativa, quando não o temporário sacrifício dos círculos sociais mais diretamente interessados, com repercussões em um primeiro tempo penosas para tôda a população nacional. Daí serem impossíveis sem um clima de *confiança* e *austeridade.*

21 — Um País, que desceu tanto pelos descaminhos da inflação e do desperdício, não pode receber como dádiva do céu os bens da prosperidade e da segurança, mas deve antes se convencer de que só pode encontrar salvação nas fôrças construtivas ordenadas e perseverantes do trabalho. De nada valerá pretender-se um complexo de medidas, por exemplo, no campo da distribuição mais equitativa dos bens sociais se antes não se cuidar da produção das riquezas. A socialização necessária do progresso não pode ser confundida com a socialização da miséria.

A antiga advertência de Euclides da Cunha: "ou progredimos ou desaparecemos", pressupõe outra, mais enquadrada em nossas peculiares circunstâncias: "ou produzimos ou perecemos", mesmo porque sòmente o acréscimo da produção e da produtividade é que permitirá o superamento de nossas dificuldades econômicas e políticas.

22 — Outra conseqüência inerente à honesta compreensão dos problemas humanos consiste em se evitarem soluções estrábicas ou setorizadas impostas por grupos isolados de interêsses. Se nos perdermos em planos fragmentários, sem a imprescindível visão de conjunto das questões fundamentais do País, não será sequer possível captar o entusiasmo cívico, despertado pelo surto revolucionário, para uma tarefa que exige a colaboração de todos, em todos os momentos e com todos os riscos que se antepõem aos povos decididos a romper a barreira do subdesenvolvimento.

EXIGÊNCIAS DA REVOLUÇÃO

Antônio Godinho

Tenho recebido, de vários pontos do meu Estado e do País, de modo particular nos últimos dias, as mais perplexas interrogações sôbre a forma e o mérito de várias proposições que, parece, serão em breve discutidas e votadas nas duas Casas do Congresso, algumas em forma de emendas à Constituição. Há pouco menos de noventa dias do movimento vitorioso que interrompeu a marcha galopante da subversão e da corrupção e que atingiu, punitivamente e com discutível critério, algumas dezenas de pessoas, milhões de brasileiros já se fazem a si mesmos a pergunta famosa que o Senhor dirigiu ao amedrontado e fugitivo Apóstolo Pedro nas imediações da Via Appia: Para onde vamos? Para um corajoso e frontal ataque às dificuldades com que o País se vê a braços — dificuldades e não problemas — com objetivas medidas a curto prazo que tragam, de imediato, um alívio aos sofrimentos do povo e mantenham vivas a confiança e a esperança nas medidas que tenham em mira efeitos a longo prazo, ou vamos voltar ao minueto das incertezas, dos paliativos demagógicos ou do "divertissement" de pseudotécnicos, que antes denunciavam propósitos de subversão e, agora, poderiam ser apenas a confissão de uma elite despreparada para o poder? Essa interrogação não é minha. É a de milhões de brasileiros que quiseram a Revolução, que lutaram por ela, que rezaram pelo seu êxito e que não a querem ver frustrada nem arrependida. Vale a pena ouvir essas vozes. São as vozes da sabedoria comum, da intuição divinatória e de um longo e paciente sofrimento. Elas podem significar apenas que nem sempre se dá aos governos armados de bons propósitos o mesmo crédito de paciência que se atribui aos maus governos. Mas é que, em relação a êstes, se contemporiza no temor do pior, e, em relação àqueles, a pressa com que são solicitados a agir bem é uma demonstração de confiança e o temor de que o tempo os desgaste. Eram numerosos demais os males e são paralelamente grandes demais as esperanças

para que se pretenda a indiferença ou a omissão de um povo que não foi nem indiferente nem omisso, na hora decisiva.

Eis porque me decidi a dizer algumas palavras aos que, de todos os recantos do País, me interrogam a respeito de alguns assuntos, cuja importância e transcendência estão intimamente ligadas à própria razão de ser e aos objetivos da Revolução. Não conheço o texto de nenhuma das mensagens que o Executivo enviará ao exame desta Casa sôbre tais assuntos. Confio em que estarão encarnadas na realidade brasileira e não terão, como muitos pensam, o simples significado de fazer por fazer, o que os outros diziam que iam fazer e não fizeram. E acredito mais que, em respeito às boas normas administrativas e legislativas, onde a ciência, a técnica e o bom senso se casam, tanto na sua confecção, quanto no seu exame e votação, há de ser levados na devida conta o mérito, os métodos e a oportunidade. O mérito diz respeito à essência da coisa. Os métodos são os instrumentos hábeis para a consecução da mesma. A oportunidade é a relação entre ela e as circunstâncias de fato que a envolvem sejam essas circunstâncias de tempo e de espaço, de ordem política ou meramente psicológica. Quem muito penou e muito se iludiu, quem andou à beira do desespêro e fêz um trágico aprendizado do poder da demagogia, quem experimentou o vazio e sentiu os riscos das improvisações ornadas com ouropéis de uma falsa técnica tão fàcilmente alugável aos objetivos dos poderes do dia, quem conhece a leviandade com que, neste País, são tratados e resolvidos assuntos da maior importância apenas para que o seu fantasma seja momentâneamente afastado dos pesadelos administrativos, tem mais que o direito, o dever de inquietar-se, quando proposições de tal monta e que envolvem tais considerações são postas, apressadamente, a rápida discussão e votação.

E a inquietação leva a um dever maior: ao da advertência. A intoxicação de palavras, fórmulas, "slogans", hàbilmente produzida por uma propaganda das mais hábeis e das mais tenazes deu, paradoxalmente, a certos homens públicos a impressão de que o povo deseja, hoje, exatamente o que condenou ao fazer a Revolução. Nem se diga que, ontem, o problema era posto exclusivamente em tôrno da confiança num govêrno que a não merecia, mesmo porque o que era falso ontem continua falso hoje, ainda que o govêrno mereça tôda a confiança da Nação; o que era inadequado ontem continua inadequado hoje; o que, ontem, era injusto ou instrumento de subversão ou de distorção político ou de desorga-

nização da vida econômica, não se transformará, por um passe de mágica, ou mediante leis por outros votadas e por outras assinadas e referendadas, num instrumento milagroso de reconstrução, de saneamento e de progresso. Uma autêntica revolução exige, antes de mais nada, um ato de humildade. E, de modo todo particular, uma revolução, como a de abril, cuja primeira tarefa, a de saneamento, foi estabelecida a prazo fixo. Nada se constrói de duradouro sôbre a areia movediça, sôbre o terreno alagado ou sôbre um solo coberto de escombros e de ruínas. É esta uma tarefa penosa e dura, antipática, quase sempre amarga. Mas necessária. Que os seus autores, respeitando a natureza das coisas, se convençam, pois, de que não foram chamados, em tão curto prazo, à reconstrução total de um edifício que foi destroçado em tantos e tão longos anos de mau govêrno, mas à humildade e gloriosa tarefa de preparar o terreno para outros semeadores e outros construtores! A pressa que o povo manifesta não é, portanto, a que gera a improvisação, mas aquela prudente solicitude que, surda a todos os reclamos da vaidade, sabe atingir os pontos certos com as medidas certas na hora certa. O que o povo reclama é um firme atuação que não permita a volta ao passado e aos homens que o plasmaram à sua imagem e semelhança e deformaram, até o limite máximo, a fisionomia da Nação. E tem razão o povo, porque, mais de uma vez, a despreparação e um falsa visão dos acontecimentos reconduziram o País, no tempo e nos homens, a situações mais graves que as que tinham sido superadas. A casa foi mal varrida e vieram demônios piores do que os primeiros, como adverte o Evangelho.

Quer-se dizer com isso que a Revolução perderá o seu sentido ou se esvaziará de seus objetivos? Nunca. E, ao contrário, ganhará profundidade e deitará raízes para que as causas que a ditaram não esgotem os seus efeitos nos prazos prefixados para a sua primeira fase, mas se estendam numa autêntica renovação do País, quando outros já forem os herdeiros da sua mensagem e das suas idéias. Não sei se me engano, mas é o que penso e sonhei e, creio, seja o que pensa e espera o povo. Que importa o que dirão lá fora, ou que importa o que pretendem os que desejam ver a Revolução frustrada e, mais fácil e gloriosa, ainda que melancólica e trágica, a sua volta ao poder? O que a Revolução não pode é transformar-se em papel carbono ou em cópia limpa do terrível borrão da aventura do passado sôbre o qual ela mesma passou a esponja saneadora.

E é, nessa ordem de considerações, que desejo manifestar o meu pensamento, da maneira mais sumária possível, sôbre três temas extremamente polêmicos, pois envolvem, apesar de tudo e mesmo em clima revolucionário, algumas razões que a minha vã filosofia não consegue entender.

São êles a maioria absoluta para as eleições presidenciais, a concessão do voto ao analfabeto e a chamada reforma agrária.

Acho mais do que louvável o govêrno preocupar-se com a purificação e a autenticidade do processo eleitoral brasileiro. É nêle que reside o aperfeiçoamento da democracia. E essa preocupação demonstra a sinceridade da Revolução e desmente e desmascara os que teimam em considerá-la um "golpe militar", um assalto ao poder ou um primeiro passo para a instauração, no País, de um regime discricionário. Mas de que vale preocupar-se com o problema da maioria absoluta ou relativa, se a organização dos partidos e a sua disciplinação legal continuam as mesmas? O problema da maioria é decorrência, não é causa. A quem poderá beneficiar, nesta hora, uma medida dessas, se não aos que, no passado e no futuro, estiverem e estarão dispostos a todo e qualquer tipo de alianças e de cambalachos, mesmo os mais espúrios e imorais? Uma nova lei eleitoral feita sob a medida da realidade brasileira, isso sim é tarefa que o Govêrno deve impor-se com sabedoria e com prudência, com o conselho dos velhos e dos jovens sábios, que não hão de faltar, mas sem os cochichos das ladinas raposas que já vêem a prêsa escapar-lhes dos afiados dentes.

Essa proposição me parece um ato de fé do Govêrno em que o analfabetismo, no Brasil, ainda há de continuar por longos e dilatados anos. Na alternativa entre dar escolas e dar direito de voto, opta-se pelo segundo. Argumenta-se que milhões de brasileiros estão à margem do processo político e daí as distorções a que êle é submetido. Mas, se êsse processo tem sofrido tais distorções, ainda que participem dêle apenas os que, em tal ou qual medida, têm tido acesso à cultura, que não ocorrerá se a êle forem incorporados os que não tiveram nem acesso à escola primária? Se a influência da propaganda dirigida e do poder econômico dos particulares e do Estado tem atingido os que possuem maior discernimento ou ao menos devem possui-lo, qual não será essa influência, junto dos mais humildes e mais desfavorecidos, a quem foi negado até o benefício das primeiras letras?

O direito de voto não é um prêmio de consolação que o Govêrno oferece àqueles a quem negou o prêmio maior da instrução e da cultura. O analfabeto não é punido por não votar; é punido, isso sim, por continuar analfabeto.

Argumenta-se, ainda, que o analfabeto pode ter maior discernimento do que o alfabetizado. Mas quem poderá medir êsse discernimento? Levado ao absurdo êsse argumento, poder-se-ía chegar à conclusão de que valeria a pena retirar aos alfabetizados êsse direito, pois têm dado tão má prova do seu discernimento, e concedê-lo apenas aos analfabetos. Essa canonização do analfabetismo poderá levar a outra conclusão, a de que êle não é uma carência a ser suprida, um mal a ser eliminado, mas, senão um bem, ao menos um problema de somenos importância. E, se tal é o discernimento do analfabeto, por que dar-lhe o direito de escolher e negar-lhe o direito de ser escolhido? Por que permitir-lhe a escolha no âmbito do Município e negar-lhe a escolha em esfera mais alta? Não atingem, hoje, os meios de propaganda tôda e qualquer categoria de pessoas, em todo o território nacional?

Ora, o que o analfabeto, sem acesso aos bens da cultura, deseja, não é o direito de votar, mas o direito de exigir escolas para si e para seus filhos, a fim de que, no futuro, não sejam objeto dessa mesma escamoteação.

O que o analfabeto deseja não é chegar ao ponto de poder eleger outros analfabetos para os postos do govêrno — onde, mesmo sem lei, ai de nós, êles já existem, e não poucos — mas é o necessário para a dignidade da sua vida, é o pão para a sua mesa, o trabalho para o seu sustento, o lume para inteligência de seus filhos. Há meses atrás êsse problema era, entre outras, uma das gazuas mais ferozes com que o govêrno deposto tentava arrombar as portas da democracia. Bastava isso para que o assunto fôsse tratado com a devida desconfiança. Hoje, como ontem, se os analfabetos soubessem grego ou latim, repetiriam a frase do troiano ante a chegada do inesperado cavalo argivo ao recinto das muralhas da cidade sitiada: "eu temo os gregos, ainda quando oferecem presentes.

Êsse é um tema que tem servido para tudo: para a demagogia e para a poesia, para a ostentação de falsos conhecimentos e para a exibição de deformadas estatísticas, para o lirismo pastoral e para um superado marxismo de arribação. Só não tem servido para dar confiança ao agricultor brasileiro, nem para aumentar a sua capacidade de produção, nem

para levar o bem-estar aos campos, nem para suprir os mercados internos e os de exportação.

O que se repete, a cada instante, com ares doutorais, ou com gesto de comiseração, é que a agricultura brasileira é feudal ou semifeudal,, arcaica e superada, atrasada, espoliativa e escravocrata. Pois foi essa agricultura atingida pelos fatôres mais adversos, abandonada por um Ministério que é uma ficção, enjeitada por governos que só se valem dela para com ela cobrir os rombos dos desvarios de sua política financeira, órfã de pai e mãe, gata borralheira da economia nacional, foi essa agricultura que custeou o desenvolvimento industrial do País, que conseguiu sobreviver ao câncer inflacionário, que suportou a carência de braços e de técnica, o confisco, a política discriminatória de preços, a ausência de crédito, mas cuja taxa de crescimento ultrapassou todos os limites imagináveis e só caiu, no ano passado, quando a demagogia desenfreada levou o pânico e o desespêro aos campos. Quando o agricultor brasileiro, êsse pária nacional, êsse habitante de um casa sem telhado, puder descobrir a sua verdadeira imagem, verá, atônito, quem sabe, que êle não é um réu a ser punido, mas um anônimo herói a ser estimulado e ajudado para triplicar ou quadruplicar em condições favoráveis e a curto prazo o que, sòzinho e desassistido, entre cardos e espinhos, realizou, ainda que não para aumentar a riqueza nacional, ao menos para impedir a fome nacional.

Qualquer projeto de reforma agrária, ou que nome tenha, deve ter em mira o aumento da produtividade da terra e, em conseqüência, o aumento da produção e a melhor distribuição de riquezas.

Uma reforma agrária em têrmos naturalistas, românticos, virgilianos ou, pior ainda, com indisfarçáveis reminiscências ideológicas, levaria o País à fome, em mais curto prazo do que se imagina.

Todo projeto que traga marcas de CEPAL ou de SUPRA ou de gabinetes com ar refrigerado ou de éclogas de Virgílio, põe tôda a sua ênfase na posse da terra e na fixação do homem ao campo ("Oh! fortunados bona sua si norint agricolas"!). O problema não está em quem possui mais ou menos terra, mas na terra que pode produzir mais ou menos abundância de alimentos para o consumo interno e de excedentes para a exportação. O problema não é o de fazer de cada fazenda um quintal e, como conseqüência lógica, de cada quintal uma

fábrica. O problema não é de artesanato, mas de técnica e de tudo o que a precede e acompanha. João sem terra se transformará em João com terra, mas continuará João da mesma maneira, se a reforma agrária pensar apenas em destruir uma estrutura, que se demonstrou tão forte e tão dinâmica, que pôde suportar tôdas as adversidades e, ainda por cima, fazer uma revolução. Arcaica e medieval, obsoleta e superada é a concepção dos que imaginam poder fazer uma reforma agrária como se a tecnologia fôsse um mito e a poesia bucólica fôsse criadora de riqueza.

O que importa é industrializar a agricultura, é aumentar a produção, é criar a possibilidade de melhores salários e de liberação de braços para a indústria e os serviços. O que importa é racionalizar o trabalho, é garantir preços, é aumentar a produtividade da terra e a produção de alimentos e matérias-primas transformáveis pela indústria, fazendo-se com que a indústria e agricultura se complementem e não se repilam, nem que uma se estabeleça graças à destruição da outra, mesmo porque isso levaria o País ao caos. Não é necessário ser economista para afirmá-lo. Uma reforma agrária que fôsse ao encontro do homem do campo com uma política verdadeiramente agressiva, a curto prazo, para vencer a barreira da fome, da miséria e do desemprêgo, uma política realista de preços mínimos e de crédito, que concentrasse os seus esforços em tôrno de dois ou três objetivos essenciais, não seria uma reforma agrária, seria uma autêntica revolução agrária. Seus resultados poderiam fazer-se sentir já no início da próxima safra, dando ao poder público as melhores armas para o combate à inflação e para a consolidação do regime, isto é, abundância para o consumo interno e um apreciável volume de excedentes exportáveis. Seria um gesto de confiança em relação ao grande herói anônimo da Revolução. Seria o aproveitamento imediato de fôrças fabulosas que resistiram a tudo e a todos e cumpriram o seu dever na medida extrema das suas fôrças e possibilidades.

E dai se poderia partir para uma política agrária a longo prazo baseada na pesquisa científica, na melhoria do patrimônio genético das plantas e dos animais, na defesa sanitária, nos meios de armazenamento para as entressafras e para os períodos de carência ou de condições adversas.

Essa, em linhas de princípio, a reforma ou a revolução agrária que eu entendo. A revolução da produção e não a

revolução da espoliação e da punição. Não falo em reforma da Constituição para que ela se realize, porque me parece assunto de bizantina importância. O que é necessário, é uma reforma de mentalidade dos que, pedindo tantas reformas, só não pensam em reformar-se, como se uma reforma maior não tivesse ocorrido neste País — a reforma dos falsos reformadores.

O CONGRESSO DA REVOLUÇÃO

OLIVEIROS S. FERREIRA

A fundamental característica institucional das Grandes Revoluções — isto é, daquelas que marcaram a História e se constituíram na inspiração das gerações futuras — é encontrar sua forma específica de representação popular. Uma nova forma de representação é o traço distintivo da Revolução: é ela que permitirá se exprimam à plena luz as energias até então contidas pelas antigas estruturas, imprimindo aos novos tempos a marca criadora do Povo, colocado, finalmente, diante de si e de suas responsabilidades históricas. É a representação revolucionária que define as revoluções, e é ela que dá ao núcleo hegemônico a exata medida do sentir popular, traçando-lhe as coordenadas pelas quais orientará seu rumo. Tôdas as revoluções dignas dêsse nome aboliram as velhas estruturas representativas e instituíram novas — não importa se formalmente idênticas, pois, o conteúdo da coisa representada era sempre radicalmente diverso, porquanto os representantes provinham de camadas sociais às quais até então fôra negado o acesso ao poder político.

É exatamente essa coincidência do sentir do núcleo hegemônico com a vontade popular expressa na representação nova, que permite à Revolução não se afastar nunca do sentir geral da Nação, ora girondino, ora jacobino, ora simplesmente bonapartista — sempre popular, contudo, capaz de evoluir à medida que se modificam as relações de poder na sociedade concreta em que se debatem as novas fôrças que se esforçam por vir à luz.

É a representação popular renovada que transforma a Revolução numa emprêsa coletiva e confere ao ato de tomar de assalto o poder — mero blanquismo, no fundo — seu conteúdo social, portanto, revolucionário, mais profundo. Sem uma representação dêsse tipo, os jovens ficam marginais como sempre estiveram, e não se despertam as energias populares, cujo concurso é indispensável à construção de qual-

quer obra mais duradoura, pois não há Poder que se mantenha estribado apenas na fôrça armada e desamparado do apôio moral, político, de fôrças mais reais e concretas, que lhe darão legitimidade e sua fôrça coercitiva. Não é o núcleo hegemônico que legitima a Revolução; êle quando muito a institucionaliza; são, pelo contrário, as fôrças sociais que conscientemente representa, que lhe dão o poder moral suficiente para que em seu nome se estabeleçam novas formas jurídicas para as relações sociais entre os homens. E essas fôrças sociais só formarão ao lado do grupo dirigente da Revolução — conferindo-lhe o caráter de núcleo hegemônico — quando intuírem, se não expressamente souberem, que a emprêsa a que se abalança aquêle pequeno grupo de pessoas pode ser visualizada como coletiva pela maioria da população. E sobretudo quando essa maioria souber que o que se lhe propõe é uma nova visão do mundo, a qual renega o Passado e inclusive o Presente em nome de um Porvir claramente enunciado. Quando isso não se dá, e a nova representação popular não se cria, o Povo não sabe a que foi chamado — e não sabendo, prefere acomodar-se às estruturas e à mentalidade que presidiram a formação das velhas formas institucionalizadoras das antigas relações sociais, porque delas ao menos sabe o que esperar.

***

A Revolução brasileira não atingirá sua maturidade — correndo, inclusive, o risco de morrer infante, resumindo-se no mero ajuizamento de uma centena de corruptos — se não instituir sua própria representação. Em outras palavras, se não fizer o seu Congresso Revolucionário, que deverá ser, por sua forma e pelo que representa, radicalmente diverso daquele que hoje encarna jurìdicamente o "sistema".

A doença de que padece a Revolução é que, carente de quadros, falta de organização e privada por motivos vários de um núcleo hegemônico com clara visão do processo brasileiro, procedeu mecânicamente, opondo à democracia formal do "sistema" a ditadura militar. Temendo repetir no Brasil o espetáculo de um militarismo cegamente colocado a serviço da oligarquia, a que se chegaria com a supressão do Congresso, preferiu-se mantê-lo enquanto sistema de representação, ainda que privado de algumas de suas prerrogativas. Com o que se tomou a representação pela coisa representada, e o atual Congresso pela única forma expressa da vontade popular, e pelo organismo de contrôle indispensável

a prevenir enveredasse a Revolução por estranhos e obscuros caminhos apenas pressentidos pelos mais lúcidos e clarividentes.

Desconheceu-se, ao assim proceder, que o essencial no processo revolucionário é exatamente dizer ao povo que a globalidade do sistema é que se condena: não um aspecto parcial e concreto dêle. Não se atentou para o fato de que não era a pessoa do presidente, nem o CGT, nem alguns governadores, senadores e deputados, nem sequer a máquina sindical (individualizada e personalizável) que servia ao sr. João Goulart, que impediam a racionalidade plena da economia e o desenvolvimento cabal da democracia brasileira. Êles eram apenas sintomas de um mal maior, o qual se fazia mister, êste sim, extirpar; eram tão-só a expressão, a representação do "sistema", que era necessário substituir por uma nova ordenação — total e global — das relações entre indivíduos e o Estado e entre êsse e a Sociedade Civil.

Ora, essa reordenação das coisas públicas não se poderia, e não se poderá nunca fazer enquanto a expressão jurídico-política, constitucional, do "sistema", continuar investida dos mesmos poderes de antes: enquanto a ação de renovar as estruturas — no Centro-Sul, de uma forma: no Norte-Nordeste, de outra, a respeitar-se a peculiaridade dos Tempos-históricos respectivos — esbarrar sempre e se deter seja no velho arcabouço jurídico, seja na vontade majoritária daqueles que representam o "status-quo ante" 31 de março.

A permanência do atual Congresso, gerado e nutrido pelo "sistema", longe de evitar o risco da ditadura militar, concorre sobremaneira para torná-lo uma possibilidade real e concreta, pois o Tempo da Revolução é um, e o do "sistema" é outro; pois a dinâmica das fôrças revolucionárias, não canalizadas pela organização que daria forma ao Futuro, impõe, diàriamente, a violação das franquias constitucionais, que encontram exatamente no Congresso o seu defensor imperturbável e dir-se-ía incontrastável. E quando se der o choque, inevitável, entre essas duas fôrças vencerá a mais dinâmica, a que propõe ainda que seja de forma vaga e inconsciente, os objetivos mais radicais e capazes de empolgar as grandes massas, bastando para tal que aflorem à consciência daquilo que seria o núcleo hegemônico da Revolução. Ora, dando-se o choque, o Congresso será varrido de cena, e o poder militar se estabelecerá em tôda a sua plenitude — assentando apenas na organização ainda não transformada para a realidade da

guerra subversiva e afeita apenas à obediência hierárquica, indispensável para consolidar a obra revolucionária e manter a Ordem (qualquer que seja ela), mas incapaz por si só de construir a grande organização popular que os tempos reclamam.

Não há frase mais correta — e ao mesmo tempo mais falaz — que aquela, afirmando ser o Congresso os pulmões da Democracia. É verdadeira enquanto postula ser indispensável existir um Poder que controle, livre de coações, o Executivo, e no qual se reflitam as tendências da opinião pública, de tal forma representadas que, de sua somatória algébrica, eliminando-se os mais e os menos que opõem os vários grupos nêle representados, se alcance uma expressão próxima o quanto possível daquilo que Rosseau chamaria a "Vontade Geral". Ardilosa, quando afirma ser indispensável à Democracia a existência dêste Congresso, atual e concreto, que em sua composição nada mais representa que o "sistema", cuja destruição a Revolução deve propor-se como sua tarefa primeira, sob pena de amanhã, por êle começar a ser deglutida tranqüilamente no passar dos dias e no frustar-se constante, provocado pelo respeito à legalidade que os "príncipes" forjaram.

A Revolução, como a História, é um feito de Liberdade. Mas a Liberdade não é, como diria o personagem de Shaw, contentar-se em ser escravo de César, mas sim conhecer a que se veio, tornar-se consciente de sua necessidade e superá-la. E a Revolução não pode ser escrava do "sistema", pois exatamente para destrui-lo é que se arriscou tudo — destrui-lo e afirmar em sua plenitude o "Govêrno Civil", que a necessidade obriga seja feito por civís e militares — nem apenas para uns, nem só por outros.

***

Sem a representação, e sobretudo sem o Tribunal capaz de assegurar, com independência e autonomia, os direitos dos cidadãos diante do Estado, não há Liberdade. É necessário, portanto, no preciso instante em que o choque entre a dinâmica da Revolução e a do "sistema" ameaça a Liberdade, e com ela a existência da Revolução, que se estabeleça no país a representação autênticamente popular e autênticamente revolucionária. Que se faça ouvir o Congresso da Revolução, e que seja êle o canal institucional pelo qual se lancem as ener-

gias libertadas pelo movimento partido das Gerais e logo a seguir contidas no respeito à legalidade formal do "sistema".

A "Revolução pela Paz e pela Liberdade" talvez tenha sido, na história republicana, um dos poucos momentos em que a maioria imensa da população formou ao lado do movimento ilegal, que violava a Constituição e depunha um presidente. Nunca — nem mesmo em 45, 54 ou 55 — as Fôrças Armadas tiveram atrás de si um mundo civil tão coeso, não apenas na destruição do aparêlho subversivo montado à sombra do Estado, mas sobretudo na esperança de construir um Futuro. E essa coesão, e essa quase-unanimidade não se podem perder no vazio.

Não será possível hoje, talvez por falta de organização hegemônica, da mensagem de "Esperança de um novo Porvir", de uma autêntica concepção do que seja a Democracia que se opõe à Ditadura convocar os comícios eleitorais. A Revolução disso não cogitava — e daí ter exercido seu "Terror" apenas sôbre os homens e não sôbre as estruturas que sustentavam o "sistema". Hoje, como daqui a cinco ou dez anos, as estruturas sindicais e políticas deixadas intactas pela Revolução irão permitir que os "príncipes" continuem governando o país. E passado o primeiro impulso, o ardor da refrega sonhada e não havida, difícil se torna criar novamente o clima capaz de mobilizar a classe média e jogá-la outra vez às ruas, com seu pêso específico decidindo as grandes batalhas.

Mas aos revolucionários da primeira hora, àqueles que ainda esperam dirigir a História ao invés de serem por ela conduzidos — como estão sendo desde os fatídicos Idos de Março — resta a última oportunidade de imprimir na História a marca de sua Revolução, impedindo venha ela a frustrar-se definitivamente nos arranjos políticos em que os "príncipes" são mestres sem discípulos.

Toquem reunir e se constituam no Congresso da Revolução. Nêle estarão representados os trabalhadores rurais do Nordeste, a fôrça mais dinâmica que a Revolução tem em seu bojo; os intelectuais de todos os quadrantes, que realmente acreditam na Liberdade e por nela acreditarem formaram contra o conluio comuno-janguista; os capitães e os generais, que, na clandestinidade, mantiveram acesa a chama sagrada que acabou incendiando o país; os homens de emprêsa que não financiaram o Partido Comunista, nem os esquemas sindicais de Goulart (inexplicàvelmente triunfantes com a Revo-

lução); a Igreja Militante, que não se acomodou ao poder, nem abdicou de seus princípios; a classe média urbana, por suas organizações cívicas; e os trabalhadores urbanos que não pactuaram, em hipótese alguma, com o sindicalismo oficial e representam aquilo que a classe operária tem de mais dinâmico e consciente.

Êles, por si ou seus representantes, formarão o Congresso da Revolução. E paulatinamente, na sua diária proposição do Porvir, construirão a nova Legalidade que há-de deitar abaixo a legalidade do "sistema". Como Mirabeau, no "Jôgo da Pela", afrontando os representantes do "ancien régime", e lançando os dados que mudaram o curso da História.

VOCAÇÃO FILOSÓFICA DE VICENTE FERREIRA DA SILVA

Na esfera da cultura brasileira faltam as coordenadas necessárias para localizar a posição de Vicente Ferreira da Silva. Caso singular, foi um dos únicos brasileiros adequados à linha de desenvolvimento da problemática filosófica ocidental. Mais ainda: assimilando-a, promoveu a façanha de empurrá-la um passo adiante. Passo a tal ponto gigantesco que alcançará em sua área todos dentre nós que ainda queiramos pensar. Êste, seu destino; não obra de seu esfôrço ou de sua ambição intelectual, pois, sem nenhum exagêro, podemos dizer que Vicente era filósofo "malgré lui". Ninguém menos ambicioso de grandes tarefas ou responsabilidades. Sua acuidade mental, freqüentemente, era uma forma de impaciência com os menos atilados, ou expressão de terna malícia, muito sua, para com as secretas conexões da vida, que êle sempre sabia adivinhar.

Justo o contrário de um filósofo profissional, distanciava-se igualmente dos amadores de filosofia, êsses apedeutas mais ou menos desajeitados que temos sido. Pois Vicente era filósofo vocacional, daqueles que só aparecem no instante auroral do pensamento. Um protagonista das idéias. E, no entanto, a única sabedoria que, realmente queria atingir, era a de viver melhor, pulsar ao ritmo da vida anterior ao excesso sufocante de tantas compressões culturais. Dotado de ampla informação bibliográfica e de um vasto registro de observações pessoais, em nenhum momento lhe custava despojar-se de todo o aprendido para flutuar ao sabor da experiência vivida. Sempre escapou ileso das astutas armadilhas preparadas pela cultura contra os intelectuais; só não conseguiu fugir a algumas armadilhas engendradas pela própria vida, a última das quais lhe foi fatal.

Em regra, a atenção dos críticos e historiadores atem-se à vida e à obra de um autor, denxando na sombra algo bem mais decisivo: a vocação, o projeto vocacional do agente. A vocação é o têrmo de equacionamento entre a vida e a obra do autor, o horizonte de autenticidade de suas pretensões concretas. Ao seu império, coordenam-se e unificam-se internamente os momentos particulares do projeto vital. A obra de um autor não pode ser explicada só por sua vida, pois esta, a vida, faz parte de sua obra; por sua vez, a vida de um autor também não pode ser explicada sòmente pela obra, pois esta, a obra, faz parte de sua vida. O têrmo de ligação entre a vida e a obra é, precisamente, a

vocação; esta, permite o intercurso entre ambas, tornando-as inteligíveis. Em verdade, constitui a vocação a verdadeira vida e a verdadeira obra de quem veio ao mundo, sobretudo de quem veio para criar.

A integridade do autor só por sua vocação pode ser medida. A vida e a obra, não só no caso de Vicente, como em todos os casos, apresentam-se seccionadas e fragmentárias. Ninguém consegue exprimir tudo o que quer e nem viver tanto quanto julga indispensável para realizar-se totalmente. Sempre criamos por parte e morremos incompletos. Em nossa vocação, porém, em nossa fôrça de adesão àquele que devemos ser, nos é permitida a integridade. Em sua vocação, Vicente realizou-se integralmente. Em todos os momentos gozava da plenitude de quem deveria ser. Estava *de bem* com a vida. Não que desconhecesse o sabor das frustações. Mesmo porque, na pessoa de Vicente, constatamos todo grau de solidão reservado ao homem de inteligência. Uma solidão velada e cotidiana, que consiste em a tudo e a todos poder compreender, silenciosamente, mas em não ser jamais compreendido, senão demasiado tarde. Em todo caso, suas frustações sempre se resumiam à falência de uma pretensão imediata, não à falência de sua vocação profunda e decisiva, de seu projeto mais geral e imperioso de ser.

E sua vocação, talvez possamos resumi-la numa só palavra: era a vocação para as proximidades, o poderoso apêlo ao *repouso no mais próximo.* Vicente era o oposto do crente em além-mundos. Sempre animado por viva impulsividade de contactos, não sabia respirar fora da mais estreita vizinhança com os seres. Sua fundamental religiosidade sempre se recusou à reverência dos deuses distantes no céu e no infinito, próprios às religiões urânicas. Ansiava por divindades próximas e aconchegantes que o abraçassem com o calor da terra. Em nossa derradeira palestra, manifestou seu desgôsto pela posição de meros espectadores diante da vida, a que freqüentemente nos reduzimos. Nunca se contentou com as meras fruições visuais; exigia o corpo com as formas e as figuras de suas vivências imediatas, a composição plástica, direta e agressiva com a circunstância. "Quem vem ao mundo, como Goethe, apenas para *ver*, está condenado", observou então. Ainda em obediência ao "pathos" da proximidade, Vicente não sabia dispensar a presença do interlocutor. Meditava melhor em convivência com o outro, que no insulamento de uma tôrre gótica, pois sua tradição mediterrânea enquadrava-o, perfeitamente, dentro da ágora. Esta circunstância é muito expressiva. Nela intuimos a nota socrática da vocação vicentiana. O socratismo de Vicente revelava-se nessa aptidão conjuntiva de sua mente, sempre referida às outras, pela qual introduzia em nível filosófico qualquer tema de conversa, por mais prosaico que fôsse. Assim, a filosofia, em Vicente, manifestava-se, não como tendência simplesmente intelectual, mas como maneira fundamental de ser.

Com a figura de Vicente Ferreira da Silva, a filosofia no Brasil, pela primeira vez, adquire a plenitude que lhe é própria de ocupação humana integral. Com a presença de Vicente, a filosofia no Brasil supera seus limites de mera disciplina humanística para transformar-se naquilo que é: a concreta e reiterada indagação da vida pelos seus próprios fundamentos, ocupação de todos os minutos e de tôdas as situações; não um cuidado erudito exaurindo-se sôbre os textos. Se há um apêlo que sintetiza o nível concreto do pensamento contemporâneo, êste é o apêlo da volta às coisas precisamente encarnado na solicitude radical do homem Vicente. Sua inclinação para o diálogo ao vivo, assinalou-o como o mais profundo e mais rico centro da reciprocidade imediata já militante entre nós. Em outras palavras: nêle, melhor do que em ninguém, assistíamos à vida repercutindo culturalmente e à cultura articulando-se vitalmente. Assim, erigiu-se não apenas como um homem que pensava, mas como uma "dramatis persona" no embate entre o pensamento e a vida. E isto é preciso que se compreenda bem: Vicente ocupará um lugar privilegiado na galeria da cultura brasileira não sòmente em razão do valor intrínseco de sua ensaística, *como pelo fato de ter reelaborado originàriamente a própria possibilidade germinal da indagação filosófica.* Êste, seu novo estilo; esta, sua contribuição sem paralelo no mundo pensante de língua portuguêsa. Explicamo-nos: como tôda inteligência genuìnamente filosófica, não se contentava e não cuidava de *interpretar*, e sim, muito ao contrário, tratava de *desinterpretar* os dados oferecidos. Para o filósofo não interessa acrescentar a pátina espessa de interpretações vulgares, ou científicas, estéticas, políticas, religiosas, e outras, de que estão revestidas as coisas. Interessa-lhe libertar todos os sêres em seu desvelamento essencial, em sua profunda identidade interna, ou seja, desinterpretá-los. Êste foi o talento de Vicente, sempre pronto a desfechar-se: libertar as coisas de sua opressão entre categorias de tôda ordem, restituindo-lhes a flor de sua louçania.

Pessoalmente, acreditava que essa luta do pensamento contemporâneo para a reconquista do imediato e a nostalgia de repousar junto às coisas intramundanas, significaria a vitória do ponto de vista feminino dentro da cultura. Voltava sua espectativa para a epifania total do feminino, única salvação cabível à trágica aridez de nosso sufocante horizonte histórico. E não hesitava em emprestar perspectiva mesmo religiosa ao novo e sonhado advento da feminilidade afrodítica emanada do próximo éon divino.

Para se demorar à sombra das coisas, Vicente lutou a existência inteira contra o fantasma da má transcedência, que nos extravia no infinito e nos corta o caminho de volta para a morna intimidade com o imediato. Seu imanentismo vital sempre lhe proibiu consagrar a vida a outra instância que não fôsse a própria vida. Daí, sua conhe-

cida tendência lúdica, seu amor à vida pela vida, ao momento pelo momento, ao diálogo pelo diálogo.

Assim como o apaixonava a desinterpretação das coisas, também amava desinterpretar-se, o que fazia através da descompressão subjetiva do entusiasmo com que festejava o fulgor do instante; cena particular da grande e embriagadora festividade da existência, como êle a amava, dionisìacamente. A destinação dionísiaca, dissolvendo o "eu" isolado na corrente vertiginosa do destino, transforma-nos a vida numa sucessão de *cenas*, determinando-nos a pura fruição estética da existência. Pois naquela sucessão de cenas em que procurava dissolver sua auto-interpretação empírica, Vicente, como filósofo, perguntava-se qual seria *a cena primordial de seu existir*, a cena arquetípica na qual pudesse encontrar seu lugar autêntico na ordem dos sêres.

Esta, nos parece, a indagação fundamental de Vicente Ferreira da Silva; não uma questão perdida entre muitas outras, mas o núcleo irradiante de sua cogitação metafísica: o apêlo à cena materna, à cena que nos traz ao ser e nêle nos perpetua. Talvez seja esta sua primeira e última pergunta, aquela que se perfila no derradeiro trabalho intitulado *Religião, Salvação e Imortalidade*. Neste difícil artigo que permanecerá sempre algo impenetrável e enigmático, em seu ponto culminante, profere as seguintes palavras sôbre o "salvável" no homem:

"O que efetuamos na linha de uma dada *perfectio*, inspirados por um deus, pertence de direito à bem-aventurança eterna suscitada pela sua proximidade. O nosso coração revela-se então em sua totalidade como uma chispa do coração selvagem do divino e nêle estamos e permanecemos para sempre".

A personalidade intelectual de Vicente Ferreira da Silva é mal conhecida pelo pensamento oficial do país. Avêsso a qualquer tipo de ostentação intelectual, aparecia o menos possível em público, aborrecendo-se, inclusive, de andar entre o bulício e o tumulto do centro urbano. Preferia a quietude e o recolhimento dos bairros distantes. Aos luminares que pontificam na côrte e nas metrópoles, nas faculdades e na imprensa, aos seus próprios amigos e desafetos, a trajetória espiritual de Vicente Ferreira da Silva deveria inspirar um momento de reflexão e humildade. Foi Vicente um dos primeiros, senão o primeiro divulgador do existencialismo no Brasil. Escreveu o único ensaio completo e coerente diretamente inspirado nas fontes existencialistas, de que se tem notícia em nossa língua; referimo-nos à tese com a qual concorreria à cátedra de Filosofia, na Universidade de São Paulo, e intitulada "Dialética das Consciências". Foi o mais profundo e autorizado intérprete de Heidegger que conhecemos, embora sua filiação ao pensador germânico seja menos estreita do que parece. Em volta de sua crítica central ao humanismo ocidental cristão lançou uma série de

teses unificadas pelo fio de uma constante *teogônica* absolutamente inédita e surpreendente para nossos tardos e anacrônicos hábitos mentais.

A energia de sua vocação inspirou-lhe a conquista de uma exemplaridade adamantina e sem precedente, para todos que nos recordamos de sua figura: o valor de apresentar-se despojado e sem armas perante a verdade.

GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI

RELEMBRANDO BRITO BROCA

Raríssimos são os escritores nacionais que conseguem ver editado o livro de sua vida, isto é, aquêle que representa o resultado de quase uma vida de dedicação, esfôrço e pesquisa. A regra geral é irmos espalhando por jornais, revistas, separatas e conferências o que vamos produzindo, fragmentando assim uma obra que deveria manter-se íntegra até sua publicação. Esta falta de paciência ou desejo de revelar capítulos já terminados é fruto do tempo em que vivemos, que nos obriga a fazer tudo apressadamente, sem esperança de terminar o que principiamos.

Na realidade produzimos pressionados pelos mais variados motivos, uns reais, presentes, outros hipotéticos mas possíveis, e todos influindo de maneira angustiante no nosso trabalho. A pressão principal provém da falta de tempo: geralmente dedicamos ao trabalho científico ou literário apenas as poucas horas que o ganha-pão nos deixa livres, quando não raro já estamos exaustos pelas tensões do cotidiano. Além disso, nosso trabalho, via de regra, é feito nas condições mais desfavoráveis que possam haver para tarefas intelectuais.

Quem quiser ficar a par de como trabalha o intelectual nacional que leia a introdução escrita por Afonso Arinos de Melo Franco para o seu *Um Estadista da República* (1). Narrando como sua obra foi elaborada, êle dá uma amostra das condições em que vive o escritor nacional, um dos operários que com maior desconfôrto trabalha no Brasil. Falando do seu caso, Afonso Arinos como que fala em nome de todos seus colegas de infortúnio intelectual, exibindo não o filme do próprio trabalho, mas a imagem do trabalho de todos os escritores sérios brasileiros, dos quais êle é um exemplo.

Creio que após a leitura dessas páginas muita gente há de olhar com mais respeito os livros nacionais, pelo menos as obras de estudo e de

---

(1) Livraria José Olympio Editora, 1955.

reflexão. Assim como não há nada melhor para se avaliar o esfôrço de um ator que vê-lo nos ensaios, assim também pode o leitor, através da introdução escrita por Afonso Arinos, verificar como árduo é o trabalho do escritor nacional. Ei-lo a levantar sòzinho sua obra, desde as primeiras pesquisas até o trabalho materialíssimo de datilografar os originais. Faltam-lhe auxiliares que pesquisem, que cataloguem documentos, que organizem o material, que façam fichas e tomem anotações, que procedam, enfim, a êsse serviço de desbravamento e ordenação exigido para a execução do trabalho intelectual pròpriamente dito, que é a redação da obra.

Veja-se o caso concreto de Afonso Arinos. Dispondo de material copioso deixado pelo pai, gozando de boa memória e tendo o depoimento de parentes e conhecidos, além de grande massa de documentos oficiais, poderia escrever *Um Estadista da República* em pouco tempo, caso dispusesse de uma equipe de auxiliares especializados. Um Maurois escreveria a vida de Afrânio de Mello Franco em alguns mêses; Afonso Arinos consumiu um tempo enorme nesse trabalho: "Os originais se estenderam página a página (escreveu êle) durante dez anos, como uma construção humilde, feita pela mão do próprio dono, se ergue pedra a pedra".

E isto porque o escritor viu-se obrigado a interrompê-lo várias vêzes, solicitado por outras obrigações mais urgentes e inadiáveis. Para o escritor brasileiro o trabalho espiritual tem que ficar em segundo plano, pois constitui um derivativo ou uma necessidade íntima, espécie de vício, nunca uma maneira de sustentar a família, de modo que a feitura do livro é colocada de lado sempre que entra em conflito com as necessidades domésticas. Entre a pesquisa do significado exato de uma palavra de Platão e a procura de banha ou batatinha mais baratas, o escritor não pode hesitar...

"Mas, se a necessidade de escrever é, assim, tão forte, e se o emprêgo do escritor entrava o seu trabalho intelectual, por que não se dedica êle ùnicamente à literatura?" poderão perguntar. E eu respondo: houve, na França, dois homens que quiseram viver apenas da literatura; um dêles, Léon Bloy, transformado em mendigo, viu um filho morrer de fome; o outro, Georges Bernanos, para não ter igual destino, resolveu escrever romance policial e a luta que precisou sustentar para levar a cabo o seu intento foi terrível, medonha. Na véspera da morte (conta Morvan-Lebesque em "Carrefour") num leito de hospital, não sabendo como iria pagar a enfermeira, Bernanos ainda tinha nos ouvidos as súplicas da mulher e dos filhos, incitando-o a escrever, para que o pão não faltasse à mesa.

Ora, se tal aconteceu na França, terra da inteligência e da cultura, que se dirá do Brasil, que ocupa um dos primeiros postos na estatística de países que possuem mais analfabetos? O escritor nacional con-

tinuará a ser êsse pobre homem que não abandona suas obras de imaginação e pesquisa simplesmente porque sente, nesse trabalho, imenso prazer espiritual, prazer que, no fim de contas, resulta em proveito dos leitores. É certo que muitas vêzes, revoltado contra a situação financeira a que é reduzido, êle silencia e coloca a pena de lado. Mas acaba cedendo à tentação de triturar os miolos a trôco de poucos cruzeiros, convencido da inutilidade de qualquer gesto do qual resulte, pelos menos, o dinheiro suficiente para comprar livros dos outros.

E que dizer dos direitos autorais? Uma miséria. Mas a maioria não se queixa. Dir-se-ía que o escritor nacional é dominado pelo sentido burguês da existência, pois o pudor de falar em dinheiro é próprio da burguesia, como salientaram dois escritores de tendência oposta, como Péguy e Montherlant (2). No entanto, se há alguém que precisa ser bem remunerado é o intelectual, para que consiga escrever algo que tenha substância. "O dinheiro (escreveu Charles Du Bos não me lembro onde) significa ou pelo menos deve significar lazer, reflexão, silêncio, solidão, aprofundamento de tôdas as coisas. A falta de dinheiro dá como resultado a improvisação". Não chego a ponto de dizer devamos ser como Valéry que, segundo Dumay (3), recopiava seus poemas para vender os autógrafos (4), mas que o escritor brasileiro precisa ser mais bem remunerado, não há dúvida alguma (5).

* * *

Tudo quanto deixei atrás escrito vem-me sempre ao espírito quando me lembro de Brito Broca, êsse sacrificado da literatura nacional. Durante quase quarenta anos êle se "partiu aos pedaços" (como gostava de dizer) em colaborações miúdas para a imprensa, que não lhe deixava tempo para compor sua obra de erudição.

Duvido tenha existido no Brasil um intelectual mais dedicado à literatura do que Brito Broca. Não fazia êle outra coisa a não ser ler e escrever, principalmente ler. E teve a felicidade de saber resistir a solicitações de outros gêneros de estudos — como a filosofia, a sociologia, a religião — para manter-se fiel e preocupar-se ùnicamente com a literatura, que praticou com a máxima seriedade. Jamais confundiu literatura com literatice, coisa tão freqüente entre nós... Espantava-se quando lia "certos conceitos sôbre literatura, como se esta fôsse qual-

---

(2) "La fausse discrétion financière est la plus insupportable des hypocrisies bourgeoises"", disse Péguy, e Montherlant escreveu: "... ne jamais parler d'argent est une fausse élegance et marque de bourgeoisie".

(3) Cf. Raymond Dumay — **Mort de la littérature**, Julliard, 1950.

(4) Segundo Julien Sans ("Climats", de 26.5.48), Valéry "avait l'art de se faire payer".

(5) Os que se interessam pelo assunto devem ler, entre outros livros do gênero, **Mort de la littérature**, de Raymond Dumay, **Le Métier d'Écrivain**, de Charles Braint, **Journal d'un raté**, de Henri Pollès.

quer coisa diferente da vida, confinada em limites estritos que lhe particularizam o caráter e a natureza".

Vivendo rodeado de livros, fazendo da literatura a razão de sua vida, êle não tinha tempo de freqüntar rodinhas literárias e os coquetéis com que se comemoram os menores gestos de romancistas e poetas. Sua preocupação constante eram os livros; conhecia a sedução que existe no barulho de uma página virada no silêncio da noite, enquanto a cidade dorme. Escreveu Alain que ninguém lê durante o tempo em que é feliz e sonha: "il y a de temps ou l'on est heureux de rêver; alors, on ne lit point". Não era êsse o caso de Brito Broca; êle não lia por se sentir incapaz de sonhar, mas sim porque nêle a leitura era vício.

O que mais se destacava na personalidade de Brito Broca era o desejo de transmitir o que lia, transmissão que se transformava em esplêndida divulgação literária, quando não se convertia em ensinamento. Do mais trivial bate-papo com Brito Broca sempre se saía enriquecido de informações literárias e creio existir muitos intelectuais da Guanabara que, depois de uma conversa com êle, iam para os cafés e livrarias deitar cultura de ouvido...

Não houve domínio literário que lhe fôsse estranho: não sòmente a literatura, mas o próprio mundo literário não tinham segredos para êle. Discorria com a mesma fluência e segurança tanto sôbre uma obra como a respeito do seu autor. Como outros conhecem a vida dos jogadores de futebol ou o *pedigree* dos cavalos de corrida, Brito Broca estava a par da existência dos homens de letras, conhecia-lhes as fraquezas e as virtudes.

Criatura simples (simples externamente, pois no fundo era profundamente complicado), que parecia se esgueirar pelos caminhos da literatura, a fim de não atrapalhar a passagem imponente dos medalhões, Brito Broca jamais teve oportunidade de revelar tudo quanto realmente sabia. Não lhe concediam tempo para metitar, pois vivia rodeado de homens de letras, de editôres e de diretores de jornais que lhe exigiam artigos, notas, traduções, introduções, prefácios, todos êsses trabalhos miúdos em que nos dispersamos inùtilmente. Basta ver a sua bibliografia para se verificar a dispersão a que êle foi sacrificado, pois o número de traduções por êle feitas supera em muito o dos livros originais.

Mas, se todos o procuravam para lhe pedir favores, raros foram os que lhe proporcionaram aquilo que o escritor mais deseja: a publicação dum livro. Creio que ainda devem estar dormindo nas gavetas do Sr. Simeão Leal, do Ministério da Educação, originais seus, livros de valor, produto de horas passadas em pesquisas na poeirenta Biblioteca Nacional. Ora, é natural que o desânimo se instalasse no corpo do escritor. Daí o truncamento dêsse livro importante que é *A Vida Literária no Brasil,* hoje uma obra rara. Em carta de 11 de março de 1959, êle

me escrevia: "Tendo lido boas notícias sôbre o seu livro. Quanto a mim ando muito desanimado de escrever para dar livros a editôres que só os publicam dentro de três ou quatro anos (...) Isso pode estimular a gente a fazer obras que dão tanto trabalho? Ao mesmo tempo o (Fulano) publicou o livro em seis mêses e me disse já ter ganho cento e vinte contos de direitos autorais".

Esquecia-se Brito Broca de que o romancista a que aludia, embora medíocre, era e é um dos donos da literatura nacional, enquanto êle... Assalta-me agora a dolorosa impressão de que seu nome está sendo esquecido. É que não havendo pertencido a nenhum grupo; só tenho frequentado as tardes de autógrafos da Livraria São José para encher de uisque a garrafa de guaraná, que portava nessas ocasiões; não tendo tido empáfia alguma; não tendo possuído amigos para endeusá-lo, Brito Broca não tem lastro para sobreviver. Tinha talento, tinha cultura, tinha inteligência, mas não era sociável, desfrutável, inconseqüente.

Foi êle um homem fiel às suas idéias, à sua concepção de crítica literária. Lembro-me da ocasião em que lhe dei *Les caractères statistiques du vocabulaire*, de Pierre Guiraud: Brito, que normalmente falava em catadupa, sem dar oportunidade ao ouvinte, folheando o livrinho célebre para os adeptos do *new criticism*, explodiu contra os que desejam dar novas direção à crítica literária. Tudo quanto visava à distorsão da coisa literária encontrava nêle um contraditor veemente. Mesmo na ficção não tolerava muito os romances que tendem para o obscuro, que exigem do leitor boa vontade par tentar descobrir a mensagem neles contida. (Êste era um dos pontos em que sempre estivemos em divergência). Escrevendo, por exemplo, sôbre Kafka, aconselhava o leitor a preocupar-se menos com *A Metamorfose*, já que havia muito romance de Balzac para ser lido. Até Julien Green, que não é dos mais nebulosos, não conseguia despertar o seu fervor. O clima de sonho, de mistério ou de desvairo, tão freqüente em Green, não despertava interêsse em Brito Broca. Quanto discutimos a respeito dêste tema!

Êle cultivava o humorismo à semelhança de Dantas Motta. Era uma criatura que sabia rir e fazer-nos rir ao contar, por exemplo, passagens de sua vida literária. A narrativa de sua estréia no jornalismo, como cronista social, era de matar de impagável. Provocava o riso sem recorrer ao trocadilho, que é, sem dúvida, a maior prova de imbecilidade intelectual que alguém pode dar de si próprio. Também em seus livros Brito gostava de fazer humorismo, como neste trecho de *Horas de Leitura:* "Certo escritor pouco amigo dos livros, embora goste de publicá-los, vendo-me preocupado com determinados problemas de pesquisa literária, dizia-me: 'Do que me admiro é da paciência que você tem com a literatura...' Nada lhe respondi, mas pensei: 'Pois eu, do que me admiro é da paciência que a literatura tem com você.'". Havendo surpreendido, certa vez, um escritor novo em colóquio amoroso

(que, por sinal, terminou abruptamente) concluiu, com seus botões, que "de tudo aquilo vai sair, de certo, mais um conto medíocre, para a jovem literatura brasileira".

* * *

Falemos um pouco sôbre *A vida literária no Brasil — 1900* (6), terceiro volume de uma obra projetada em três tomos. Já agora êsse livro tornou-se obrigatório para os que desejam conhecer a fundo a nossa vida literária. É costume falar-se mal da vida literária que, de certa forma, seria a negação da própria literatura. Convenhamos existir um pouco de exagêro nessa afirmação que, em última análise, deriva da confusão que existe sôbre o assunto. Por vida literária deve entender-se não apenas os coquetéis e as tardes de autógrafos, mas também as publicações, conferências, etc., de cunho literário. Não se pode escrever história literária deixando de lado a vida literária, em que pese a opinião da nova crítica...

É verdade que a vida literária nem sempre é honesta e às vêzes uma conferência ou um romance tem menos valor que o mundanismo literário. O julgador de um concurso literário que não lê os livros enviados ao certame é mais nocivo que o escritor que perde tempo em tardes de autógrafos. E que dizer dos que preferem a tapiação ao mundanismo? Há tempos alguém denunciava pelas colunas do "Jornal do Brasil" um ficcionista que serviu-se dos próprios contos já publicados em volume para transformá-los em romance... E dizem que aqui em São Paulo, um poeta, fazendo conferência num curso de poética, teve a coragem de ler, como seu, um trabalho de autor estrangeiro, que êle apenas passou para o português !

Tais trapaças são mais nocivas que o mais vazio do mundanismo literário, pois levam o escritor ao descrédito. Aliás, tal descrédito é palpável. Longe estamos do tempo em que uma eleição para a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, despertava interêsse, como aconteceu com aquela em que Mário de Alencar derrotou Domingos Olímpio. Conta Brito Broca que a repercussão foi enorme, pois quase todos esperavam que o eleito fôsse o autor de *Luzia-Homem.* Um jornal, comentando o fato, escreveu que Alencar havia sido escolhido graças à influência de Rio Branco que, dêsse modo, se vingava de Domingos Olímpio, a quem atribuira a autoria de editoriais sôbre a sua política na questão do Acre. Preterindo o mérito de um "mestre" (as aspas são minhas) por um jovem poeta, a Academia estava se desprestigiando...

Também em sua seção de "O País", Alcindo Guanabara protestou contra a eleição. A seu ver, entre os dois candidatos não poderia haver hesitação, pois Domingos Olímpio prossuía longa vida de publicista e romancista. (Como se os escritores contassem tempo de serviço como

---

(6) Ministério da Educação e Cultura, 1956.

os funcionários públicos!). Até de Minas Gerais (àquele tempo os mineiros ainda não disputavam aos nordestinos a supremacia da literatura...) surgiram protestos contra a eleição de Mário de Alencar, o que denota o interêsse que, àquela época, despertava um pleito na Academia de Letras. Hoje são poucos os que sabem que a Academia Brasileira de Letras existe.

O mesmo acontece com os prêmios literários. Antigamente o escritor premiado gozava de certa deferência, era apontado na rua, mas hoje ninguém quer saber se o romance que lê no ônibus é ou não premiado. Nem mesmo o autor se preocupa em mandar imprimir, na capa do volume, o nome do prêmio, parecendo até que alguns têm vergonha da maneira pela qual o conseguiram... Não há dúvida que para tal estado de coisas contribui o próprio escritor, pois é êle mesmo quem concorre para o seu desprestígio, seja perdendo-se no mundanismo literário, seja entregando-se à tapiação literária.

É a respeito de problemas como êstes que *A vida literária no Brasil* faz pensar. Mas, falemos de outro livro de Brito Broca, a que êle deu o título de *Horas de Leitura* (7), ao qual já me referi nestas mesmas notas. Obras como esta são indispensáveis aos leitores brasileiros que devem estar desarvorados por falta de guias esclarecidos e por excesso de propaganda editorial. A inexistência de guias é notável. Quando do aparecimento de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, houve alguém — um crítico famoso — que o comparou a... Valdomiro Silveira!

Mas o excesso de elogios é tão prejudicial quanto a falta de critério no julgamento. Outro dia um romancista se queixava dos exagerados elogios com que a imprensa estava recebendo seu último livro. Dizia-me êle com razão que o elogio é inútil e que aos louvores sem base preferia a compreensão. Acontece, no entanto, ser muito mais fácil elogiar que compreender, pois a compreensão exige leitura atenta, coisa que até certos críticos são incapazes de fazer. Pois é precisamente compreensão que denota *Horas de Leitura*, compreensão aliada ao desejo de divulgar a literatura, um dos atributos mais nobres de que um intelectual pode ter.

Embora não vejam com bons olhos o divulgador, é êle um dos esteios da literatura, pois preenche, em parte, as funções do crítico literário, às vêzes mais preocupado em exibir a própria sabedoria do que em analisar a obra dos outros. No caso de Brito Broca fica-se não raro sem saber distinguir o divulgador do crítico, já que não existem limites rígidos a separar a crítica da divulgação, quando esta é feita com inteligência e cultura.

---

(7) Instituto Nacional do Livro, 1957.

E por falar em cultura, é interessante observar não ter, o autor das *Horas de Leitura*, sido tentado por outras literaturas estrangeiras, além da francêsa. Permaneceu êle fiel à França, que informou sua cultura. Com razão escreveu-se ser êle um crítico excessivamente "marcado pelo espírito francês dezenovesco, que não consegue transpor os limites do ensaio de *belles lettres*" (8). Realmente, jamais compreendi porque continuava Brito Broca aferrado à literatura francêsa, quando outras literaturas aí estavam e estão pujantes de seiva e de vida, a exigir nossa atenção. A própria literatura norte-americana não foi há tempo elogiadíssima por uma francêsa culta e inteligente? (9).

Estas palavras, que não chegam a ser uma reprovação, eu as poderia dirigir a mim mesmo, uma vez que passei pelo estágio em que Brito Broca permanece. Era eu tão apaixonado pelas letras francêsas e, à sua difusão entre meus patrícios, dediquei tantos anos de vida, que o poeta Domingos Carvalho da Silva, fazendo mau trocadilho com o título de meu livro *Gente da França*, classificou-me como "agente da França"... Não se pode, entretanto, ficar eternamente ligado a uma única literatura (mesmo que essa ligação seja uma espécie de cordão umbilical) quando outras literaturas também são dignas de serem conhecidas e aprofundadas.

Mas não quero, em absoluto, continuar falando sôbre a minha pessoa e volto ao livro comentado. Confesso que a parte que nêle mais me agradou — talvez porque não a conhecesse ainda — foi a intitulada "Marginália", trechos talvez de um diário literário realmente interessante. Nessas páginas aparece o homem que costumamos ouvir nas mesas de café, sem a preocupação do escritor (ditada pela sua grande alma) de procurar descobrir, mesmo nos livros mais fracos, algo que preste.

Em "Marginália" Brito Broca, além de corrigir alguns deslizes de nossos escritores e mostrar sua fabulosa memória, capaz de discernir, numa palestra feita por Maurois no Brasil, trechos de outras conferências do mesmo, lidas em publicações francêsas, dá expansão ao seu humor e à sua ironia que, aliás, sempre andam juntos. Não resisto à vontade de copiar algumas das notas desse capítulo de *Horas de Leitura* que dão, aos que não conhecem bem Brito Broca, mais uma faceta de sua inteligência.

Eis a primeira:

"Leio, de quando em quando, referências como esta, substimando a publicação de trabalho inédito de algum escritor de nomeada: "É uma obra que nada acrescenta à glória de X...".

---

(8) Eduardo Portella — Um ensaista literário in "Jornal do Comércio", de 7.7.57.

(9) Refiro-me ao livro de Claude-Edmonde Magny — L'Age du Roman Américain, Edition du Séuil, 1949.

"Mas não só o que traz acréscimo à glória de um escritor merece publicação e sim o que amplia o conhecimento de suas particularidades, de seus processos e até mesmo de suas deficiências. Numa palavra: tudo aquilo em que o escritor empenhou, de certa maneira, a personalidade. As crônicas de Machado de Assis, por exemplo, nada acrescentando à glória já atingida pelo romancista e o contista, não podiam ser ignoradas. Ao contrário: muitas das notas de crítica escritas por João Ribeiro nos jornais podiam e deviam ficar inteiramente esquecidas".

Vejamos esta outra nota:

"Quando leio trabalhos de certos escritores brasileiros sôbre Proust e Gide, julgo ver caboclos do mato, movimentando-se num salão aristocrático, entre fidalgos decadentes, e julgando-se que estão saindo muito bem da empreitada".

* * *

Aparece agora nas livrarias a *Introdução ao Estudo da Literatura Brasileira* (10), cuja primeira parte — "Síntese Crítico-Histórica" — é de autoria de Brito Broca. Talvez seja êste o seu último trabalho mais extenso, embora pelo fato de haver êle morrido aos 20 de agôsto de 1961 e pela falta de indicação da data de sua elaboração, não se possa precisar de quanto tempo data o ensaio. Creio haja sido escrito há mais ou menos seis anos.

A fixação, mesmo arbitrária, da data da feitura do trabalho é importante, a fim de que não venha alguém acusá-lo de omisso a respeito de temas, obras e autores que surgiram após a sua redação. Omissões, se houver, serão pura casualidade porque, em matéria de literatura, nada passava despercebido a Brito Broca; pode, no entanto, ter havido o caso de não haver chegado ao seu conhecimento algum volume que, editado no Maranhão ou no Rio Grande do Norte, não tenha sido distribuído aqui no Sul. Aliás, não é necessário ir a tão longe, pois há livros publicados no vizinho Paraná que não chegam a ser conhecidos em São Paulo, por incrível que isto pareça.

O ensaio de Brito Broca (completado pela bibliografia de J. Galante de Souza, que constitui a segunda parte do volume de que trato) compõe-se de, aproximadamente, 70 páginas de notações informativas de bom quilate, já agora indispensáveis a quantos se interessam pela literatura nacional. Naturalmente, dado o limite de espaço que deve ter sido marcado ao autor, não poderia êle estender-se a respeito do tema. Mas suas observações, embora rápidas, situam bem os movimentos literários, os escritores e as obras, realçando seu valor ou suas fraquezas. Estas são diminutas, pois Brito Broca evitava apontar des-

---

(10) Instituto Nacional do Livro, 1963.

lises alheios, embora tal atitude no íntimo lhe causasse mal estar. Desabafava-se, porém, na prosa com os amigos, onde se mostrava implacável para com as "coristas da literatura" ou com "los raros" (título que dava aos emproados literatos que queriam ser os donos da crítica literária nacional...)

A propósito: Brito não suportava o *new criticism*. Em seu ensaio dedica poucas linhas à "crítica estilística que se baseia exclusivamente no texto, isto é, nos resultados". Não deixa de citar os nomes de Augusto Meyer, M. Cavalcanti Proença, Othon Moacir Garcia, Antonio Houaiss, Celso Cunha e, principalmente Eduardo Portella, mas estende-se mais à vontade sôbre os críticos do velho estilo.

A respeito de Antônio Cândido, anota o autor haver êle iniciado na crítica "com tanto êxito, que, numa paráfrase ao que Urbano Duarte dissera do *Mulato* de Aluisio Azevedo, poder-se-ía então exclamar: "Crítico ao Sul!" Sôbre Osório Duque-Estrada lembra que sua crítica se reduzia freqüentemente a uma depuração de erros ou de simples deslises gramaticais, bastando às vêzes alguns galicismos discutíveis para encitar-lhe a férula. Por isso, quando caía em suas mãos livros corretamente escritos, Duque-Estrada limitava-se emitir sôbre êles lugares-comens encomiásticos. Ao contrário dêle, João Ribeiro que, apesar de sua erudição e cultura, não atingiu os pontos mais altos da crítica militante, revelava sensível liberalidade em questões gramaticais, o que o levou a simpatizar com os modernistas.

A respeito de Agripino Grieco, que não raro sacrificava a justeza de um juízo ao efeito do dito de espírito, pergunta Brito Broca "onde encontrar um domínio tão completo da literatura brasileira e de tôdas as literaturas, uma exuberância intelectual tão desnorteante, definições tão surpreendentes, como na obra dêsse escritor?" As páginas dedicadas a Tristão de Ataíde são um modêlo de crítica à crítica: "Seus *Estudos* são para a década modernista assim como os *Estudos de Literatura Brasileira* de José Veríssimo, para o período naturalista. E com um gôsto mais apurado, um estilo muito superior ao de Veríssimo, pode ser comparado a êste pela probidade intelectual e a profunda consciência literária".

Assim são as observações de Brito Broca, que conseguiu o milagre de enquadrar, dentro do pequeno limite de 70 páginas, quase todo o movimento literário nacional, desde o pré-romantismo até os nossos dias. Essas poucas páginas não poderiam ser escritas, no entanto, sem um conhecimento profundo do assunto. Elas são a síntese de muitos anos de leitura sistematizada e ininterrupta de quase tudo quanto houve no Brasil em matéria de literatura.

A certa altura de suas notações, Brito Broca, aludindo a Antônio Simões dos Reis, aponta-o como um "trabalhador incansável, a que

podemos dar mesmo a classificação de braçal, dado o ânimo com que se entrega ao mister de vasculhar coleções de jornais e revistas, mantendo quase ininterrupta sua atividade, acumulando um material do qual infelizmente não pôde ser publicado até agora senão uma pequena parte". Sem o querer, estava êle traçando como que um auto-retrato, já que, como Simões dos Reis, também êle foi infatigável vasculhador de coleções de jornais e revistas; como Simões dos Reis, também êle não conseguiu ver publicado nem a metade do seu trabalho.

* * *

Para finalizar, alguns dados bio-bibliográficos de Brito Broca, extraídos da "Revista do Livro", de março/junho de 1961:

"Nasceu em Guaratinguetá, São Paulo, a 6 de outubro de 1904. Terminado o grupo mais cedo que o comum, tem a idade aumentada de um ano para ingressar na Escola Normal da cidade (daí a data de 1903 nos seus papéis oficiais). Primeiras experiências com a imprensa escolar e municipal. Lopo após a conclusão do curso, em seguida a um incidente de política municipal que causa sensação no lugar — denunciam-se de sua autoria artigos contra a situação política de Guará, à qual pertencia seu pai — resolve "exilar-se" em São Paulo, onde logo se engaja na redação da "A Gazeta". Repórter, depois também cronista mundano, escreve páginas de divagações sentimentais que assina Lauro Rosas — seu reverso é o misantrópico Alceste de anos mais tarde. Isso não impede que ao mesmo tempo seja ferrenho partidário do Modernismo e se ligue com alguns jovens que participam das mesmas idéias, entre outros Genolino Amado e Hermes Lima. Amigo mais velho que sempre há de admirar, evocando-o com saudade e respeito, é Galeão Coutinho, com o qual comenta e discute as leituras francêsas, de que na época já é divulgador apaixonado. Guardava infinitas lembranças e anedotas dêsse período heróico, tendo conhecido, como conheceu, todo mundo literário paulista das décadas de 20 a 30. Apenas em 1938, a convite de Genolino Amado (então reorganizando a Agência Nacional), transfere-se para o Rio de Janeiro, onde trabalha na sucursal de "A Gazeta" e mais tarde na divisão de publicidade da Livraria José Olímpio. Desta época em diante dedica-se apenas ao jornalismo literário, ocupando postos-chave em redações de suplementos e revistas literárias, entre outras "A Gazeta", "Letras e Artes", "Jornal de Letras", "Correio da Manhã", finalmente a "Revista do Livro". As viagens que empreende ao Prata e a Paris, aparentemente com o caráter de excursões jornalítisca, na realidade são 'viagens sentimentais' bastante disfarçadas e que o 'repórter' registra em reminiscências de sabor muito seu.

Contando com material de interêsse para formar vários volumes, já na época de sua transferência para o Rio, e apesar de ser um dos

nomes mais conhecidos nos meios letrados, só em 1944 viu o seu nome na capa de um livro. Era êste aliás, quase uma *plaquette:* os *Americanos,* editado em Curitiba pela Guaíra, na série 'Caderno Azul'. Apenas doze anos mais tarde sairia a lume *A Vida Literária no Brasil — 1900,* precedido de pouco pelo resumo, didático, da sumária biografia de Raul Pompéia, escrita para uma coletânea de divulgação infanto-juvenil. À sombra do êxito retumbante, do seu livro principal, três vêzes premiado, e que se publicara sob os auspícios de um amigo constante, Simeão Leal, seguiram logo depois, em 1957, *Horas de Leitura* (Instituto do Livro) e *Machado de Assis e a Política e outros estudos.* (Organizações Simões), coletâneas que reunem parcela mínima dos seus trintanos de ensaísmo esparso pelos jornais e revistas de São Paulo e do Rio. Organizou ainda uma última antes de morrer: *Pontos de Referência,* da série dos Cadernos de Cultura. Deixou quase prontos *Quando havia província,* reminiscências, e *A Vida Literária no Brasil — Época Modernista.*

Faleceu de modo brutal, atropelado no princípio da madrugada de 20 de agôsto de 1961, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro".

O HOMEM SEM RESPOSTA E "O SILÊNCIO" DE INGMAR BERGMAN

MESMO o observador mediano pode perceber a existência de uma constante na Literatura e no Teatro do após guerra: a solidão humana.

Cidades crescem, fronteiras se dissolvem, os meios de comunicação social aumentam, mas também cresce a solidão humana.

O Cinema não pode escapar a essa contingência humana no mundo contemporâneo. O Cinema comercial, sempre à margem, porque só as aparências lhe interessam, não é por ela atingido, mas o Cinema sério, de após 1945, vêmo-lo penetrar no âmago do Homem e da Sociedade, fazendo da solidão humana tema essencial e dominante.

Grande foi a evolução do neo-realismo italiano, desde *"Roma, Cidade Aberta"*, de Rosselini, até *"O Eclipse"*, de Michelangelo Antonioni. A solidão humana foi por êle tratada, desde *"Ladrão de Bicicletas"*, de Vittorio de Sica, até *"Il Posto"*, de Ermano Olmi. Desde *"Marty"*, de Albert Mann, até *"Moi, um noir"*, de Reichenbach. É a solidão motivada pelos fatos sociais concretos, como ainda ontem ouvi dizer Ingmar

Bergman, na T.V. holandêsa, pela ausência de Deus da concepção de vida de muitos.

O empregado que não recupera sua bicicleta roubada, o rapaz cujo único desejo é o emprêgo para a vida em uma companhia sólida, o açougueiro que não pode romper a limitação do seu ambiente, o jovem negro de Dakar, que sem um tostão quer conquistar Paris pelo boxe, são todos homens que, em sua vida obscura, não são vistos siquer por seus companheiros de sorte. Na medida em que crescem os seus contratempos, cresce também o seu isolamento.

O protagonista de *"Room at the Top"*, de Claytin, faz qualquer coisa para levar sua vida para frente, passando sôbre cadáveres. O rapaz de *"Odeio Essa Mulher"*, de Richardson, procura, deliberadamente, a solidão, numa atitude de protesto contra o passado e contra os tempos atuais. O homem individualista e um tanto simplório de *"O Homem de Terno Branco"*, de Mackendrick, não consegue vender sua invenção a ninguém. Está só.

Em parte alguma é a solidão tão horrível e insuportável como no meio de uma grande massa humana. Nada pior do que estar sempre entre os outros. É a experiência do jovem casal de *"O Oitavo Dia da Semana"*, de A. Ford. Jamais podia estar só e quase se acaba o seu amor. Necessidade absoluta isola o casal de *"Vidas Sêcas"*, cuja vida se limita às ações primárias e primitivas, como acontece com aquêle outro de- *"A Ilha Nua"*, do japonês Shindo.

A necessidade isola o homem, como a moléstia, dos outros. Karin, de *"Num Espêlho Escuro"*, de Ingmar Bergman, vive numa ilha nua, com sua doença mental, à margem do marido, do pai, do irmão, que só demasiado tarde têm consciência da falta de união, do diálogo com ela.

Agonia e angústia de vida são o assunto de filmes que constituem as melhores expressões da arte cinematográfica contemporânea. Às vêzes, elas não têm causas concretas. Decorrem de um clima que envolve o homem moderno e o sufoca. Decorrem da pergunta: o que é humano... depois de Auchwitz? O que é segurança... depois da bomba atômica, depois dos foguetes interplanetários? O que é o homem para outro homem, depois da onipotência do "êxito a qualquer preço" (veja-se o fenômeno dos "The Beatles") e depois, sobretudo, da instabilidade do amor? Michelangelo Antonioni recorre ao suicídio, porque essa instabilidade é a causa da falta de comunicação entre os sêres humanos, que, por sua vez, gera a solidão definitiva e irremediável.

O que de sólido, de fundamental, nos resta, quando a incerteza é a única certeza até na interpretação das leis da Moral, na exegese da Bíblia, na visão dos Dogmas? Onde está o céu, obscurecido pelas nuvens da explosão atômica?

"Idealismo" é hoje em dia um têrmo irrisório e decepcionante. "Understatement", planejamento e execução racional dos projetos substituem perfeitamente o ideal. O homem solitário não se apega mais a ideais grandiosos ou à solidariedade humana. Descamba para o "amor" erótico. Se a união amorosa é fraca demais para resistir, procura-se um outro amor, mil e um amores que não são amor, mas egoísmo a dois, aventuras sentimentais. Passa-se de uma desilusão para outra. Tudo se torna vazio.

Objetos mortos adquirem vida, como em *"O Eclipse"*, enquanto se vê a morte na vida. *A "Aventura"*, *"O Grito"*, *"A Noite"*, precedidos por outros filmes, como *"La Dolce Vita"*, de Federico Fellini, *"Quando voam as cegonhas"*, de Kalazatov, *"Hiroshima, mon amour"* e *"O Ano Passado em Marienbad"*, de Alain Resnais. Pode haver alegria no mundo, para o homem que perde sua família, para a mulher que perde seu marido? A dor e a solidão são mais fortes do que a alegria. Podem ser suavizadas por uma criança, mas também a criança pode ser solitária.

A criança solitária é uma nova figura que entrou no cinema de após guerra. *"Ídolo Caído"*, de Carol Reed, *"Brinquedo Proibido"*, de René Clément, inauguram uma linha que prossegue até *"Os incompreendidos"*, de Truffaut, *"Um gôsto de mel"*, de Richardson, *"O menino Paw"*, de Hennig-Jensen, *"O Menino na Árvore"*, de Arne Sucksdorf.

Estas crianças se afastam dos adultos e da sua sociedade. Às vêzes se procuram umas às outras ou aos animais, ou ainda à floresta (veja-se *"Os Domingos de Cibèle"*). Um cavalo é o seu amigo (*"Crin Blanc"*, de Lamorisse, ou *"Balão Vermelho"*, idem). O mundo não apresenta à criança uma solução; ela se afoga com o cavalo perseguido, ou desaparece com o balão.

Cada diretor reage de uma maneira diferente à solidão humana. Alguns registram-na friamente, outros, de u'a maneira cínica, e outros, ainda, com compaixão, sobretudo os diretores italianos. Muitas vêzes (demais até), apresentam a cidade como uma inimiga, como um elemento que acentua a solidão humana. Nem sempre ela é integrada no drama, nem sempre são plausíveis o ambiente e os homens em que se desenrola a história, mas uma coisa é certa: os diretores contemporâneos sentem-se obrigados a contemplar e a analisar a incerteza, a insegurança, a angústia e a solidão da vida.

"O Silêncio", de Ingmar Bergman.

A estaca zero da solidão foi alcançada por Ingmar Bergman no seu penúltimo filme, *"O Silêncio"*. Encerra êle, conforme suas próprias palavras, uma etapa à qual não deseja mais voltar. Já está em cartaz, na Suécia, o seu primeiro filme em côres. Uma... comédia (!): *"Não Falemos Mais Sôbre Mulheres"*. O penúltimo está para chegar ao Bra-

sil, logo depois de seu lançamento na Europa. Essa pressa é suspeita, porque os distribuidores nunca tiveram pressa em lançar qualquer dos filmes de Bergman. A maioria dêles nunca foi exibida no Brasil, e os que foram apresentados, o foram desordenadamente.

Mas êste *"O Silêncio"* é sensacional. Já se apoderou dêle o comércio, porque promete render muito dinheiro, pela discussão que provocou entre censores e críticos, na eterna luta entre "a liberdade de expressão artística" e os postulados da Ética. Não nos interessa, no momento, êste aspecto da questão, mas sim o filme em si mesmo, como a expressão maior de análise da solidão humana, que já vi no Cinema.

O enrêdo é simples. Num compartimento de trem, acham-se duas mulheres, Ester e Ana, e um menino de mais ou menos nove anos. Estão a caminho da Suécia, passando por Timoka, uma cidade esquisita, cuja língua êles não entendem. Cheia de ameaça de guerra, sob um céu de chumbo, apenas homens nas ruas, tanques passando, Bergman já nos faz respirar, desde o início, um ar sufocante, pesado. Ester, a intelectual, a tradutora, está gravemente doente. À certa altura, sofre um ataque, o que obriga os três a descer na extranha cidade, indo instalar-se em um hotel-espectro, com corredores infindáveis, tal um labirinto. Os únicos hóspedes dêsse hotel são sete anões, que nada, todavia, têm dos sete anões de Branca de Neve. Antes, amedrontam o menino com suas brincadeiras maliciosas. Nesse hotel há. ainda, um único garçon, velho e feio, serviçal e compassivo, porém.

Nesse clima neurastênico, na solidão absoluta de uma cidade de língua desconhecida, de condições opressivas e extranhas, de um hotel vazio e anônimo, desenrola-se o drama das três existências. Ester, cada vez mais doente, apega-se mais intensamente a Ana, a irmã, que a repele, ao menino, que nada entende, ao álcool, que a embriaga, à sua carne mórbida pela masturbação. Ana procura libertar-se, tendo uma única certeza: seu corpo e seu violento apêlo. Foge do cêrco da irmã, numa aventura amorosa sem solução. O menino, entre curioso e assustado, descobre o hotel, descobre o sexo, penetra no mundo da tia, que o atrai e o afasta, como também no mundo de Ana, sua mãe, que lhe produz a mesma reação. A ruptura entre Ana e Ester será completa. Ana toma o trem, para continuar viagem, com o filho e Ester fica só, tratada pelo velho garçon, instigada pelo desejo carnal, querendo conhecer a língua desconhecida, da qual já decifrou duas palavras: "kasi" — a mão, e "hadjek" — a alma.

Ambas essas mulheres têm um marcante traço em comum: a necessidade de examinarem-se a si mesmas, o julgarem ter apenas corpo, o serem obrigadas a viver até o fim controladas pela inteligência emparedada. A única saída que se lhes oferece, e ao seu instinto de viver, se encontra no avanço, até o fundo, da realidade visível e palpável.

Para Ester, ruiu tôda a estrutura espiritual de sua vida que julgava justificada pela ocupação intelectual que exercia e pela tutela ciumenta que impunha à sua irmã. A morte que se aproxima muda tudo em sua vida e, na falta de uma atitude religiosa, Ester representa nada mais do que a paixão dilacerante da carne fustigada que dela e de Ana exige a única certeza ainda possível: a respeito à sua necessidade de viver, aqui reduzida ao reflexo puramente físico.

O horror ao vazio, causado pela reação corporal, a terrível dilaceração causada pela repulsa intuitiva que se converte em ódio da irmã, Ana, impele Ester para o álcool. Com o silêncio de Deus, abata-se a alma.

Ana é mais vivaz, porém, uma mulher frustrada demais para ser boa mãe. Esta situação, é muito mais ainda a tutela da irmã, a irrita. Deixa o filho entregue a si mesmo e se levanta contra Ester. Ao assistir, do camarote de um teatro, a uma cena degradante de amor, sente-se indignada e fascinada ao mesmo tempo. Não descança até que possa entregar-se a um garçon desconhecido. Aí, então, Ana experimenta a grande mentira de sua vida, que existe nessa união passageira com alguém cujas palavras de excitação erótica ela não entende. Experimenta um vazio que facilita mais a separação da irmã, impelindo-a à fuga para um país que lhe é familiar.

Depois de tudo por que passaram, ambas deveriam ter fugido da vida, mas como podemos verificar em tôda a obra de Ingmar Bergman, o instinto de viver é tão forte que nele se enraíza tôda a fôrça criadora do diretor sueco. Bergman nunca aceitou o suicídio como solução para os problemas da vida, em contraste com Michelangelo Antonioni. Bergman, por assim dizer, "pune" todos os que atentam contra a vida humana, seja pelo abôrto, seja pelo assassínio.

Maior desolação, maior solidão não vi em filme algum, desde que conheço cinema. Bergman mesmo disse: "Nada mais ficou, a não ser um mundo sem Deus. Restou apenas a mão (a comunicação com alguém), Bach (a música religiosa) e a alma. Para dizê-lo claro, Ana é o corpo e Ester, a alma. O silêncio é o tumulto que se levanta entre o corpo e a alma, quando Deus não está mais presente".

Interrogado a respeito do lugar dêste filme, na trilogia a que poderíamos denominar de "à procura de Deus", Ingmar Bergman respondeu: *"Num Espêlho Escuro"* perguntei pela certeza (Deus existe, porque o amor existe). Em *"Os Convidados da Ceia"* perguntei pela simples suposição (a crítica da primeira certeza) que redunda numa derrota fundamental, e *"O Silêncio"* é uma cópia negativa do problema. *"O Silêncio"* é ainda mais despojado, um mundo completamente sem Deus".

A evolução de Ingmar Bergman, portanto, quanto à procura de Deus é aparentemente, em linha descendente. Confessou, porém, que seus filmes o libertam dos problemas e que nunca mais voltará a êles. Não fechou a porta irremediável e totalmente. Continua a acreditar na Vida. Ana rompe o cêrco e parte para viver a vida que ainda oferece possibilidades de melhora, porque ainda existe "a mão" e "a alma". O homem não está só.

Creio que Claude Mauriac teve razão, ao escrever no "Figaro Littéraire": "O desejo físico é apenas uma das formas da nostalgia metafísica", referindo-se ao filme de Ingmar Bergman.

Que muito poucos espectadores poderão alcançar e captar tôdas as idéias e todos os sentimentos de Ingmar Bergman, também é uma verdade.

Amsterdam, julho de 1964
GUIDO LOGGER

FELLINI — "8 ½": EXPLICITAÇÕES DE PÚBLICO

EM "Convivium" (Janeiro-Fevereiro de 1963), iniciáramos a questão: "Hiroshima, meu amor" e "No ano passado em Marienbad": explicitações de público". Uma questão muito mais complexa, pois Alain Resnais é um cineasta sincrético, já por si só inaceitável pelo público.

A respeito de "8 1/2" existe tôda uma literatura, como, por exemplo: uma verdadeira monografia elaborada por Camilla Cederna e que chegou até nós em tradução francêsa ("8 1/8 de Fellini — Histoire d'um film") de H. de Mariassy e C. de Lignaca; a revista "Études Cinématographiques" (28-29 — Hiver de 1963), que inclui vários artigos de importância; e a obra de Gilbert Salachas: "Federico Fellini" (Cinéma d'Aujourd'hui).

Mas não nos preocupamos em explicitar aspectos estéticos e críticos de "8 1/2"; sôbre isso já se pronunciaram críticos como Benedito J. Duarte ("Folha de São Paulo"), Alfredo Davis Sternheim ("O Estado de São Paulo") e Antônio Moniz Vianna ("Correio da Manhã").

Preocupa-nos muito mais o problema do público: uma dimensão sociológica a partir de um sociólogo leigo.

I — FELLINI — ANTONIONI — VISCONTI:

Trata-se de três cineastas que assumiram papel de evidência na atualidade: cada um dêles um universo; cada um dêles uma colocação; cada um dêles uma correlação com o público.

Nem tôdas as fitas de Fellini tiveram aceitação do público; algumas delas, como "A Doce Vida", pelo simples fato de incluir Marcelo Mastroianni, ofereceram ocasião para uma tomada de consciência do espectador médio.

E, no caso de "8 1/2" como se comportou o público? — Veremos mais adiante alguns aspectos, a partir de um público determinado.

Antonioni, um autor sincrético, que constrói um universo fílmico "sui generis" sem qualquer concessão (mais autor do que Fellini), caminha para uma unificação e coerência. Não é barroco como Fellini; é um esteta, embora daí decorra subreptìciamente um universo de humanidade.

Ora, Antonioni, em relação a Fellini, tem sentido no decorrer de suas obras uma resistência do público, derivado de suas figuras humanas transformadas em objetos e coisas e de seus objetos e coisas correspondendo a personagens. Aquela lentidão "antonioniana" já de si dificulta um diálogo com o espectador.

E Visconti? — um caso interessante: um esteta mas um sociólogo. "Rocco e seus irmãos" foi bem recebido pelo público, em melhores condições do que as fitas de Antonioni, de que "A Noite" foi o filme mais bem aceito.

Visconti em "O Leopardo", seja pela presença de Burt Lancaster ou de Claudia Cardinale, seja por causa da divulgação da obra literária de Lampedusa, conseguiu, por exemplo, em São Paulo, um grande sucesso. Sua fita tinha um elemento que dificultava a compreensão do universo "viscontiano": sofrera uma redução de 55 minutos, quando se processara a transação com a Fox.

Estamos diante de três cineastas que adquiriram fama mundial: a crítica francêsa, principalmente de "Cahiers du Cinéma", lançou aos quatro cantos a importância dêsses cineastas. A crítica brasileira também tem louvado, apesar de algumas restrições, o valor dêles; e o grande público?

Será que o espectador médio tomou consciência dêsses cineastas? Não daria muito mais valor a um Cecil B. de Mille, a um Jerry Lewis, a um Mazzaropi?

De fato: quando vemos as casas do centro da cidade lotadas, imediatamente nos convencemos de que o filme teve plena aceitação de público. Esquecemo-nos, contudo, de que os bairros geralmente são os

verdadeiros termômetros da aceitação do público, como aconteceu com o filme "OS DEZ MANDAMENTOS" ou "BEN-HUR".

II — LIMITAÇÃO DE PÚBLICO: NÍVEL DE IDADE:

Muita coisa de verdadeiro existe na afirmação de alguns quando advertem que a aceitação do público está na razão direta da história, do ator e do limite de impropriedade. (Mas nunca depende do Diretor).

"OS DEZ MANDAMENTOS" percorreu tôda a Capital, o interior, foi reapresentado em São Paulo, e sempre recebeu um extraordinário afluxo de espectadores. No filme em questão, influía não só a história ou os atores mas também o fato de ser uma obra para tôdas as idades (assim os pais levavam os filhos; assim os filhos levavam os pais: e ambos se extasiaram com uma fita que, sob certos aspectos, julgamos lastimável).

O mesmo vale para "BEN-HUR" ou "REI DOS REIS".

Ora, tanto Fellini (com exclusão de poucos filmes, como, por exemplo, "Na Estrada da Vida") como Antonioni, como Visconti são cineastas inadequados ao universo da criança e do adolescente: seu universo transcende a realidade cotidiana de filmes tipo "OS DEZ MANDAMENTOS" e coloca problemas mais profundos e complexos para um espectador médio.

Há outros tantos cineastas que, como Visconti ou Antonioni ou Fellini, sofrem uma resistência do público, de um público bem generalizado: trata-se de Bresson (sua obra "UM CONDENADO À MORTE ESCAPOU" não inclui elementos de impropriedade), de Ohba, de Ozu, de Welles, que são diretores que constroem um universo bem hermético, sem qualquer concessão.

III — "8 1/2" E UM PÚBLICO DETERMINADO:

O filme "8 1/2" deu ocasião a que se tentasse em São Paulo uma experiência idêntica à que a Universidade de Bruxelas realizou com a fita "Hiroshima, meu amor" (Cf. "Convivium" — Janeiro-Fevereiro-Março de 1963).

Por razões de ética, vamos citar só algumas notas, sem qualquer correlação com a fonte de onde elas provieram.

O presente trabalho tem correlação com a censura; mas a nossa intenção era de realizar um trabalho em Colégios, impedido, porém, pelas férias.

O nosso grupo comporta 38 pessoas, submetidas a um questionário: (1)

I — *Limite de idade que estabeleceria para o filme:*

Livre — 1 pessoa;	16 anos — 10 pessoas;
10 anos — 2 pessoas;	18 anos — 28 pessoas;
14 anos — 7 pessoas;	

O Serviço de Censura de Diversões Públicas considerou o filme como "Programa Livre".

II — *Poderia fundamentar ligeiramente sua opinião sôbre a censura em tela?*

Respostas segundo o limite de idade estabelecido:

	14 anos	*16 anos*	*18 anos*	*TOTAL*
a) por imaturidade do menor, e conseqüente dificuldades de compreensão do filme	2	3	14	19
b) porque o filme é negativo, nihilista, sem fé no homem	1	1	6	8
c) porque é doentio, angustiante, conflitivo, de impacto emocional	—	2	2	4
Respostas em branco .... (os que optaram para livre 10 anos também em branco)	3	4	3	10

III — *Conteria o filme alguma contribuição ao menor?*

Resposta segundo o limite de idade estabelecido:

Positivas	*14 anos*	*16 anos*	*18 anos*	*TOTAL*
a) Levantamento de problemas	2	1	—	3
b) Iniciação à arte	2	—	—	2
c) Valoriza a responsabilidade	1	—	—	1
d) Questão do ajustamento dos papéis sociais	1	—	—	1

(1) Devo ao Prof. André Francisco Pilon, Coordenador do "Forum de Ciências Sociais", da Escola de Sociologia e Política, a estruturação do material recolhido a partir do filme "8 1/2". A êle meus profundos agradecimentos.

Negativas	*14 anos*	*16 anos*	*18 anos*	*TOTAL*
a) Não contém contribuição alguma (10 anos: 2)	—	6	20	26
b) Desrespeita a vida humana	—	—	1	1
Resposta em branco	—	3	6	10
(uma pessoa considerou o castigo aplicado no Colégio ao menino um aspecto positivo)				

Resposta segundo o limite de idade estabelecido:

a) *Idade:*	*10 anos*	*14 anos*	*16 anos*	*18 anos*	*Soma*
até 20 anos	—	2	—	1	3
de 21 a 30 anos	—	3	5	8	16
de 31 a 40 anos	—	2	2	9	13
de 41 a 50 anos	1	—	2	6	9
de 50 e mais	—	—	1	1	2

Em branco: 3 questionários; livre: 1 pessoa (41-50 anos).

b) *Sexo:*	*10 anos*	*14 anos*	*16 anos*	*18 anos*	*Total*
Masculino	—	5	4	15	24
Feminino (1, livre) ..	—	2	6	22	30

c) *Profissão:*					
Professôres	—	2	4	8	14
Bacharéis em Direito, ocupando ou não cargos públicos	1	—	2	5	8
(Livre, 1)					
Médicos	—	1	—	1	2
Psicólogos	—	1	2	2	5
Assistentes Sociais ..	—	—	1	2	3
Estudantes	—	1	—	2	3
Outras (bancários, funcionários, prendas domésticas, etc.)	—	3	1	4	8
Em branco, 5					

IV — Respostas segundo o limite de idade estabelecido, classificando as pessoas que participaram do inquérito de acôrdo com 3 critérios:

a) Idade

b) Sexo

c) Profissão

Respostas significativas:

1) "O filme começando confusamente, assim termina. Na realidade, a idéia de concretizar num filme todo o seu passado, cheio de confusão e sustos, não é conseguido, uma vez que não se sabe olhar a vida de frente, valendo-se de ficções, mentiras e deslealdades consigo próprio e com os outros".

2) "Uma forma perfeita, fundamentada por um conteúdo prenhe de moral burguesa capitalista-cristã, onde o problema da culpa, do pecado e da auto-punição estão presentes. Enfim, a tão decantada decadência do Ocidente".

3) "Há muita confusão sem proveito algum. As conclusões finais são interessantes e só podem fornecer contribuições para adultos e psicólogos".

4) "Confusão caótica do mundo moderno. Impacto e confusão sôbre o Homem. Coisas que acontecem, chegam e passam, sem início e sem fim, sem seqüência, sem enrêdo, sem muita razão ou lógica, realista (talvez demais), pessimista (talvez...). Nenhuma mensagem que traga paz, bem-estar, ou promessa de felicidade ao Homem de Hoje ou do Futuro".

5) "O filme é de compreensão difícil. Coloca problemas importantes sem apresentar solução alguma. As perguntas ficam sem resposta. Conta uma alucinação. E, como tal, tudo é confuso. Consegue-se vislumbrar, entretanto, um complexo de infância, com as conseqüências de um fato punido na infância. Há sensualidade, com a idéia fixa do sexo".

6) "Excelente filme como realização plástica. Profundo impacto emocional. Cheio de símbolos. Intelectualização falsa, culminando com a volta à simplicidade, do cotidiano, único aspecto positivo do filme e da vida".

7) "Nihilismo sem base sólida. Destrutivo em sua essência. Não apresenta aspectos positivos em sua temática central".

8) "É um filme altamente subjetivo e simbólico".

9) "Focaliza a existência humana, a vida e a morte; como as experiências infantis afetam o adulto. Lembra Pirandello e Ingmar Bergman" *(Morangos Silvestres)*.

CONCLUSÃO:

Aproveitamos, o filme "8 1/2" para explicitarmos a linha do público, de um público bem determinado.

Em "Hiroshima, meu amor" focalizamos não só uma documentação estrangeira mas também dados extraídos de material recolhido por nós, especialmente, no Centro D. Vita.

No caso de "8 1/2", as condições do material são singulares, oferecendo extraordinárias perspectivas.

HÉLIO FURTADO DO AMARAL

CATÁLOGO DO ACÊRVO DO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO — **P. M. Bardi** — São Paulo 1963.

PREFACIADO por Assis Chateaubriand, o catálogo do acêrvo do Museu de Arte de São Paulo é uma obra notável no gênero e excepcional entre nós.

Numa terra onde os museus são numerosíssimos, se considerarmos as instituições que ostentam êste título, mas que desaparecem se procurarmos a substância atrás da palavra, e se restringe a quatro ou cinco casas que vegetam pela falta de verba e o limitado interêsse das autoridades, o Museu de Arte de São Paulo é um marco da história cultural brasileira e uma vitória da iniciativa privada.

Conta Chauteaubriand, no prefácio, a epopéia que levou à fundação do Museu e exalta o idealismo de um grupo que contra o ceticismo geral conseguiu o milagre.

Pietro Maria Bardi, diretor e orientador, criador efetivo do Museu, traça os quize anos de história da instituição. Esta é peça importíantssima na obra, porque delineia os princípios filosóficos que nortearam a fundação do Museu e regem suas atividades do presente.

A moderna museologia torna obsoleta a concepção de Museu como arquivo morto de objetos guardados e arrumados à espera dos eventuais visitantes.

Os novos conceitos estéticos não mais restringem a palavra **arte** e as coleções de um museu, à Pinacoteca, à cliptoteca e a outras coleções de objetos.

Museu, no presente, significa um centro ativo onde didática e conservação estão ìntimamente fundidas. As obras consagradas tornam-se elementos vivos, não apenas de apreciação e estudo, mas também de divulgação e compreensão de uma determinada atividade humana.

Museu de arte não significa, numa limitação conteudista, relativa às artes **belas,** consagradas pela tradição; à pintura, escultura, gravura, desenho, decoração, etc. . .

Museu de arte significa a casa da forma, da forma certa, necessária e expressiva, colhida no mestre renascentista, na tela do pintor informal, no móbil de Calder, na máquina Olivetti, nas flexões do corpo humano desenvolvidas na dança e nas notas de um compositor.

Isto significa que as coleções do museu tiveram uma impostação didática e geral, onde ao lado das obras tradicionais, escolhidas segundo uma sábia distribuição no tempo e no espaço, se encontra os produtos do desenho in-

dustrial e um teatro-auditório onde grupos experimentais podem exibir-se. Significa além disso que as coleções têm função didática para as aulas de história da arte, pintura, escultura, desenho, estética, ballet, etc... que o museu ministra em cursos regulares.

Quanto ao contálogo pròprimente dito, seu principal interêsse reside nas apreciações críticas relativas a cada autor. Com poucas palavras êle é colocado no contexto histórico-cultural, são examinados o valor expressivo de sua obra e as características de cada peça exposta. Não faltam a história das atribuições e possíveis divergências, bem como a bibliografia.

De maneira sintética, mas com rigor estético, fornece êste catálogo um quadro crítico completo das escolas e períodos presentes no Museu de Arte, tornando-se um ótimo mestre para o visitante isolado de uma segura fonte de informações para o estudioso.

Pedro Manuel

HERALDO BARBUY — **Marxismo e Religião** — Ed. Dominus, São Paulo, 1963.

O mínimo que poderíamos dizer do livro de Heraldo Barbuy é que se trata da contribuição mais relevante em nosso meio intelectual para o exame do marxismo em alto plano de indagação. Porque não basta tomar as idéias de Marx reduzidas a simples interpretação econômica da história; não basta limitá-las ao ideário de redenção social do proletariado; já tardava em nossa bibliografia um estudo focalizando o fenômeno marxista segundo sua ambição mais radical e totalizante — o marxismo entendido como um **humanismo,** em seus desdobramentos culturais e em suas ressonâncias messiânicas. "Marxismo e Religião" é êsse estudo.

O têma da alienação, em Marx, a crítica da hostilidade entre o individual e o coletivo, encaminha-se diretamente à exigência de nôvo humanismo, cuja expressão será a sociedade sem classes, paraíso da harmonia entre o indivíduo e a coletividade. Sòmente a nova ordem social fornecerá condições ao pleno florescimento da personalidade humana ("da personalidade enquanto consciência determinada pelo social, enquanto expressão do social, não enquanto expressão de si mesma" — (Cf. pág. 34).

Mas o inquietante para os marxistas é que, ao mesmo tempo que o autor rende justiça ao humanismo de Marx, passa a **desmascarar** (êste é o têrmo) a genealogia religiosa dêsse humanismo, internamente comprometido com o espírito da tradição judaico-cristã. Lemos à pág. 45: "Pode parecer estranho que, depois de tôda sua crítica à religião, considerada como forma de alienação completa do homem, venha o marxismo a ser apresentado êle também como religioso".

Acreditamos que a tese de Heraldo Barbuy se tornará clara e accessível se distinguirmos, preliminarmente, entre o Cristianismo enquanto confissão religiosa e o Cristianismo enquanto categoria antropológica, histórica e cultural. O marxismo não é tributário do Cristianismo enquanto confissão religiosa confinada a esta ou àquela Igreja; liga-se ao Cristianismo enquanto propiciador de um nôvo tipo de homem e de nova tábua de valores, os quais, embora nascidos no seio de determinada fé religiosa, adquiriram vigência histórica extra-confessional. Em duas palavras podemos formular o equacionamento metafísico entre o marxismo e cristianismo. O marxismo começa por apropriar-se da idéia cristã da **essência comum a todos os homens;** idéia que, na tradição cristã formaliza-se no respeito ontológico pela pessoa humana concreta, mas que na apropriação marxista degenera em culto pela **Humanidade** tomada como gênero abstrato. Não se perca, entretanto, o que há de comum entre a "pessoa humana" do Cristianismo e a "Humanidade" dos socialistas: ambas consagrando o princípio da essência comum a todos os homens. Mais ainda: segundo Marx, a essência humana está dividida e alineada de si mesma, divisão que se reflete na luta de classes; numa palavra, a Humanidade deve reintegrar-se como gênero abstrato; urge **salvar** a Humanidade, o que só será possível com a destruição do antigo mundo social e a edificação de um mundo nôvo. **Eis aí como o messianismo marxista desenvolve-se inteiramente na dimensão da escatologia cristã,** desde que se admita para esta última a possibilidade de uma conversão dialética. Com o que não estaremos reduzindo o Cristianismo aos limites do marxismo, mas tão só admitindo o marxismo como uma dentre outras versões históricas possíveis para o Cristianismo.

Heraldo Barbuy representa no Brasil a filosofia romântica da Cultura. É no rico arsenal da Escola histórica que encontra os principais argumentos contra as virulências do socialismo científico. Inspira-se a fundo na tradição romântica iniciada por Herder, continuada nos pensadores do Idealismo e prolongada em Nietzsche, Klages, Frobenius e Spengler. Seu estilo de pensamento, apto a dominar grandes conjuntos, faz ouvir as ressonâncias de um espírito submerso em panoramas sinfônicos, nesse amplo panorama sinfônico que são os mundos da cultura.

Dentre outros capítulos de "Marxismo e Religião" marcados pela originalidade, cremos merecer especial destaque o capítulo 10., na última parte, intitulado **O marxismo como desespêro e desafio.** Aí o autor aplica ao marxismo uma das formas do desespêro descritas por Kierkegaard: **o desespêro de querer ser si mesmo.** "A humanidade, no marxismo, quer superar tôdas as contradições, quer ser ela mesma. Ora, para todos os filósofos, o único ser que é absolutamente idêntico a si mesmo, é Deus" (pág. 102).

Ainda outro trecho decisivo é o intitulado **O marxismo como negação da temporalidade e como determinismo,** onde se revela, paradoxalmente, o caráter estático da temporalidade marxista, "reduzida ao tempo mais abstrato, que é o tempo do homem em geral, não o tempo do indivíduo ou da Cultura" (pág. 78).

Por fim, assinalemos que não é na crítica ao marxismo que o livro de Barbuy esgota o sentido ou preenche inteiramente sua finalidade. Muito mais importante e duradouro será o esfôrço que trabalhos dessa ordem representam para elevar o nível cultural brasileiro, a propiciação de novas dimensões de pesquisa e o estímulo de hábitos mentais menos provincianos e mais fecundos. Esta, a notável contribuição de Heraldo Barbuy para o amadurecimento de nossa inteligência ensaística.

Gilberto de Mello Kujawski.

78 anos de liderança técnica incorporados à indústria automobilística nacional

Tradicional primazia nas mais destacadas conquistas do transporte automotor, coloca os veículos Mercedes-Benz em um nível de especialização sem paralelo em todo o mundo. Incorporando essa supremacia técnica à indústria automobilística nacional, a Mercedes-Benz do Brasil S. A., através de sua linha de produtos, proporciona ao país uma relevante contribuição ao desenvolvimento dos seus meios de transporte.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.